

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE – MESTRADO E
DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: CONTABILIDADE E FINANÇAS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**FUNDAÇÃO DE APOIO: A PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS
DOCENTES DA ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DAS IES PÚBLICAS
DO ESTADO DO PARANÁ**

ALBINO JOÃO DELAY

CURITIBA
2016

ALBINO JOÃO DELAY

**FUNDAÇÃO DE APOIO: A PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS
DOCENTES DA ÀREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DAS IES PÚBLICAS
DO ESTADO DO PARANÁ**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade. Programa Pós-Graduação em Contabilidade - Mestrado e Doutorado - Área de Concentração Contabilidade e Finanças, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Vicente Pacheco.

CURITIBA
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. SISTEMA DE BIBLIOTECAS.
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Delay, Albino João

Fundação de apoio: a participação na produção científica dos docentes da área de ciências sociais aplicadas das IFES públicas do Estado do Paraná / Albino João Delay. - 2016.

111 f.

Orientador: Vicente Pacheco.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas.

Defesa: Curitiba, 2016.

1. Universidades e faculdades - Publicações científicas - Paraná. 2. Pesquisa - Universidades e faculdades - Financiamento. 3. Publicações científicas - Professores. I. Pacheco, Vicente. II. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade. III. Título.

CDD 001.44

**"FUNDAÇÃO DE APOIO: A PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS
DOCENTES DA ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DAS IES
PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ"**

ESTA DISSERTAÇÃO FOI JULGADA ADEQUADA PARA A
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM CONTABILIDADE (ÁREA DE
CONCENTRAÇÃO: CONTABILIDADE E FINANÇAS), E APROVADA EM SUA
FORMA FINAL PELO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.



**PROF. DR. ROMUALDO DOUGLAS COLAUTO
COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CONTABILIDADE**

APRESENTADA À COMISSÃO EXAMINADORA INTEGRADA
PELOS PROFESSORES:



**PROF. DR. VICENTE PACHECO
PRESIDENTE**



**PROF. DR. CICERO APARECIDO BEZERRA
MEMBRO**



**PROF. DR. CHRISTIAN LUIZ DA SILVA
MEMBRO**

Para as bases da minha vida: minha mãe Mirlene e minha filha Agnes.

Sem vocês este sonho não seria conquistado.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal do Paraná, seu corpo docente, direção e administração, cuja abertura permite-me, nos tempos de agora, avistar novos horizontes.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Vicente Pacheco, pela oportunidade, pelo suporte no tempo que lhe coube, por suas correções, incentivos, pela confiança depositada e pelo privilégio de tê-lo como orientador ao longo de minha trajetória acadêmica.

Agradeço ao Prof. Dr. Romualdo Douglas Colauto, Prof. Dra. Márcia Maria dos Santos Bortolucci Espejo, Prof. Dra. Ilse Maria Beuren, Prof. Dra. Simone Bernardes Voese, Prof. Dr. Cícero Aparecido Bezerra, Prof. Dr. Luiz Panhoca e Prof. Dr. Lauro Brito de Almeida pelos ensinamentos oferecidos nas disciplinas e ao longo dos projetos de pesquisa. Aos professores da banca, qualificação e defesa, cujas recomendações acresceram à qualidade da dissertação.

Aos colegas que participaram nas diversas disciplinas ao longo da pós-graduação: Adriana, Celso Rosa, Denise, Dorival, Éverton, Franciele, Guilherme, Luciano, Luiz Carlos, Luiz Eduardo, Neusa Higa, Neusa Eggert, Rosiele, Ruben, Stella Maris, Vinícius. Menção especial para Edicrêia, Helena e Henrique Portulhak.

Às demais pessoas que, de modo direto ou indireto, contribuíram para a conclusão deste trabalho, meu mais sincero muito obrigado!

RESUMO

As Fundações de Apoio, criadas com objetivo de apoiar a projetos de pesquisa, ensino, extensão e desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse de instituições de ensino superior, se bem administradas, podem contribuir para realização do compromisso da responsabilidade social universitária. De outro lado, a produção científica, como uma das maiores ferramentas de desenvolvimento de uma sociedade, utilizada para a busca do questionamento que a população julga fundamentais para o convívio em grupo. Neste sentido, o presente estudo foi desenvolvido com o propósito de investigar a participação das Fundações de Apoio na produção científica dos docentes da área de ciências sociais aplicadas das IES públicas do Estado do Paraná. Trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo e exploratória, que empregou técnicas da estatística descritiva e a correlação de *Spearman*. Para a coleta de dados utilizou-se um questionário que ficou disponível aos docentes efetivos de graduação e pós-graduação de quatro IES no período de 25 de janeiro de 2016 a 22 fevereiro de 2016, por meio do aplicativo eletrônico *Google Docs*. Foram obtidas 144 respostas válidas e resumidamente os achados apontam que 52,08% dos respondentes nunca solicitaram apoio de uma fundação. A burocracia, a especificidade dos editais e a alegação por parte da fundação de falta de recursos foram apontados como fatores para este índice. As pesquisas apoiadas pelas Fundações, na percepção dos docentes, não aumentam a veiculação na mídia nem levam a um maior comprometimento com a pesquisa. Os docentes não consideram a falta de incentivo por parte da coordenação/departamento para submeter projetos de pesquisa as Fundações e a não divulgação dos resultados das pesquisas com o apoio das Fundações fatores desmotivadores. Com relação a eventos internacionais, os docentes que contaram com apoio de uma Fundação, não consideram a demora em analisar projetos, o prazo para submissão, a politização da gestão administrativa e a manipulação da sustentabilidade econômica e financeira fatores desmotivadores para buscar apoio de Fundação.

Palavras-chave: Fundação de Apoio; Produção Científica; Docentes.

ABSTRACT

Support the Foundation, created in order to support research projects, teaching, extension and institutional, scientific and technological development of higher education institutions interest, if well managed, can contribute to achieving the commitment of university social responsibility. On the other hand, the scientific production, as one of the tools of development of a society, used for the pursuit of questioning that the population considers fundamental to living in a group. In this sense, the present study was developed with the purpose of investigating the participation of Foundations supporting the scientific production of teachers in the area of applied social sciences of public university in the state of Paraná. This is a descriptive and exploratory research study, which employed techniques of descriptive statistics and the Spearman correlation. For data collection was used a questionnaire that was available to the effective teaching of undergraduate and graduate four IES in the period from January 25, 2016 to February 22, 2016, through the application electronic Google Docs. 144 valid responses were received and summarized the findings indicate that 52.08% of respondents have never requested support a Foundation and bureaucracy, the specificity of the notices and the claim by the Foundation of a lack of resources, among others, were mentioned as factors for this index. Research supported by Foundations, the perception of teachers, do not increase the placement in the media or lead to a greater commitment to research. Teachers do not consider the lack of incentive by the coordination / department to submit research projects Foundations and non-disclosure of research results with the support of Foundations demotivating factors. With regard to international events, the teachers who had the support of a Foundation do not consider the delay in analyzing projects, the deadline for submission, the politicization of the administration and handling of the economic and financial sustainability demotivating factors to seek support Foundation.

Keywords: Support Foundation; Scientific production; Teachers.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – DESENHO DA PESQUISA.....	66
-------------------------------------	----

LISTA DE QUADRO

QUADRO 1 – CORRENTES DE PENSAMENTO: EUROPEU E AMERICANO.....	23
QUADRO 2 – QUADRO COMPARATIVO ENTRE PAÍSES EUROPEUS	24
QUADRO 3 – CATEGORIAS DAS OSFL	30
QUADRO 4 – MODELOS DE FINANCIAMENTOS.....	31
QUADRO 5 – DESAFIOS DAS FUNDAÇÕES DE APOIO	37
QUADRO 6 – RESULTADOS FUNPAR - 2014.....	40
QUADRO 7 – SÍNTESE DE GESTÃO E ATIVIDADES DO EXERCÍCIO DE 2014...	42
QUADRO 8 – DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESEMPESAS NO ANO 2014 - FAUEPG.....	46
QUADRO 9 – ARTICULAÇÕES INTRA E INTER SETORIAL	48
QUADRO 10 – ESTILO DE GESTÃO	49
QUADRO 11 – ABORDAGENS MOTIVACIONAIS DOS DOCENTES	53
QUADRO 12 – ESTUDOS SOBRE A MOTIVAÇÃO DOS DOCENTES	55
QUADRO 13 – AMOSTRA DA EVOLUÇÃO BIBLIOMÉTRICA DAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS	58
QUADRO 14 – DOCENTES DAS IES PÚBLICAS DO ESTUDO.....	63
QUADRO 15 – CONSTRUTOS, VARIÁVEIS E REFERÊNCIAS	66

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – PERFIL DOS RESPONDENTES.....	73
TABELA 2 – CONHECIMENTOS GERAIS SOBRE AS FUNDAÇÕES.....	74
TABELA 3 - ANÁLISES DESCRITIVAS DA FUNDAÇÃO DE APOIO.....	75
TABELA 4 - ANÁLISES DESCRITIVAS – DESMOTIVAÇÃO	76
TABELA 5 - ANÁLISES DESCRITIVAS – GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	77
TABELA 6 – TESTE DE NORMALIDADE.....	77
TABELA 7 – CORRELAÇÃO – BLOCO 1 A – PROJETOS DE PESQUISA E DOCENTES.	79
TABELA 8 – CORRELAÇÃO – BLOCO 1 B – FATORES DESMOTIVACIONAIS.	80
TABELA 9 – CORRELAÇÃO – BLOCO 1 C – GOVERNANÇA CORPORATIVA.	82
TABELA 10 – CORRELAÇÃO EVENTOS INTERNACIONAIS – BLOCO 1 A	83
TABELA 11 – CORRELAÇÃO EVENTOS INTERNACIONAIS – BLOCO 1 B	84
TABELA 12 – CORRELAÇÃO EVENTOS INTERNACIONAIS – BLOCO 1 C	85

LISTA DE SIGLAS

APPA - Associação dos Portos de Paranaguá
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
CFC - Conselho Federal de Contabilidade
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FAU - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual do Centro-Oeste
FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FAUEPG – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico da Universidade Estadual de Ponta Grossa
FDA - Fundo de Desenvolvimento Acadêmico
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FUNPAR – Fundação da Universidade Federal do Paraná
FUNTEF - Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR
IES – Instituição de Ensino Superior
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia
MEC – Ministério da Educação e Cultura
NBC-T - Norma Brasileira de Contabilidade Técnica
ONG's – Organizações não governamentais
OSFL – Organizações sem fins lucrativos
PIB - Produto Interno Bruto
PIBIC - Programa Institucional de Inscrição Científica
PIBITI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica e Inovação
SUS – Sistema Único de Saúde
UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro Oeste
UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	17
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	18
1.2.1 Objetivos geral	18
1.2.2 Objetivos específicos	18
1.3 JUSTIFICATIVAS	18
1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	19
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO	20
2 REFERENCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO	22
2.1 HISTÓRICO DO TERCEIRO SETOR	22
2.2 TERCEIRO SETOR	25
2.3 FUNDAÇÕES DE APOIO	32
2.3.1 Fundações de apoio nas instituições de ensino superior	34
2.3.1.1 Fundação da Universidade Federal do Paraná - FUNPAR	38
2.3.1.2 Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) - FUNTEF	41
2.3.1.3 Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico da Universidade Estadual de Ponta Grossa	45
2.3.1.4 Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual do Centro oeste - FAU	47
2.4 GOVERNANÇA NAS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR	48
2.5 DOCENTES DAS IES	51
2.6 PRODUÇÃO CIENTÍFICA	57
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	62
3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA	62
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA	63
3.3 DESENHO DA PESQUISA	65
3.4 COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS	66
3.5 HIPÓTESE DE PESQUISA	68
3.6 INSTRUMENTO DE PESQUISA E COLETA DE DADOS	69
3.7 PRÉ TESTE DO INSTRUMENTO DE PESQUISA	70
3.8 TRATAMENTOS ESTATÍSTICOS	71

3.8.1 Estatística Descritiva.....	71
3.8.2 Correlação de <i>Spearman</i>	71
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	73
4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES	73
4.2 ANÁLISE DA ESTATÍSTICA DESCRITIVA.....	75
4.3 CORRELAÇÃO DE <i>SPEARMAN</i>	78
4.4 DISCUSSÃO.....	85
5 CONCLUSÃO.....	89
5.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
5.2 IMPLICAÇÕES GERENCIAIS PARA AS FUNDAÇÕES DE APOIO	90
5.3 IMPLICAÇÕES GERENCIAIS PARA AS IES	90
5.4 LIMITAÇÕES E SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS	90
REFERÊNCIAS.....	92
APÊNDICES	109

1 INTRODUÇÃO

Uma maneira vantajosa para o financiamento de projetos na área de educação nos países em desenvolvimento, segundo Srivastava (2010), são os convênios firmados entre as empresas do setor público e privado. A este respeito, Mansfield (1998) argumenta que várias empresas americanas consideram a pesquisa universitária subvencionada necessária para o desenvolvimento e aceleração de novas tecnologias e produtos.

Neste entendimento, é preciso implantar modelos que permitam a comercialização dos resultados das pesquisas científicas, pois estas oferecem um viveiro de conhecimentos e de tecnologias que se tornam essenciais à vida das sociedades (FILION *et al.*, 2013). Ainda para Filion *et al.* (2013) a participação das pesquisas na vida de uma sociedade e no processo de inovação pode ser realizada por meio da transferência de mecanismos tecnológicos, proporcionando a geração de saberes e novas tecnologias que estão ligadas a educação e à formação.

Com o objetivo de auxiliar as pesquisas no Brasil, a Lei nº 8.958/1994 autoriza que as instituições públicas de ensino superior contratem as Fundações de Apoio, com dispensa de licitação, com a finalidade de fomentar projetos de pesquisa, ensino, extensão, científico e tecnológico de interesse das instituições contratantes. Isso possibilita um melhor desenvolvimento institucional que é definido como programas, ações, projetos e atividades, inclusive aqueles de natureza infra estrutural (artigo 1º do Decreto nº 5.205/2004). Estes levam à melhoria das condições das Instituições de Ensino Superior (IES), de pesquisa científica e tecnológica para o cumprimento da sua missão institucional, devidamente consignados em plano institucional aprovado pelo órgão superior da instituição.

As Fundações de Apoio foram legitimadas e reguladas pelos Decretos n.º 5.202/2004 e n.º 7.423/2010 caracterizam-se por apresentarem personalidade jurídica de direito privado, instituída por particulares, com recursos próprios e atendendo às disposições do Código Civil. Todas as Fundações de Apoio de direito privado que possua em seu estatuto como finalidade o fomento a projetos de pesquisa, ensino e de extensão, de acordo com o artigo 1º da Lei nº. 8.958/94, podem ser caracterizadas como Fundações de Apoio.

Rocha (2012) afirma que a comunidade acadêmica tem percebido as Fundações de Apoio como instrumentos eficazes para gerenciamento de recursos

humanos e materiais, sem a burocracia tradicional do setor público e reforça ser um importante papel das Fundações o amparo ao trabalho de professores e acadêmicos por meio do gerenciamento de projetos. O mesmo autor acredita que esse gerenciamento de projetos limita o papel e objetivo social da Fundação de Apoio e retira dela a principal característica que é a promoção de objetivos científicos, acadêmicos, sociais, artísticos, culturais ou filantrópicos que estão relacionados à solidariedade humana e ao desejo de interação social. Tal preocupação já era constatada por Paes (1998) que afirmava que as Fundações de Apoio eram explicadas pelo espírito de solidariedade humana dirigida para buscar mecanismos de auxílio às pessoas em situação de risco pessoal e social, passando a Fundação a se constituir um instrumento por meio do qual o ser humano, quer pessoa física ou jurídica, transmite à sociedade e as sucessivas gerações seus ideais e convicções.

Com as Fundações de Apoio colaborando com as IES entra em cena nesse processo um profissional para as pesquisas científicas, o docente. Ele apresenta relevância estratégica nas IES, uma vez que é fundamental nestas instituições, especificamente porque atua na educação, pesquisa e extensão. Essa categoria tem vivenciado um crescimento nos últimos anos pela expansão do ensino superior no Brasil, considerado um dos países com uma das maiores redes de educação superior em termos mundiais: a maior da América do Sul e a sétima no mundo, enquanto os Estados Unidos são a vigésima (ANTEPROJETO DE LEI DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2005).

Para Spink e Alves (2011) a universidade é feita sem barreiras e de acadêmicos conectados buscando a livre circulação de ideias, passando por diferentes tipos de conversa, seminários, debates, eventos, documentos, artigos, vídeos, panfletos e rodas de conversa nas quais o acesso da sociedade é chave. Ainda para o mesmo autor, mesmo o acadêmico conectado, seja ele professor, pesquisador ou estudante, não estará à altura das demandas produtivistas de um constante fluxo de publicações internacionais (preferencialmente em inglês), que pode de vez em quando, contribuir nestes espaços, mas o foco de suas atividades será outro: seminários, congressos, folhetos, artigos em periódicos semanais e diários de grande circulação nacional.

Este crescimento da educação trouxe novas relações e condições de trabalho para o professor. Portanto, este cenário desafia a investigação dos possíveis impactos na produção científica dos docentes.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Em meio à dificuldade das Fundações de Apoio em definir qual principal objetivo a que se propõem, Salamon (1998) afirma que por vezes essa indefinição: i) influencia a maneira dos gestores em administrar seus recursos; ii) reflete na sociedade que recebe tais recursos, e iii) gera uma falta de clareza com relação aos recursos administrados pelas Fundações de Apoio.

O desenvolvimento de atividades inovadoras no cenário brasileiro exige um volume de recursos que, em geral, não está disponível no orçamento federal (ALMEIDA, 2010). Tentando suprir estas necessidades de pesquisas em desenvolvimento de novas tecnologias, a mesma autora afirma que o surgimento de políticas públicas a partir da década de 1950 para intervir na economia, teve como objetivo estimular a geração de suporte financeiro ao desenvolvimento tecnológico.

Na década de 1950 foram criados na visão de Almeida (2010) importantes órgãos de fomento de pesquisas nas esferas federal, estadual e municipal, entre eles a nível federal, CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), ambos criados em 1951 e a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), criada em 1967 que direciona recursos às universidades, laboratórios e centros de pesquisa.

Alguns Estados brasileiros, por meio de órgãos financiadores, já adotaram políticas de incentivo para o investimento em tecnologia. Almeida (2010) cita a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) como figura importante de órgão financiador de pesquisas em tecnologia no País. Ademais, a importância desta pesquisa repousa no âmbito da limitação das verbas enviadas pelo Governo Federal para projetos de pesquisas e extensão, não atendendo o suficiente para o bem-estar da sociedade em geral (MOTA, 2009).

Apesar do discurso de agilidade e benefícios que as Fundações de Apoio levam as universidades e pesquisadores, Mota (2009, p.8) afirma serem as Fundações “questionadas quanto o seu papel, lisura e atuação, reforçando a necessidade de conhecer a percepção dos docentes sobre tal situação.” Diante deste cenário em que um país se desenvolve e consolida-se por meio de pesquisas científicas, busca-se verificar em âmbito estadual tal realidade por meio da seguinte questão:

Qual a relação entre a escala de produção científica dos docentes na área de ciências sociais aplicadas e a percepção destes acerca da participação por parte das Fundações de Apoio?

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.2.1 Objetivos geral

Investigar a relação entre a produção científica dos docentes das IES públicas do Estado do Paraná e a participação das Fundações de Apoio.

1.2.2 Objetivos específicos

- Verificar qual a relação entre a produção científica e a viabilização de recursos por parte das Fundações de Apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão.
- Identificar os fatores que desmotivam os docentes a procurar a Fundação de Apoio para fomentar projetos de pesquisa, ensino e extensão.
- Identificar a percepção dos docentes com relação à governança corporativa nas Fundações de Apoio.

1.3 JUSTIFICATIVAS

A presente pesquisa respalda-se em alguns pontos descritos a seguir.

Como primeiro ponto, destaca-se a relevância do presente estudo fundamentar-se no estreitamento da relação entre os docentes das Instituições de Ensino Superior Públicas com as respectivas Fundações de Apoio. Ademais, a importância desta pesquisa repousa no âmbito da limitação dos recursos repassados pelo Governo para projetos de pesquisas e extensão, não atendendo o suficiente para o bem-estar da sociedade em geral.

Em segundo lugar, enfatiza-se que as Fundações de Apoio são objeto de estudos da comunidade internacional há alguns anos e no Brasil a produção

científica sobre o assunto é incipiente (MILANI FILHO, 2009). Deste modo, considerando a insuficiência de estudos científicos sobre a participação das Fundações de Apoio e seus impactos na produção acadêmica dos docentes, busca-se agregar com informações relevantes e contemporâneas para o assunto.

Em terceiro lugar, salienta-se a viabilização e captação dos recursos financeiros pelas Fundações de Apoio com a finalidade de apoiar a projetos de pesquisa, ensino, extensão, científico e tecnológico de interesse das instituições públicas contratantes, cabendo ao docente à busca por estas fundações para alavancar suas pesquisas.

Outro ponto a ser ressaltado está que o Brasil precisa, segundo Raupp (2012) aperfeiçoar o marco legal e incrementar os mecanismos de incentivo à pesquisa, ciência, tecnologia e inovação para que mais empresas realizem atividades de pesquisa e desenvolvimento em parcerias com as instituições de pesquisa. Para o mesmo, essa parceria amplia a inovação, produz conhecimento direto para a sociedade, auxiliando a promover a inovação tecnológica e atuando de maneira sustentável em termos econômicos e ambientais.

Cabe ressaltar que a relação das Universidades com as Fundações de Apoio compartilham a gestão de projetos de finalidade social. Neste aspecto, Fischer (2002) argumenta que a Governança Corporativa é um conceito plural, que compreende não apenas a substância da gestão, mas toda a relação entre os agentes envolvidos, construindo espaços de negociação e os vários papéis desempenhados pelos agentes no processo. Ademais, a Governança Corporativa representa um sistema que assegura a qualquer interessado uma gestão organizacional com equidade, transparência, responsabilidade pelos resultados e cumprimento de normas.

1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Com o intuito de tornar os objetivos mais claros e aprimorar o entendimento sobre o assunto, segue a delimitação da pesquisa:

- Delimitação quanto às IES do estudo: para esta pesquisa escolheu-se, por conveniência, os docentes de quatro IES localizadas no Estado do Paraná, sendo duas federais e duas estaduais para verificar a participação das Fundações de Apoio na escala da produção científica dos professores. Os atores do presente estudo

estão lotados na: UFPR (Universidade Federal do Paraná), UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná), UEPG (Universidade Estadual de Ponta Grossa – Campus Centro) e UNICENTRO (Universidade Estadual do Centro-Oeste- Campus Guarapuava e Irati).

- As Fundações de Apoio ressaltadas neste estudo são: FUNPAR (Fundação da Universidade Federal do Paraná), FUNTEF-PR (Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR), FAUEPG (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico da Universidade Estadual de Ponta Grossa) e FAU (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento – Unicentro).

- Segundo o site do CNPq, fazem parte da área de ciências sociais aplicadas os seguintes cursos: Direito, Administração, Ciências Contábeis, Economia, Arquitetura e Urbanismo, Planejamento Urbano e Regional, Demografia, Ciência da Informação, Museologia, Comunicação, Serviço Social, Economia Doméstica, Desenho Industrial e Turismo. Todavia, optou-se como escopo desta pesquisa os docentes dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Economia e Turismo, uma vez que a presente dissertação está inserida no Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Contabilidade e por isso pautou-se nos cursos correlatos ao programa.

- Delimitação quanto aos docentes respondentes: o questionário foi encaminhado para os professores por meio da coordenação dos cursos em que lecionam, em função da acessibilidade aos mesmos. Ressalta-se que foram considerados todos os docentes de graduação e pós-graduação efetivos lotados na área dos cursos de escopo da pesquisa das quatro IES do estudo.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

A presente dissertação está organizada em cinco capítulos e respectivas seções e subseções.

No capítulo 1, introdução são apresentados a questão de pesquisa, os objetivos do estudo – geral e específicos –, em seguida a justificativa e contribuições, as delimitações e estrutura da dissertação.

No segundo capítulo, Referencial teórico-empírico, abordando as seguintes subseções: histórico do terceiro setor, terceiro setor no Brasil, Fundações de Apoio – Fundações de Apoio nas instituições de ensino superior – Fundação da universidade federal do Paraná (FUNPAR), Fundação de Apoio à educação, pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico da universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Fundação de Apoio ao desenvolvimento institucional, científico e tecnológico da universidade estadual de Ponta Grossa (FAUEPG), Fundação de Apoio ao desenvolvimento da universidade estadual do Centro-Oeste (FAU) -, a governança nas entidades do terceiro setor, docentes das IES e produção científica.

O capítulo terceiro, Metodologia, compreende a tipologia da pesquisa, população e amostra, desenho da pesquisa, construtos e definições operacionais das variáveis, hipóteses da pesquisa, instrumento de pesquisa e coleta de dados, pré-teste do instrumento de pesquisa e tratamento dos dados – estatística descritiva e correlação de *Spearman*.

No próximo capítulo, o quarto, dispõe-se a análise dos dados e posterior discussão dos mesmos. Posteriormente, no quinto capítulo são evidenciadas as considerações finais do estudo, seguida pelas referências utilizadas para a consecução desta dissertação.

Por fim, apresentam-se as referências, apêndices e os anexos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO

2.1 HISTÓRICO DO TERCEIRO SETOR

No cenário econômico mundial para Araújo (2005) existem três grandes setores: o primeiro, o segundo e o terceiro setor. Para o mesmo autor, o primeiro setor é representado pelo Estado, que por meio de suas entidades e órgãos exercem suas atividades, como: financeira, administrativa e política. No segundo setor estariam situadas as empresas privadas, exercendo suas atividades com o objetivo de obterem resultados econômicos para serem distribuídos aos seus investidores. Na visão de Fischer (2002) o terceiro setor compreende as entidades privadas que não tem fins lucrativos e que atuam com finalidades públicas ou coletivas para geração do bem comum.

Araújo (2005) e Milani Filho (2009) diferenciam as organizações do terceiro setor com o primeiro por não serem governamentais e do segundo setor por não possuírem fins econômicos. Afirmando, portanto que as empresas do terceiro setor não são governamentais e não buscam como fim resultados econômicos.

Milani Filho (2009, p.27) sugere que o “aparecimento do terceiro setor veio como uma resposta da sociedade civil a ineficiência e ineficácia governamental”. Bose (2004) citando Falconer (1999) afirma ser o terceiro setor um segmento que tem gerado calorosos debates no qual três correntes se manifestam. Uma corrente é a dos otimistas, apontando o terceiro setor como uma manifestação da sociedade civil, guardião da democracia; outra corrente é a dos elitistas, afirmando ser o terceiro setor é um espaço de formação de líderes ou elites destinados a governar; e a terceira corrente aponta para o lado econômico a partir do momento em que produz bens e serviços destinados a atender demandas sociais deixada de lado pelo Estado.

O crescimento das entidades do terceiro setor é sugerido por Falconer (1999) como uma medida intencional dos governos, que, agindo assim, diminuiria a participação estatal nas ações sociais diretas. Diante deste cenário, ainda para o autor, incentivariam a entrada dessas organizações nas ações públicas mesmo porque passariam a contar com essas organizações civis atuando como agentes de sua política social.

Embora o terceiro setor possua características próprias diferenciando-o do Estado e do Mercado, para Merege e Moussellem (2015) ele não se destaca como um setor da economia, aparecendo no setor de serviços no conceito das contas públicas dos Países. Para os mesmos autores, nada obstante as dificuldades e controvérsias na definição, o que importa é ter em vista a dimensão econômica do setor. Além disso, considera a existência de duas correntes predominantes para estabelecer a fronteira do terceiro setor: a européia e a norte americana.

Na corrente européia, para Merege e Moussellem (2015) o terceiro setor é identificado com a economia social, englobando setores do cooperativismo, mutualismo e associativismo. Segundo os autores, o setor do cooperativismo identifica a figura do trabalhador com a do empresário; o mutualismo se identifica com o uso de serviços pela empresa e o associativismo predomina a forma livre de associação das pessoas.

De acordo com Merege e Moussellem (2015) a economia social compreende todas as organizações que por questões éticas, seguem os seguintes princípios: (1). Colocar a prestação de serviços aos seus membros ou comunidade acima da simples procura pelo lucro; (2) Autonomia administrativa; (3) Processo democrático na tomada de decisões; e (4) Primazia das pessoas e do trabalho sobre o capital, na distribuição dos resultados de atividades.

Na linha de pensamento americana, Salamon *et al.* (1999) definem o terceiro setor constituído de: organizações estruturadas, fora do aparato formal do Estado, não destinadas a distribuir lucros entre seus dirigentes e acionistas, autogovernadas e envolverem pessoas com intenção de esforço voluntário.

Para melhor visualização das diferenças entre os pensamentos europeu e americano, apresenta-se o Quadro 1:

QUADRO 1 – CORRENTES DE PENSAMENTO: EUROPEU E AMERICANO

Corrente de Pensamento Europeu	Corrente de Pensamento Americano
Identifica o terceiro setor com a economia social.	O terceiro setor aparece mais como um setor do capitalismo, porém com características próprias.
Engloba setores como: cooperativismo, mutualismo e associativismo. Busca a democracia econômica.	Constituídas com: organizações estruturadas, não destinadas à distribuição de lucros, trabalho voluntário.
Não prevalecer a ideologia do lucro. Procura uma mudança na natureza do capitalismo.	Não questiona o sistema capitalista e suas regras. O terceiro setor com um papel estratégico para evitar um desastre social.

FONTE: Elaborado pelo autor (2016).

As organizações podem ser classificadas por diferentes áreas de atuação. Araújo (2005) citando a Internacional *Classification of Non-profit Organization* as divide em: saúde, serviços sociais, meio ambiente, lei, direito, religião, negócios, sindicatos, associações profissionais e demais.

Em torno de 1990, no coração do terceiro setor surgiu o conceito de empresa social. Esta, surgiu principalmente em resposta às necessidades sociais que haviam sido inadequadamente atendidas, ou não atendidas em tudo, pelos serviços sociais (DEFOURNT *et al.*, 1999).

Corroborando com Defournt *et al.* (1999) para o conceito de “empresa social”, Esping *et al.* (1999) afirmam que o desemprego, baixa qualificação dos trabalhadores e pessoas com problemas sociais serviram como pano de fundo para a maioria das novas dinâmicas empresariais que surgiram no terceiro setor como respostas a esses desafios. Os mesmos autores atestam que as formas de iniciativas variam de acordo com as especificidades dos diferentes modelos existentes na Europa. Diferenças estas que estão no Quadro 2:

QUADRO 2 – QUADRO COMPARATIVO ENTRE PAÍSES EUROPEUS

Países Corporativistas ou Conservadores.	<ul style="list-style-type: none"> - Preocupados com a manutenção da ordem e status. - Criado fundos de segurança social para premiar o desempenho de trabalho e status. - Programas para criar fontes de trabalho. - Países como a França e Bélgica criaram dinâmicas de geração de empregos. Dinâmicas estas localizadas dentro do terceiro setor.
Países Sócio Democráticos.	<ul style="list-style-type: none"> - Caracterizados pelo alto nível de gastos com o bem-estar (Ex: Suécia, Noruega e Dinamarca). - Divisão das tarefas entre o Estado (espera-se dele o bem-estar), Comunidade empresarial (garante a produção e criação de empregos) e Associações (centra-se na articulação de interesses sociais). - Tradição em movimentos cooperativos.
Países Liberais	<ul style="list-style-type: none"> - Menor nível de gastos sociais do governo associado a um setor voluntariado confiando em recursos privados. <p>Questionado os instrumentos pelo qual o governo apoiou organizações do terceiro setor: o dinheiro público tomou a forma de contrato no lugar de subvenções (Ex: Reino Unido).</p>
Países do Sul da Europa	<ul style="list-style-type: none"> - Os gastos com bem-estar em geral são menores nesses países (Ex: Espanha, Itália e Portugal). - Serviços sociais oferecidos pelo Estado são subdesenvolvidos.

FONTE: Adaptado de Defournt *et al.* (1999)

Quatro critérios são apresentados pelos autores Defournt *et al.* (1999) para refletir as dimensões econômicas e empresariais das entidades sociais:

- a) Estão diretamente envolvidas na produção de bens ou prestação de serviços. Portanto, uma das principais razões para a existência de empresas sociais.
- b) Elevado grau de autonomia. Projeto autônomo. Podem até depender de subsídios públicos, mas não são geridos por estes.
- c) Nível significativo de risco econômico: sua viabilidade econômica depende dos esforços de seus membros e trabalhadores para garantir os recursos adequados, e
- d) A atividade desenvolvida em empresas sociais requer um nível mínimo de trabalhadores assalariados.

Defournet *et al.* (1999, p. 23) ainda propõem cinco critérios para unificar as partes de cada programa que uma Organização sem fins lucrativos (OSFL) se proponha a desenvolver:

- 1) Um objetivo explícito para beneficiar a comunidade: vontade de promover um sentido de responsabilidade social a nível local.
- 2) Iniciativa lançada por um grupo de cidadãos: dinâmicas coletivas que envolvam pessoas que compartilham uma necessidade bem definida.
- 3) Poder de decisão: a tomada de decisão, apesar dos donos do capital serem importantes, as decisões geralmente são compartilhadas com outras partes interessadas.
- 4) Natureza participativa: representação e participação, influência das partes interessadas e gestão participativa são características importantes nas empresas sociais, e
- 5) Distribuição de lucros limitados: evitar um comportamento em busca da maximização de lucro.

Estudo realizado por Gardin (2006) confirmou que a dimensão econômica das empresas sociais não significa necessariamente que elas alcançaram a sustentabilidade econômica por meio de recursos gerados pelas suas atividades comerciais.

Com base no histórico exposto para o terceiro setor a nível mundial, observa-se a relevância de se verificar em âmbito nacional.

2.2 TERCEIRO SETOR

Apesar de ser comum designar entidades do terceiro setor por: entidades, ONG, instituto, instituições, etc., Bettiol *et al.* (2007) afirmam que essas nomenclaturas apresentam diferenças entre si no aspecto jurídico e são regidas no Brasil pelo Código Civil (Lei nº 10.402/02): associações e fundações. Silveira (2007) engloba as fundações e associações como entidades sem fins lucrativos. As primeiras diferem-se das segundas por serem, em qualquer situação, de finalidade pública, já nas associações a finalidade é coletiva, de interesse de seus associados.

De acordo com Araújo (2005) o conceito de terceiro setor veio para designar o conjunto de organizações sem fins lucrativos, com base na participação voluntária, fora do âmbito governamental, suportadas pelas práticas de caridade e filantropia, buscando garantir o direito à cidadania das pessoas. Na visão de Olak (2000) as entidades do terceiro setor são voluntárias, sem fins lucrativos, formadas por cidadãos organizados voluntariamente e seu corpo técnico é constituído por pessoas ligadas à organização por razões filosóficas.

As entidades do terceiro setor segundo Ciconello (2004) se originam do poder criador da vontade individual, que se propõem a realizar objetivos de natureza particular, para benefício dos próprios instituidores, ou nos interesses de uma parcela determinada ou não da coletividade. Neste cenário, Drucker (1997, p.3) declara que “a organização sem fins lucrativos existe para criar mudanças na sociedade e nos indivíduos”. Ainda nesta perspectiva, Dani *et al.* (2011, p.114) afirmam ser o terceiro setor “um conjunto de organizações que se apresentam como alternativa para as desvantagens apresentadas pelo mercado (maximização de lucro) e pelo governo em relação a sua burocracia”.

Dentro dos aspectos teóricos que definem as organizações, Franco (1997) afirma que as organizações do terceiro setor são diferentes de instituições privadas por não objetivarem lucros. Em outro aspecto, para o mesmo autor, por assumirem um grau elevado de satisfação de alguma necessidade coletiva, podendo assumir ou não, responsabilidades que seriam características de uma função pública.

Para Drucker (2003), organizações desse segmento representam uma “contracultura” com valores e cultura diferentes do Estado e do mercado, pois o mesmo vê como um elemento comum provocar a mudança do ser humano e sociedade, com uma maneira própria de sua missão. Por isso a caracterização desse segmento apresenta inúmeras dificuldades que nas palavras de Araújo (2005), Olak e Nascimento (2006) afirmam não ser uma tarefa fácil buscar uma definição.

Para os autores a expressão sem fins lucrativos não reflete o que são e qual o efetivo papel que buscam desempenhar no contexto social, político e econômico. Afirmam ainda, tais entidades buscam como objetivos modificar as atitudes dos indivíduos e provocar mudanças na sociedade. Isto porque, a noção de terceiro setor não representa apenas um conjunto diversificado de organizações, mas segundo Landim e Beres (1999) um espaço de afirmação de valores e práticas que

não pertencem ao segmento de mercado, como compromisso social, laços comunitários, solidariedade e outros.

O traço comum que une todas as organizações do terceiro setor segundo Hudson (1999) é serem orientadas por valores. São criadas e mantidas por pessoas as quais acreditam que mudanças são necessárias e as desejam. Ainda para o autor, ao contrário das empresas do setor privado, as empresas do terceiro setor não distribuem lucros e se diferenciam das organizações do setor público por não estarem sujeitas ao controle político direto.

As organizações que fazem parte desse segmento segundo Rosa *et al.* (2003) apresentam características como: (a) possuir nível de formalização, mesmo que parcial; (b) serem privadas: sem relação institucional com o governo; (c) não terem como objeto social o resultado econômico; (d) serem autônomas (controlam sua própria gestão) e; (e) serem voluntárias (envolvem pessoas identificadas com a causa e contam com a participação voluntária).

Uma das características mais marcantes do terceiro setor segundo Bettiol Junior *et al.* (2005) é sua heterogeneidade das organizações que as compõem. Para ilustrar tal heterogeneidade citam como exemplos: hospitais, associações, fundações, organizações, entre outros. A heterogeneidade das entidades do setor torna complexa a quantificação dessas entidades. Pimenta e Brasil (2006) ressaltam que a dificuldade de estabelecer normas, incentivos e políticas para o setor representa uma grande barreira para seu desenvolvimento.

De acordo como o Conselho Federal de Contabilidade (2012) as características básicas que compõem as entidades do terceiro setor são:

- Desenvolver ações voltadas ao bem-estar comum;
- Não buscar a finalidade econômica;
- Adotarem a personalidade jurídica adequada aos fins sociais (associação ou fundação);
- Atividades terem como fonte de recursos financiamentos obtidos pelo primeiro setor (governo) por meio de subvenções e por meio de doações pelas empresas do segundo setor, e
- Que todo resultado econômico seja aplicado nos fins sociais a que se destinam.

Desde meados da década de 1970, conforme Silva *et al.* (2012) o Brasil tem passado por transformações sociais de mercado, inclusive a redistribuição de

papéis. Ainda para os mesmos autores, a sociedade civil organizada, de maneira progressiva, passa a assumir responsabilidades que em outro momento poderia ser entendida como exclusivamente do Estado. Para Szazi (2006) a partir do momento em que as empresas passaram a ver que suas obrigações sociais eram entendidas não só apenas como o pagamento de tributos e a geração de empregos, neste contexto surgiu o terceiro setor.

Para Borges, Paulo e Pereira (2014), o maior volume de financiamento do terceiro setor no Brasil é feito por meio da captação de recursos econômico-financeiros, em forma de contribuições, doações e subvenções governamentais. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC 2012) afirma que entidades recebem de empresas e do próprio governo doações em dinheiro, equipamentos, materiais de consumo e serviços. Ainda de acordo com a definição do CFC por meio da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBC-T) nº 10.19.1.3 as entidades sem finalidade de lucro “são aquelas em que o resultado positivo não é destinado aos detentores do patrimônio e o lucro ou prejuízo são denominados de superávit e déficit, respectivamente”.

As entidades que não buscam a finalidade econômica do lucro gozam da prerrogativa da imunidade e isenções garantidas pela Constituição ou legislação complementar. A elas são concedidas o direito de não recolhimento de certos tributos na esfera federal, estadual e municipal, os quais revertem como fontes indiretas de aporte de recursos para estas entidades (CFC, 2012).

Borges, Paulo e Pereira (2014) reforçam que os recursos necessários advêm principalmente de entidades financiadoras e de doadores. Para os mesmos autores, visando à transparência das atividades desenvolvidas pelas entidades do terceiro setor, as mesmas buscam divulgar suas informações de desempenho, sejam sociais ou financeiras.

Em meio a essa dificuldade ao definir com clareza qual é seu objetivo fim, conforme afirma Salamon (1998) muitas vezes essa indefinição influencia o gestor na maneira de gerir os recursos e isto reflete na sociedade que financia tais organizações, bem como não se observa clareza no entendimento dos recursos gerados.

Na visão de Pimenta *et al.* (2006, p.83) “a profissionalização dos que atuam nesta área é defendida, pois gestores com sólida informação e domínio de técnicas administrativas permitiriam o cumprimento mais articulado dos objetivos das

instituições sociais”. Isto porque são diversas as entidades que compõem o segmento do terceiro setor, e a este respeito Rengel *et al.* (2012) ressaltam a sua relevância na sociedade e a importância de demonstrarem transparência nas ações que realizam.

Reforçando a gestão como fator primordial nas entidades do setor e o que representam para a economia mundial, Philips *et al.* (2010) afirmam que se fossem agregados aos valores de uma economia de um País, estariam como a sétima economia Mundial, com um PIB (Produto Interno Bruto) próximo ao da França. Um exemplo, é a afirmativa de Salamon *et al.* (2003 p.28), de que diferentes tipos de organizações do terceiro setor terão diferentes padrões de receitas, “organizações com objetivos religiosos tendem a confiar muito mais pesadamente em doações do que as organizações da área de saúde ou social”.

Preocupados com as dificuldades em angariar recursos, Philips *et al.* (2010) afirmam que a crise financeira de 2008-2010 afetou o terceiro setor. Para os autores, a maioria dos governos não tem sido criativo para ajudar a construir uma política adequada de financiamento para o setor e nem mesmo se sensibilizou em fomentar junto à iniciativa privada um ambiente favorável para a obtenção de recursos.

Pressionadas a prestarem contas, tanto do correto uso dos recursos recebidos e do desempenho das aplicações desses recursos em seus programas sociais, Borges, Paulo e Pereira (2014) afirmam que os atores financiadores buscam medidas para avaliar se essas organizações realmente cumprem com as funções e atingem as finalidades de gerar o bem comum para a sociedade.

Alguns aspectos importantes na gestão de entidades do terceiro setor são citados por Falconer (1999) como: a *accountability*, a sustentabilidade financeira, a capacidade de articulação e a qualidade de serviços. O termo *Accountability* para o mesmo autor refere-se à transparência nas ações das entidades do terceiro setor, e para Heckert (2001) é de grande importância para entidades que trabalham com doações, pois os agentes querem ter certeza que o aporte foi empregado no desenvolvimento da missão ao qual a entidade se propôs a desempenhar.

Devido à grande concorrência na obtenção de recursos, Borges, Paulo e Pereira (2014) corroboram com Heckert (2001) no sentido de que os financiadores ou doadores buscam as organizações cujas estratégias de gestão demonstrem mais transparência e eficácia na correta aplicação dos recursos. As organizações do terceiro setor a fim de cumprirem com seu papel social de contribuição para a

sociedade civil segundo Gidron (2010), além de reverem a estrutura de seus subsistemas e padrões de gestão, devem proporcionar oportunidades de práticas participativas. O mesmo autor identifica ainda quatro subsistemas organizacionais baseados em: Prestação de contas; Governança; Força de trabalho/participantes, e Mobilização de recursos.

Weisbrod (1988) propõem que as Organizações sem fins Lucrativos surgem para satisfazer as demandas por bens públicos não atendidas pelo primeiro setor, servindo como ‘produtoras’ privadas de bens públicos. Para Gidron (2010) as OSFL podem ser entendidas teoricamente em duas correntes: (i) os que sugerem que, em função da sua forma jurídica, especialmente pela não distribuição de lucros e sua natureza não coercitiva, criam uma entidade única, diferente de qualquer empresa pública ou privada. Por outro lado, (ii) há os que afirmam que, sob condições similares, as OSFL se comportam de forma semelhante a qualquer organização pública ou privada, e que assim, a forma jurídica diz pouco sobre seu comportamento.

Caracterizadas as OSFL, mesmo tendo um conjunto diversificado de organizações, Frumkin (2002) identificou três características estruturais, a saber: não coagirem a participação das pessoas; operar sem distribuição de lucros para as partes interessadas e indefinição clara de propriedade e responsabilidade. Já a respeito da categorização das OSFL, ela é assim classificada:

QUADRO 3 – CATEGORIAS DAS OSFL

Categorização	Descrição
Boas	-As que contribuem com a sociedade.
	-Um bem público utilizado também por pessoas de fora da organização.
	-Interação Social.
Intermediárias	-Sugerem que seus objetivos parecem coletivos, mas proporcionam pouco espaço para a interação social entre os membros.
	-Organizações sem metas coletivas e sem interação social.
Ruins	-Não cumprem a confiança depositada nelas pelo público.
	Utilizam-se do nome sem fins lucrativos para obterem resultados positivos.

FONTE: Adaptado de Perrow (2001).

A concorrência entre trabalhadores é diferente entre as naturezas das organizações. Nas organizações privadas é incentivada por meio de metas e promoções, nas públicas é a forte adesão a determinados planos ou objetivos e, nas

OSFL há uma maior propensão ao envolvimento humano que emana da missão social (GIDRON, 2010). Ademais, para Gidron (2010) a sociedade procura cidadãos ativos, envolvidos e comprometidos com os outros, usando da criatividade e imaginação para o desenvolvimento das comunidades, que é a essência da sociedade civil.

Com a escassez de recursos e ao invés de abandonar a missão e o propósito a que se destinam as OSFL, Emerson (2003) aponta que as organizações geram uma gama de produtos e resultados que adicionam valor considerável para a comunidade. Entre esses efeitos que adicionam valor à comunidade e a busca por recursos, estão a prestação de serviços tanto para o setor público como privado e o patrocínio com o objetivo de fixar a marca com causas nobres. Contrário a esta ideia, Edwards (2008) tece críticas a esta abordagem, pois descreve este cenário como um “filantropocapitalismo”, no qual muitas organizações abordam questões fora do mercado ou tentam mudar seu status.

Enquanto nas OSFL europeias segundo Defournt *et al.* (1999), na maioria das vezes, combinam suas receitas com doações e subvenções públicas, o que se vê nas OSFL americanas é um contraste, em que na maioria das vezes essas organizações procuram dar uma resposta à sociedade diminuindo o uso das subvenções públicas e o limite de doações privadas. Na visão de Brooks (2000) as OSFL na busca pelo financiamento de suas atividades devem considerar o impacto agregado pelo financiamento do governo, podendo este recurso inibir doações privadas.

No cenário pela busca por financiamentos tanto privado quanto público, Philips *et al.* (2010) propõem três instrumentos para as OSFL:

QUADRO 4 – MODELOS DE FINANCIAMENTOS

Instrumentos de Financiamentos	Características
Modelo de Financiamento “caridade”	Neste modelo os governos transferem a responsabilidade pela decisão de financiamento para os doadores individuais.
Modelo de Financiamento do estado de bem-estar	As organizações estão cada vez dedicando mais tempo para conseguir fontes de curto prazo à custo da missão organizacional. Porém muitas vezes esse financiamento pode não fornecer uma recuperação total dos custos, forçando a demissão de pessoal.
Modelo de Financiamento Cidadania	A filosofia dominante neste modelo reconhece o direito de cada indivíduo de desfrutar de mais ou menos os mesmos benefícios como fazem os outros cidadãos.

FONTE: Adaptado de Philips *et al.* (2010, p.34)

Philips *et al.* (2010) apontam que os financiadores tendem a seguir as mesmas rotinas, mesmo quando eles realmente procuram investir em capacidade organizacional ou promover a mudança social. Isto também acontece com as fundações de apoio que são constituídas com o escopo de fomentar o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

2.3 FUNDAÇÕES DE APOIO

A forma de constituição das fundações pode ser de direito público ou privado, apresentando diferentes elementos com base nos distintos instituidores que, para Paes (2003, p.158-160) estão relacionados desta forma:

- **Fundações instituídas e/ou mantidas pelo Poder Público:**
 - . Com personalidade jurídica de direito privado;
 - . Com personalidade jurídica de direito público – autarquias.
- **Fundações de Direito Privado**
 - . Instituídas por pessoas físicas e ou jurídicas;
 - . Instituídas por empresas;
 - . Instituídas por partidos políticos;
 - . De apoio a instituições federais de ensino superior;
 - . De previdência privada.

No Brasil, as fundações de apoio foram reguladas e legitimadas pelos Decretos nº. 5.205/2004 e nº. 7.423/2010 e caracterizadas por apresentarem personalidade jurídica de direito privado, instituída por particulares, com recursos próprios e com disposição do Código Civil. Com a publicação dos decretos mencionados foram respectivamente regulamentadas e legitimadas no governo de Luís Inácio Lula da Silva, as fundações privadas. A base para classificar as fundações segundo Bettiol Júnior (2005) está no modelo de sua instituição, podendo ser constituídas sob a forma de fundações de direito privado ou instituídas pelo poder público.

As fundações de direito privado podem ser constituídas por qualquer indivíduo legalmente capaz, com capacidade financeira e que por ato jurídico sob a forma de escritura pública, destine parte de seu patrimônio para que se cumpra uma finalidade social com autonomia (BETTIOL JÚNIOR, 2005). Bettiol Júnior (2005) destaca que se a fundação possuir como instituidor uma pessoa jurídica, é necessário que se faça um exame para verificar no estatuto ou contrato social dessa pessoa jurídica a possibilidade de constituição de uma nova pessoa jurídica.

Constituídas sob o regime de direito privado, Rocha (2012) afirma que quase sempre as fundações de apoio estão voltadas para o próprio interesse e com a possibilidade de remunerar pela prestação de seus serviços, tendo a liberdade, inclusive para determinarem sua própria extinção. Para Diniz (2002) as fundações são universalidades de bens, afirmando que se trata de um acervo de bens livres, que recebe da lei a autorização para realizar as finalidades pretendidas pelo seu instituidor. Para a mesma autora, esses bens ficam à disposição para fins especiais, logo são bens inalienáveis, uma vez que asseguram a concretização dos objetivos visados pelo fundador.

O Portal do Ministério da Educação define a Fundação de Apoio como sendo:

“instituições criadas com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino, extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, de interesse das instituições federais de ensino superior (IFES) e também das instituições de pesquisa. Devem ser constituídas na forma de fundações de direito privado, sem fins lucrativos e serão regidas pelo Código Civil Brasileiro. Sujeitam-se, portanto, à fiscalização do Ministério Público, nos termos do Código Civil e do Código de Processo Civil, à legislação trabalhista e, em especial, ao prévio registro e credenciamento nos Ministérios da Educação e do Ministério da Ciência e Tecnologia, renovável bienalmente. As Fundações de Apoio não são criadas por lei nem mantidas pela União. O prévio credenciamento junto aos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia é requerido em razão da relação entre as instituições federais e as fundações de apoio ser de fomento ao desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão, sendo função das fundações dar suporte administrativo e finalístico aos projetos institucionais” (MEC, 2012).

Afirmando que o fenômeno da globalização, na mesma proporção que cria riqueza cria pobreza, Rocha (2012) questiona a participação da sociedade civil em que o Estado sem a participação daquela, não conseguirá ser eficaz na promoção de uma justiça social. Ainda para o mesmo autor, as fundações pertencem a uma nova esfera pública formada por organizações que não fazem parte do Estado, nem a ele estão vinculadas, mas se revestem de caráter público na medida em que se dedicam a causa e problemas sociais.

De acordo com Marten e Witte (2008) a configuração operacional das fundações é extremamente diversificada. Para os autores, em termos gerais podem as fundações serem classificadas em dois grupos: as fundações com projetos e programas que são executados por outros intervenientes, como as ONG's por exemplo, e as fundações com projetos e programas que são executados pela própria entidade, quer isoladamente ou com outros parceiros.

Rocha (2012) afirma que as fundações de apoio, se bem reguladas, podem ser um mecanismo de apoio ao avanço da pesquisa, ciência, tecnologia e inovação no país, contribuindo para a realização do compromisso da responsabilidade social universitária. O mesmo autor defende a ideia de que a fundação está intimamente associada à ideia de *fundraising* (captação de recursos), criando uma estratégia que articulando professores, alunos e membros da comunidade em uma rede de apoio a universidade, essa estratégia melhore a relação entre fundações e universidades, que é pouco ou mal utilizada por instituições de ensino, pesquisa e extensão no país.

2.3.1 Fundações de apoio nas instituições de ensino superior

A Lei das Fundações de Apoio, nº. 8.958/94 estabelece que todas as fundações de direito privado que possuam como finalidade em seu estatuto o apoio a projetos de pesquisa, de ensino e de extensão de acordo com o artigo 1º, podem ser caracterizadas como fundações de apoio. Bettiol Júnior (2005) caracteriza o termo “apoio” como a transferência de tecnologia, intermediação entre universidades e empresas com o intuito de auxiliar as instituições de ensino a cumprir com seus objetivos. Já na visão de Paes (2003, p.177) pode ser entendido como “a busca por mais recursos, escassos por restrições dos orçamentos, e que com a crescente necessidade de pesquisas requer uma gestão mais ágil e flexível”.

O surgimento das fundações de apoio ocorreu em meados da década de 70, no momento do início da consolidação da universidade brasileira no campo da pós-graduação (HENRIQUES, 2008). No Brasil a pós-graduação foi o vetor para a institucionalização da pesquisa nas universidades, o que exigiu flexibilidade para aquisição e contratação de recursos, visto que a máquina estatal era demasiadamente burocrática para viabilizar essas demandas (HENRIQUES, 2008). Reforçando o exposto, Pereira (2001) declara que esta foi também uma forma “esperta, genuinamente brasileira, de complementar o salário dos professores de departamentos profissionais, estimulando-os a continuar na vida acadêmica em lugar da iniciativa privada”.

Umas das principais justificativas para a existência das fundações nas universidades, de acordo com Ramos (2015) está no fato delas permitirem agilizar o

processo de compras, viabilizar parcerias privadas e utilização dos recursos públicos, processos estes dificultados pela Lei nº. 8.666/93. Assim, as fundações de apoio na visão de Pereira (2001) representariam o chamado “jeitinho brasileiro” para as necessidades de recursos frente à crise vivida pelas universidades e as fundações de apoio seriam um sintoma da transformação futura das universidades em organizações sociais.

Santos (2003) afirma que as universidades públicas brasileiras vivem uma crise com três aspectos distintos. O primeiro da hegemonia, resultante das contradições entre funções tradicionais da universidade e as que lhe foram sendo atribuídas ao longo do século XX. De um lado, a alta cultura, pensamento crítico e conhecimentos exemplares, científicos e humanísticos, necessários à formação das elites e de outro, a produção de padrões culturais médios e de conhecimentos instrumentais úteis à formação de mão de obra qualificada exigida pelo mercado capitalista. A incapacidade da universidade para realizar a contento essas funções, em certo ponto contraditórias, levou os agentes econômicos a procurarem fora da universidade meios alternativos de atingir esses objetivos e ao deixar de ser a única instituição no domínio do ensino superior e na produção de pesquisa, a universidade entra em crise de hegemonia (SANTOS, 2003).

Os outros dois aspectos distintos da crise das universidades públicas, para Santos (2003), são a legitimidade e a crise institucional. A primeira refere-se ao fato de que a universidade deixou de ser uma instituição consensual em função da contradição entre a hierarquização do saber especializado e as exigências sociais e políticas da democratização da universidade e da reivindicação da igualdade de oportunidades. O segundo aspecto é a crise institucional, resultante da contradição entre a reivindicação da autonomia na definição dos valores e objetivos da universidade e a pressão crescente para submeter-se a critérios de eficácia e produtividade de natureza empresarial ou de responsabilidade social.

Utilizando-se do argumento da falta de autonomia universitária, restrições financeiras impostas pelo Estado em qualquer esfera e da própria natureza jurídica das IES, Sguissardi (2009) busca a sustentação na existência das fundações de apoio. Contrário à Sguissardi (2009), Ramos (2015) alega que esses argumentos não se sustentam, uma vez que o discurso é a importância e a necessidade das fundações de apoio ao desempenho das universidades. Ainda para Ramos (2015) mesmo diante de inúmeras denúncias de corrupção nas fundações de apoio, é

importante lembrar o desejo dessa relação pelas universidades, usando o argumento que recursos públicos teriam uma melhor gestão nas mãos de um ente privado.

Rocha (2012) usa termos como “ruínas”, “naufrágio”, “dilaceradas” entre outros para retratar a crise existente nas universidades públicas no Brasil. O autor utiliza-os para justificar o cenário que de um lado, a sociedade exige que as universidades públicas ampliem o acesso e participem de forma mais ativa do desenvolvimento social, e de outro, diversos setores cobram mais qualidade e um maior compromisso com a produção da ciência, tecnologia e inovação.

Com o surgimento de megafundações como a Fundação Bill e Melinda Gates, Ford, Rockefeller e Lucille Packard entre outras, Adelman (2009) afirma que as fundações de apoio podem ao longo do tempo apoiarem projetos que se encaixem com seus interesses. Arnove e Pinade (2007) argumentam que apesar das afirmações das fundações de apoio serem politicamente neutras, principalmente na atuação no ramo da educação, o que se percebia era uma contradição entre os instrumentos utilizados para atacar as causas dos males da humanidade, e as desigualdades e injustiças que pretendiam corrigir.

Citando a OSI (*Open Society Institute*) e a *Soros Foundations Network* como exemplos de fundações explicitamente ligadas à política, Srivastava *et al.* (2010) afirmam que o objetivo do programa da OSI é apoiar a reforma da educação nos países em transição, combinando as melhores práticas e políticas para fortalecer os valores da sociedade, facilitando a mudança na educação e desenvolvimento de políticas nacionais. Nesta linha, Desai e Kharas (2008) argumenta que as fundações privadas têm mais interesse de chegar às áreas mais necessitadas e marginalizadas porque são relativamente livres de restrições governamentais e não é à toa, que os países que mais precisam de financiamento os recebem de fundações privadas.

Afirmando que a parceria entre as fundações de apoio e as universidades públicas é um mecanismo de fortalecimento de sua missão, Rocha (2012) apresenta alguns pontos que considera importante nessa relação:

QUADRO 5 – DESAFIOS DAS FUNDAÇÕES DE APOIO

Princípios	Descrição
Solidariedade Social	A fundação como base da solidariedade social, preocupação social transformadora, baseada em valores humanos e de confiança mútua. Tem o papel de apoiar a universidade no cumprimento da sua missão institucional.
Vinculação ao terceiro setor	O surgimento de um grande número de fundações de apoio em que uma sociedade consegue sobreviver com um Estado que se encontra fragilizado e um mercado que vive um capitalismo selvagem. Neste quadro que surgem as fundações de apoio para atender o interesse público, o bem comum.
Preocupação com a identidade na diversidade	A diversidade e a diferença devem ser respeitadas. As fundações de apoio buscam encontrar uma identidade de atuação, buscam encontrar um ponto orientador ao conjunto de múltiplas ações institucionais que executam junto às universidades. Esse ponto orientador deve estar orientado pela natureza social das fundações.
Cultura democrática	A fundação de apoio encarregada de contribuir para a formação e o fortalecimento de uma cultura democrática e cidadã, buscando modificar formas de pensar, agir e sentir, construindo uma pedagogia social, formadora de uma nova cultura social. As fundações de apoio passando de uma ordem recebida para uma ordem produzida.
Nova institucionalidade	Usando da participação, igualdade e governabilidade, as fundações de apoio podem contribuir para que a sociedade seja capaz de entender e resolver seus conflitos sem recorrer à violência e a intolerância. Ainda que uma entidade de classe tenha interesses diferentes, é no espaço público que se contribuem para a igualdade e compartilhamento de interesses.
Democracia cultural	Que todos os diferentes sentidos e símbolos da diversidade social possam competir e circular em igualdade de condições. Criando a competência cultural para que sejam criadas diferentes formas de ver, produzir e entender o mundo dos setores populares.
A transição do conhecimento universitário para o conhecimento pluriuniversitários	A universidade mais aberta e menos hierarquizada. Responder mais rapidamente às demandas sociais pela democratização radical da universidade. Viabilizar a interatividade entre o conhecimento universitário com outras formas de conhecimento dispersas na comunidade.
Apoio à extensão universitária	Para evitar a privatização da universidade, as atividades de extensão devem ter como objetivo prioritário, o apoio solidário na resolução e da discriminação social, dando vez aos grupos excluídos e discriminados.
Articulação com as redes	Conhecimento produzido em rede. Implica uma revolução institucional e uma revolução nas mentalidades. Instituídas para funcionar como entidades autônomas e autossuficientes, as universidades precisam passar por mudanças. As fundações podem contribuir nesse processo de articulação das universidades públicas com outras redes sociais formadas por empresas, movimentos sociais e outros.
Integração com a comunidade e apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico.	As fundações de apoio na mediação entre a sociedade e a universidade, trazendo demandas sociais e levando conhecimento para fora dos muros da universidade. Contribuindo na difusão e aplicação prática, na construção de tecnologias sociais e partir do conhecimento universitário.

FONTE: Adaptado de Rocha (2012, p. 2-3).

Conforme observado no Quadro 5, estes são para Rocha (2012) alguns desafios compartilhados pelas fundações de apoio e que são estímulos obrigatórios para a energia social necessária de uma nova realidade social.

O subtópico a seguir contextualiza as características da Fundação da Universidade Federal do Paraná (FUNPAR) que presta serviços à Universidade Federal do Paraná (UFPR).

2.3.1.1 Fundação da Universidade Federal do Paraná - FUNPAR

Criada pela Resolução nº 03/79 do Conselho Universitário da Universidade Federal do Paraná em 23/04/1979 e registrada em 15 de abril de 1980, a FUNPAR (Fundação de Apoio à Universidade Federal do Paraná) de acordo com seu estatuto (1980, p.1) é constituída na forma de pessoa jurídica de direito privado, instituição de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado. Ainda de acordo com seu estatuto (1980, p.1) rege-se pela legislação aplicável e pelas normas complementares que venham a ser editadas pelos órgãos competentes.

Fazem parte da instituição FUNPAR as seguintes pessoas jurídicas de direito público e privado: i) Universidade Federal do Paraná, ii) Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, iii) Federação da Agricultura do Estado do Paraná, iv) Federação do Comércio do Estado do Paraná, e v) Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

Reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) como Fundação de Apoio à Universidade Federal do Paraná (UFPR) desde 1985, em seu estatuto (1980, p.1) artigo 2º, a FUNPAR tem por objetivos:

- a** - promover e apoiar a execução de programas e eventos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, assistência social e de saúde, atividades culturais e de caráter social, filantropia e de proteção ambiental, de acordo com as políticas estabelecidas pelos Conselhos Superiores da Universidade Federal do Paraná;
- b** - viabilizar recursos técnicos, gerenciais e/ou financeiros para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão de instituições de ensino e pesquisa, conveniadas com a Universidade Federal do Paraná;
- c** - conceder bolsas de estudo e pesquisa, a nível de graduação e pós-graduação em programas de ensino, extensão, desenvolvimento científico e tecnológico;
- d** - colaborar com pessoas jurídicas, instituições e órgãos públicos e privados em programas administrativos, científicos e tecnológicos e na promoção da integração ao mercado de trabalho e em atividades de amparo às crianças, adolescentes e idosos carentes, bem como de habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária, inclusive no fomento de práticas desportivas;
- e** - desenvolver atividades técnicas, de consultoria, científicas e administrativas, para instituições públicas ou privadas, podendo, inclusive, contratar pessoal (especializado ou não), para atender às finalidades propostas; e

f - produzir e executar serviços de radiodifusão em todas as suas modalidades, sem finalidade comercial, ou seja, com fins exclusivamente educativos, culturais, científicos e beneficentes.

Para cumprir com os objetivos a que se propõem no artigo 2º, a FUNPAR em seu parágrafo 1º desse mesmo artigo poderá:

a - firmar acordos, convênios, ajustes ou contratos com a Universidade Federal do Paraná e outras entidades, públicas ou privadas, para a consecução das atribuições previstas neste artigo segundo;

b - utilizar-se de pessoal e bens da Universidade Federal do Paraná, mediante instrumento legal próprio, para execução dos programas, em consonância com normas da mesma, visando a integração com a comunidade;

c - criar Escritórios Administrativos, Agências ou Sucursais dentro do Território Nacional ou fora dele.

Caracteriza-se a FUNPAR de acordo com seu estatuto no artigo 3º (1980, p.2)

por:

I - aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado operacional integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

II - aplicar as subvenções e doações recebidas nas finalidades a que estejam vinculadas;

III - não distribuir resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto;

IV - não perceberem seus instituidores, conselheiros, diretores, benfeitores ou equivalentes remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão de competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;

V - não constituir patrimônio de indivíduo ou de sociedade sem caráter beneficente de assistência social;

VI - prestar serviços gratuitos e permanentes aos beneficiários, sem qualquer discriminação de clientela;

VII - ter sua escrituração contábil e as demais previstas em lei efetuadas com rigorosa exatidão e mantidas em livros e documentos próprios;

VIII - observar os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileira de Contabilidade;

IX - apresentar, anualmente, parecer de auditoria externa independente;

X - atender aos demais dispositivos legais definidores das entidades de assistência social, ou a elas pertinentes.

Em seu relatório anual de atividades no ano de 2014, a FUNPAR afirma que o negócio a que se propõem, é a prospecção e gestão de projetos. Para isso prestou, de acordo com o mesmo relatório, apoio em todas as etapas aos coordenadores de projetos e suas respectivas equipes, iniciando pela concepção, construção da proposta, plano de trabalho, elaboração e adequação jurídica do contrato, trâmites burocráticos e assinaturas da documentação, implementação e acompanhamento do respectivo projeto, até a etapa final e correta prestação de contas.

Reafirmando seu compromisso de contribuir para a execução de projetos de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional, a FUNPAR apresentou

em seu relatório anual de desempenho no ano de 2014 (p.10) os seguintes resultados:

QUADRO 6 – RESULTADOS FUNPAR - 2014

Ordem	Resultados
I	Garantiu a execução de 409 projetos (dos quais 105 novos projetos) sob a gestão administrativa, técnica e financeira em apoio a UFPR, apesar das dificuldades enfrentadas, como a adequada gestão dos recursos, entre outros. A categoria de projeto voltada a realização de cursos correspondeu a 33,74% dos projetos apoiados pela FUNPAR, seguido das ações de pesquisa com 28,61% das iniciativas em 2014. O setor de Ciências Agrárias foi o setor com maior participação na realização de projetos, em segundo lugar o Hospital de Clínicas, seguido pelo setor de Ciências Sociais Aplicadas e de Tecnologia. A FUNPAR credita ao atendimento personalizado aos pesquisadores na fase de negociações dos projetos o responsável pelo aproveitamento de 80% das iniciativas negociadas, sendo que 105 de 131 negociações foram convertidas em convênios;
II	A gestão do Hospital de Clínicas, da Maternidade Vitor Ferreira do Amaral, Hospital do Trabalhador, Hospital de Litoral (em Paranaguá) e o Hospital Estadual de Guaraqueçaba, segundo o mesmo relatório, absorvem grande parte do tempo, capacidade técnica e recursos da FUNPAR. Ainda segundo o relatório de atividades 2014 (p.25), a parceria pela saúde possibilitou campo de aprendizado e qualificação de vários cursos da UFPR, além de serviços de saúde a comunidade, que propiciaram 4.111.846 procedimentos hospitalares.
III	Implantação em 12/2014 do código de ética, consolidando princípio e diretrizes a serem observados por profissionais ligados a FUNPAR como: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade;
IV	Buscando a prospecção de novos financiadores e projetos, a FUNPAR manteve estreitar as relações com diversas instituições, entre elas as Prefeituras de Castro, Campo Mourão, Curitiba, Ponta Grossa e Telêmaco Borba, as empresas COPEL e Petrobrás, além de um protocolo de intenções com a APPA (Associação dos Portos de Paranaguá);
V	Aos professores e pesquisadores da UFPR, a FUNPAR tem desenvolvido ações no sentido de apresentar e divulgar a mesma, estimulando o desenvolvimento de novos projetos junto à universidade com apoio da fundação;
VI	Criada a controladoria da FUNPAR com o objetivo de facilitar a gestão da organização e seus setores, promovendo o monitoramento das atividades da empresa, realizando o levantamento da matriz de risco, buscando levantar todas as possíveis ameaças à organização;
VII	Os recursos financeiros apresentaram em 2014 um acréscimo de 28,17% para os projetos de pesquisa se comparados com o ano anterior, sendo que os recursos repassados pela UFPR representaram 47% do total de recursos movimentados na execução de 192 projetos. Com 28% dos recursos geridos em 2014 o SUS – Sistema Único de Saúde com repasses para a manutenção do Hospital do Trabalhador e o Regional do Litoral, foi outra fonte significativa de recursos em projetos;
VIII	O relatório de atividades da FUNPAR 2014, afirma que os projetos de pesquisa ou extensão contaram com a participação de pelo menos 2/3 do pessoal da UFPR, entre docentes, pesquisadores, servidores e estudantes de graduação e pós-graduação. Afirma ainda que foram concedidas 963 bolsas para servidores e 541 bolsas para alunos de graduação e pós-graduação, totalizando cerca de 4% do total de recursos movimentados no exercício;
IX	Com relação à parcela de ganhos econômicos, a FUNPAR transferiu à UFPR, segundo o relatório de atividades 2014 (p.23) a título de ressarcimento, Fundo de Desenvolvimento Acadêmico (FDA) e taxas de setores e departamentos a quantia de R\$ 1.563.783,38 (Um milhão, quinhentos e sessenta e três mil, setecentos e oitenta e três reais e trinta e oito centavos). Ainda segundo a FUNPAR, foram incorporados ao patrimônio da UFPR 3.226 bens e equipamentos, no total de R\$ 9.435.952,69 (Nove milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, novecentos e cinquenta e dois reais e sessenta e nove centavos), além da aquisição de 672 itens durante o ano de 2014
X	A FUNPAR em seu relatório de atividades de 2014 (p.26) em relação à gestão dos recursos humanos, afirma que trabalha em atendimento a legislação, dentro do menor prazo possível e de acordo com o estabelecido no Plano de trabalho de cada projeto. Conta com uma equipe de administração composta por 114 colaboradores, entre profissionais ligados a gestão dos projetos e de suporte as atividades. Entre os projetos apoiados, os da área

	hospitalar são responsáveis pelo maior contingente de pessoal na FUNPAR, com 1715 colaboradores, sendo o Hospital de Clínicas responsável pelo maior número de colaboradores. A execução de projetos gerenciados pela FUNPAR, segundo o mesmo relatório de atividades 2014 (p.26), envolve a participação de professores e pesquisadores da UFPR, alunos e profissionais liberais. Em 2014, 500 professores e servidores receberam bolsas por suas participações em projetos e 541 alunos de graduação e pós-graduação mantiveram vínculo com a FUNPAR para atuação em projetos da UFPR.
XI	Buscando mais transparência ao processo de seleção das equipes que atuaram nos projetos, os quais possibilitam a indicação prévia dos servidores, pesquisadores e alunos, a FUNPAR durante o trâmite do processo, análise e aprovação da equipe passa a responsabilidade para às instâncias competentes no âmbito da UFPR. Havendo a necessidade de seleção, a FUNPAR auxilia a coordenação do projeto e a partir do segundo semestre de 2014 definiu modelos de Editais para a seleção de profissionais. No ano de 2014 foram publicados seis editais em jornais de grande circulação e no site da Fundação para preenchimento de 16 vagas em cinco projetos.
XII	Em 2014 a FUNPAR apresentou 209 prestações de contas, sendo 215 diligências atendidas e 21 projetos receberam a aprovação das contas emitidas pelos órgãos financiadores. Ainda segundo o relatório de atividades de 2014 (p.29) no que diz respeito a UFPR, das 143 prestações de contas, 113 sofreram diligências e nenhuma conta foi aprovada até a elaboração do relatório de atividades.
XIII	Entre os vários projetos firmados entre a FUNPAR e a UFPR, o setor de ciências sociais aplicadas foi responsável por 45 convênios de um total de 138 voltados para a realização de cursos. Entre esses cursos, o MBA Inteligência de Negócios, que buscou desenvolver nos participantes as competências, habilidades e qualificações gerenciais alinhadas aos princípios da inteligência de negócios e sustentabilidade.
XIV	Em relação às notas explicativas às demonstrações contábeis, de acordo com o relatório de atividades de 2014 (p.51), a FUNPAR declara por meio da nota 10 que não conseguiu concluir o processo de contratação de uma empresa para fazer a revisão do valor residual e da vida útil dos ativos – NBC TG 27, declarando que fará esforços para concluir tal revisão. Ainda na nota 14 – Contingências – a FUNPAR declara que classificou ações trabalhistas de convênios e/ou projetos como: contingências de provisão possível de perda no valor de R\$ 14.525.277,19 (Quatorze milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, duzentos e setenta e sete reais e dezenove centavos), valor esse calculado por empresa contratada para atender a área trabalhista.

FONTE: Adaptado do Relatório Anual de Desempenho 2014 – FUNPAR

Conforme Quadro 6 observa-se a preocupação da FUNPAR em prestar bons serviços à instituição contratante.

O tópico a seguir contextualiza a Fundação de Apoio à Educação Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNTEF), que presta seus serviços à Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

2.3.1.2 Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) - FUNTEF

A FUNTEF-PR (Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico) foi constituída em 11 de junho de 1997, registrada e credenciada junto ao CNPq sob nº. 900.0726/98, entidade de direito privado, sem fins lucrativos e de duração indeterminada (RELATÓRIO DE GESTÃO 2014, p.13). Ainda segundo o mesmo relatório, a FUNTEF-PR tem por objetivo

apoiar a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) na consecução de objetivos relacionados com o ensino, pesquisa e extensão e contribuir para a promoção do desenvolvimento científico, tecnológico, artístico, cultural, preservação ambiental e aprimoramento das relações entre a instituição, sua comunidade e a sociedade.

O quadro 7 faz uma síntese das ações e atividades apresentadas no relatório de gestão no ano de 2014 da FUNTEF-PR, iniciando pela estrutura organizacional, passando pela gestão de recursos humanos e finalizando com o acesso às informações da Fundação de Apoio.

QUADRO 7 – SÍNTESE DE GESTÃO E ATIVIDADES DO EXERCÍCIO DE 2014

Atividade	Ações Desenvolvidas
Organizacional	Na Estrutura Organizacional, os órgãos da Administração Superior da FUNTEF-PR são: Assembleia Geral, Conselho Deliberativo, Fiscal e Técnico-Científico. Fazem parte da Administração Executiva os órgãos da Diretoria Executiva, de Projetos e Administrativa-Financeira.
Gestão de Recursos Humanos	Em 2014, 26 funcionários fizeram parte do quadro funcional administrativo distribuídos em Curitiba, Campo Mourão, Cornélio Procopio, Medianeira, Pato Branco, Ponta Grossa e Londrina. Fazem parte 22 funcionários lotados nos laboratórios de pesquisa (vinculados a projetos), 24 estagiários bolsistas e distribuição de 924 bolsas a estudantes vinculados à convênios.
Gestão de Materiais e Patrimônio	No que se refere à modalidade de licitação, dos 667 processos 579 ocorreram com a dispensa de licitação, gerando um valor contratado no total de R\$ 3.192.262,65, sendo que Curitiba aparece com 216 processos seguida de Ponta Grossa com 75 processos. Com relação aos recursos financeiros movimentados ocorreram 8.139 requisições, sendo Curitiba com 3.778, seguida de Pato Branco com 1.232 requisições. Dessas requisições entre os valores requisitados, valores empenhados e pagos, os <i>Câmpus</i> de Curitiba, Pato Branco e Cornélio Procopio foram os mais privilegiados em atendimento à suas solicitações. No processo de importação de equipamentos realizados em 2014, ocorreram 28 liberações para os mais diversos setores, totalizando um montante de R\$ 1.736.593,60. No aspecto de bens móveis por <i>Câmpus</i> em 2014, Curitiba foi a que recebeu um maior volume de entradas no valor de R\$ 2.039.063,03, seguida de Campo Mourão com R\$ 61.741,80. Com relação ao número de equipamentos de informática e audiovisuais à disposição dos servidores e discentes pertencentes à UTFPR, Curitiba aparece com 6.791 equipamentos, seguida de Pato Branco com 1.722 e Medianeira com 1.326.
Gestão de Processos de Seleção – Cursos Técnicos.	Na operacionalização para aplicação do Exame de Seleção para os cursos técnicos em cada <i>Câmpus</i> da UTFPR, os dados dos exames de seleção para 2014 (1º e 2º semestres) apontaram Curitiba com 165 ingressantes, sendo 81 em Técnico em Eletrônica e 84 em Técnico em Mecânica.
Indicadores de Desempenho na Gestão de Projetos.	Na evolução da gestão da quantidade de projetos entre os anos de 2013 e 2014 ocorreu um aumento na ordem de 49,15% (176 projetos). Em 2014, 353 projetos continuavam em desenvolvimento, representando um aumento de 25,71% em relação a 2013. Foram encerrados 104 projetos em 2014, um percentual de 23,80% em relação a 2013.
Participação de Pessoal em Projetos.	Em atendimento ao Decreto 7423/2010 que define a participação de no mínimo dois terços de pessoal vinculado à instituição apoiada, em 2014 a execução de projetos envolveu 1.683 pessoas, sendo 88,65% com vínculo com a UTFPR. Dessas 1.683 pessoas, 924 foram alunos de graduação e pós-

	graduação da UTFPR, representando 54,90%.
Incorporação de Parcela dos ganhos econômicos.	A UTFPR recebeu da FUNTEF-PR o valor total de R\$ 1.350.127,40 referente parcela dos ganhos econômicos decorrentes da gestão de projetos, após sua finalização. Desses valores o campus Curitiba ficou com o maior repasse (R\$ 1.091.604,70), seguido de Pato Branco (R\$ 128.748,97), Cornélio Procópio (R\$ 75.849,28), Campo Mourão (R\$ 53.924,45). A FUNTEF-PR realizou ainda a transferência de 229 itens para o imobilizado da UTFPR cujo montante resultou R\$ 1.088.865,50 em bens patrimoniais, ficando o <i>Câmpus</i> Curitiba com 182 itens perfazendo um total de R\$ 1.013.545,96, seguido de Campo Mourão com 45 itens totalizando R\$ 74.869,54) e Medianeira com 2 itens no valor total de R\$ 450,00.
Término de Obra da UTFPR em Projetos Administrados pela FUNTEF-PR	Em acordo firmado entre a FUNTEF-PR e a Petrobrás, finalizaram-se as obras do Bloco N na sede Ecoville do <i>Câmpus</i> Curitiba. O espaço abrigará o núcleo de Escoamentos Multifásicos do Departamento Acadêmico de Mecânica da UTFPR, com o objetivo de desenvolver pesquisas básicas e aplicadas, de cunho teórico e experimental, sobre escoamentos multifásicos em tubulações e equipamentos.
Gestão das Atividades da área de tecnologia da informação.	A área de Tecnologia da Informação durante o exercício de 2014 realizou a manutenção e gerenciamento de vários sistemas, entre eles: Desenvolvimento de novos sistemas (como: sistema vestibular, RSS, Candidato, administrativos entre outros) e Manutenção de Sistemas (como: pós-graduação e manutenção nos servidores físicos e virtuais).
Acesso às informações da Fundação de Apoio.	A FUNTEF-PR por meio de seu relatório de prestação de contas 2014 informa que no site da FUNTEF-PR, portal da transparência, estão todas as informações sobre a gestão de projetos.

FONTE: Adaptado do Relatório de Gestão e atividades desenvolvidas FUNTEF-PR (2014, p.14-37)

Com o objetivo maior a que se propõe apoiar a UTFPR no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, a FUNTEF-PR por meio de seu relatório de gestão e prestação de contas (2014, p.39-46) apresentou atividades que se destacaram em seus diversos *Câmpus*, a saber:

I. Pós-graduação Lato Sensu: Em 2014, 91 foi o número de cursos de especialização ofertados pela UTFPR, sendo que Curitiba ficou com 43 cursos, seguida de Cornélio Procópio e Medianeira cada um com 12 cursos e com 8 cursos cada uma, Pato Branco e Ponta Grossa. Com relação ao número de alunos de especialização, de um total de 6.019, o *Câmpus* Curitiba aparece com 2.327, em seguida Medianeira com 1.725 e Pato Branco com 749 alunos.

II. Projetos de Pesquisa Editais Pesquisador: A Fundação Araucária tem convênio com a FUNTEF-PR para gestão administrativo-financeira das bolsas e aquisição de equipamentos. Esse convênio permitiu aos pesquisadores aprovarem projetos individuais, vigente em 2014, no valor de R\$ 2.740.060,82. Esses recursos foram por meio de bolsas, equipamentos e custeio de pesquisas, tipicamente vinculado aos programas de pós-graduação, abrangendo 11 dos 13 *Câmpus* da UTFPR. O *Câmpus* Curitiba ficou com o maior volume de Projetos, seguido de Pato Branco, Londrina e Dois Vizinhos, Toledo e Apucarana foram os com menores volumes de projetos.

III. Programa Institucional de Inscrição Científica (PIBIC): De acordo com o relatório de Prestação de Contas 2014 (p.41) o número total de alunos beneficiados pelo programa permaneceu praticamente estável em relação ao biênio 2012-2013 e conseguiu beneficiar alunos de todos os *Câmpus* da universidade. Ainda segundo o relatório (p.42) a Fundação Araucária foi o órgão de fomento com maior número de bolsas de iniciação científica (135), seguida do CNPq com 72 e o *Câmpus* Curitiba com 76

bolsas de programa PIBIC seguido de Pato Branco (37) e Ponta Grossa (32) foram os que tiveram maior destaque.

IV. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica e Inovação (PIBITI): De um total de 64 bolsas de iniciação tecnológica, segundo o relatório de prestação de contas 2014 (p.43), 58 foram patrocinados pelo CNPq e 6 pela UTFPR. Das 64 bolsas, 18 foram contempladas ao *Câmpus* Curitiba, 12 para o *Câmpus* Dois Vizinhos e Pato Branco com 8 bolsas.

V. Programa de Apoio a Ações Afirmativas para Inclusão Social em Atividade de Pesquisa: A Fundação Araucária foi a que mais patrocinou bolsas neste programa, segundo o relatório de prestação de contas 2014, p.44, com 60 bolsas. Ainda segundo o mesmo, Curitiba foi contemplada com 15 bolsas, Dois Vizinhos com 13 e Pato Branco com 11 bolsas.

VI. Programa de Bolsas de Iniciação Científica para aluno do Ensino Técnico e Médio: O número de bolsas para este programa totalizou 170 bolsas, ficando o CNPq com a maior participação com 100 bolsas.

VII. Apoios Tecnológicos Desenvolvidos: A infraestrutura disponível em cada *Câmpus* com as competências identificadas nas pessoas contribuem para que o apoio tecnológico seja disponibilizado para os diferentes segmentos da sociedade. Esse apoio, segundo relatório (p.46), principalmente nos *Câmpus* mais distantes da capital, preenchem lacunas específicas que evitam que os solicitantes tenham que recorrer a outros centros para atender as suas necessidades, economizando tempo e recursos. Em 2014, segundo o relatório (p.47) foram 494 clientes atendidos e 318 apoios realizados.

Entre os acordos firmados pela FUNTEF-PR vigentes em 2014 e demonstrados nos relatórios de saldos orçamentários oriundos de convênios, segundo o relatório de prestação de contas 2014 (p. 47-62) o contrato TC 09/2012 – Plano de Saúde cujo objeto é o apoio na execução do plano de saúde e odontológico para atendimento aos servidores ativos, aposentados e dependentes da UTFPR, firmado em 01.01.2012 e com vigência até 31.12.2015, foi o que mais se destacou pelo saldo orçamentário existente em 31.12.2014 (R\$ 9.215.174,79) além de contar com uma única pessoa envolvida no projeto. Já no demonstrativo dos saldos orçamentários oriundos dos termos de cooperação, o mesmo relatório de (2014, p.63-66) aponta a entidade cooperante Petrobrás TC – 0050.0068718.11.9 CT Escoamento/Golfadas cujo objeto é o desenvolvimento do projeto P&D intitulado “análise de escoamentos intermitentes em golfadas de óleo e gás com mudanças de direção”. Firmado em 25.08.2011 e vigência até 24.08.2015, chama atenção pelo saldo orçamentário em 31.12.2014 de R\$ 1.079.808,35 e com 38 pessoas envolvidas no projeto.

A prestação de contas do exercício de 2014 da FUNTEF-PR, conforme o relatório de prestação de contas (2014, p.78-79) foi auditado pela Bazzaneze Auditores Independentes S/S e em sua opinião, as demonstrações financeiras

apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira da FUNTEF-PR e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

No próximo subtópico serão apresentadas as características da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico da Universidade Estadual de Ponta Grossa (FAUEPG).

2.3.1.3 Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico da Universidade Estadual de Ponta Grossa

A FAUEPG (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico da Universidade Estadual de Ponta Grossa) em seu estatuto art. 1º foi instituída em 04/12/2006, como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com duração ilimitada, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa. Ainda de acordo com mesmo artigo, pode estender seu limite de atuação para outros Estados, Distrito Federal e territórios da União.

Em seu artigo 3º do estatuto da FAUEPG tem por finalidade:

- i – apoiar projetos de pesquisa, ensino e extensão universitária e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico em estreita colaboração com a Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG,
- ii - apoiar a promoção de cursos, seminários, palestras e outras atividades correlatas, do interesse da comunidade universitária e de outros segmentos da sociedade,
- iii - prestar serviços técnicos e científicos à sociedade, diretamente ou por intermediação, na execução de obras para pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, bem como a industrialização, produção e comercialização de bens, a fim de complementar o adequado suporte financeiro para o melhor desenvolvimento da UEPG,
- iv - apoiar na elaboração e execução de projetos técnico-científicos, culturais, artísticos e desportivos, viabilizando os recursos financeiros necessários a sua execução e utilizando os benefícios fiscais facultados pela legislação,
- v - apoiar e promover consultoria técnica de alto nível, programas de capacitação e prestação de serviços técnicos especializados, no atendimento às solicitações de empresas, entidades, órgãos e instituições de natureza pública ou privada, nacionais ou estrangeiras,
- vi - planejar, organizar, executar e avaliar programas e projetos de desenvolvimento nas áreas social, econômica, jurídica, tecnológica e da saúde,
- vii - planejar, organizar, executar e avaliar programas e projetos de desenvolvimento institucional e de programas de qualificação e atualização profissional, com ênfase na melhoria da qualidade e competitividade de pessoas e organizações,
- viii - desenvolver atividades técnicas de consultoria, auditoria, assessoria científica e administrativa a instituições públicas e privadas,

- ix - planejar políticas de informática, modernização organizacional, desenvolvimento, implantação e manutenção de projetos de informatização e suporte a recursos computacionais,
- x - elaborar estudos, pesquisas e planejamento em recursos hídricos, meio ambiente e na aplicação da energia, em suas mais diversas formas,
- xi - levantar, processar, armazenar, analisar e divulgar dados e informações socioeconômicas, em parceria com entidades públicas ou privadas, interessadas em seus resultados,
- xii - prestar serviços administrativos de cadastramento de estudantes, campus e oportunidades de estágios curriculares, bem como de execução do pagamento de bolsa auxílio, concessão de vale transporte e outros solicitados pelas instituições de ensino,
- xiii - participar, com as instituições de ensino, no esforço de captação de recursos para viabilizar estágios curriculares obrigatórios ou voluntários,
- xiv - apoiar, de todas as formas possíveis, o aperfeiçoamento do pessoal docente, dos agentes universitários e dos alunos, em todos os níveis de ensino,
- xv - instituir fundos de apoio específicos para as atividades de ensino, pesquisa, extensão, culturais e assistenciais da UEFG,
- xvi - instituir e apoiar bolsas de estudos e de pesquisas, campos de estágio e de aperfeiçoamento a docentes, agentes universitários e alunos, para atuarem no desenvolvimento integral da coletividade,
- xvii - viabilizar a divulgação de informações entre os meios de comunicação disponíveis, e
- xviii - promover a integração da Universidade com as empresas do setor privado, com os órgãos do setor público e com as organizações da sociedade civil.

No portal da transparência da FAUEPG (2015) o demonstrativo das receitas e despesas no ano de 2014 foi demonstrado conforme Quadro 8:

QUADRO 8 – DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESEMPESAS NO ANO 2014 - FAUEPG

Convênio	Entidade	Mês/ano	Receita Mês R\$)	Receita Acumulada no Ano (R\$)	Despesa Mês (R\$)	Despesa Acumulada no Ano (R\$)
16/2010	SESA-SUS	01-02/2014	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis
16/2010	SESA-SUS	03-04/2014	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis
16/2010	SESA-SUS	05-06/2014	703.030,41	1.277.476,45	280.190,84	280.190,84
16/2010	SESA-SUS	07-08/2014	511.710,08	1.792.186,53	415.058,24	695.249,08
16/2010	SESA-SUS	09-10/2014	682.953,80	2.475.140,33	422.726,61	1.117.975,69
16/2010	SESA-SUS	11-12/2014	618.870,40	3.094.010,73	661.258,31	1.779.234,00
198/2011	Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde.	01-02/2014	1.560.049,54	1.560.049,54	1.388.184,51	1.388.184,51
198/2011	Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde.	03-04/2014	1.612.347,41	3.172.396,95	1.623.359,11	3.011.543,62
198/2011	Secretaria Municipal de Saúde –	05/2014	1.380.868,58	4.553.265,53	1.493.527,73	4.505.071,35

	Fundo Municipal de Saúde.					
--	---------------------------------	--	--	--	--	--

FONTE: Portal da Transparência (2016).

Com base no Quadro 8, evidencia-se no Portal da transparência da FAUEPG somente o Demonstrativo das Receitas e Despesas, não disponibilizando as prestações de contas referentes a 2014 acerca dos projetos de pesquisas fomentados por esta fundação.

O subtópico a seguir retrata as características da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual do Centro-Oeste (FAU).

2.3.1.4 Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual do Centro oeste - FAU

Em seu estatuto (p.1) a FAU (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual do Centro-Oeste) foi criada em 04/11/1999 pela Assembléia Geral dos membros instituidores e aprovada pelo Parecer Constitutivo 03/2000, sob a forma de Pessoa Jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, por prazo indeterminado e com autonomia administrativa e financeira. Ainda em seu artigo 2º do seu estatuto, a fundação tem foro na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná.

São objetivos da FAU em seu artigo 6º do estatuto:

- I – apoiar a UNICENTRO, por meio de fomento de projetos de desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão universitária;
- II – prestar serviços técnicos ou científicos a pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, diretamente ou por intermediação;
- III – desenvolver atividades de consultoria, de auditoria e de assessoria;
- IV – conceder incentivos a servidores e alunos de graduação e pós-graduação de acordo com regulamentação própria;
- V – desenvolver e ministrar atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- VI – disseminar conhecimentos e produtos oriundos de projetos apoiados, e
- VII – integrar a Universidade à comunidade.

A FAU a fim de alcançar ao objetivo que se propõe, em seu artigo 7º afirma poder firmar acordos, convênios e contratos, além de articular-se com órgãos ou entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, em especial com a UNICENTRO. O patrimônio da FAU é constituído, segundo seu estatuto no artigo 8º de:

- I – dotações iniciais dos seus instituidores;
- II – dotações advindas de membros associados e beneméritos;
- III – doações, legados, auxílios e contribuições que lhe venham a ser destinados por pessoas de direito público ou privado, para esse fim;

IV – bens e direitos adquiridos para esse fim;
 V – fundo financeiro composto pelos resultados líquidos provenientes de suas atividades que, a critério do Conselho Deliberativo, devam ser incorporados ao Patrimônio.

As receitas da FAU se constituem de acordo com o art. 9º de seu estatuto em:

I – os rendimentos resultantes de atividades relacionadas, direta ou indiretamente, com as finalidades estabelecidas no artigo 6º, deste Estatuto;
 II – contribuições de pessoas físicas ou jurídicas;
 III – dotações ou subvenções eventuais de entes públicos das administrações direta, indireta ou fundacional;
 IV – auxílios e contribuições de entidades privadas, nacionais ou estrangeiras;
 V – doações e legados;
 VI – produtos de operações de crédito, internas ou externas, para financiamento de suas atividades e outras receitas de capital;
 VII – rendimentos próprios dos imóveis que possuir;
 VIII – rendas em seu favor constituídas por terceiros;
 IX – rendimentos decorrentes de títulos, ações ou papéis financeiros de sua propriedade;
 X – usufruto que lhe forem conferidos.

Preocupada com a transparência de sua gestão e com a devida prestação de contas para a sociedade, a FAU em seu estatuto no artigo 47 informa que para devida prestação de contas deverá conter os seguintes elementos:

I – balanço patrimonial;
 II – demonstração do resultado do exercício;
 III – demonstração das origens e aplicações dos recursos;
 IV – demonstração das mutações do patrimônio líquido;
 V – relatório pormenorizado da Diretoria, demonstrando as principais ocorrências do exercício;
 VI – parecer do Conselho Fiscal.

Ressalta-se a carência dos dados referentes à prestação de contas desta fundação para o ano de 2014, o que impossibilita o acompanhamento dos projetos fomentados pela mesma.

2.4 GOVERNANÇA NAS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

Esperando por resultados efetivos, o terceiro setor na busca pela realização de seus objetivos, deve levar em consideração a capacidade de articulação intra e inter setorial, conforme Quadro 9:

QUADRO 9 – ARTICULAÇÕES INTRA E INTER SETORIAL

Plano	Descrição
Organizacional	Alcançar a eficiência, eficácia e a perpetuidade organizacional.
Setorial	Alcançar o crescimento e a consolidação.

Políticas Públicas.	Solucionar problemas públicos.
---------------------	--------------------------------

FONTE: Adaptado de Falconer (1999, p.116)

As ações promovidas pelo terceiro setor buscam mudar maneiras de agir, pensar e atuar. Para Toro (2000, p. 36-37) se esse conjunto de modificações promovidas “for assistencialista, cria dependência; se for autoritária, cria baixa autoestima; se for clientelista, cria um clima de adesão e se for democrática, cria autonomia e cidadania”.

As organizações do terceiro setor, incluindo as fundações de apoio vêm enfrentando problemas semelhantes aos das empresas do setor privado. De acordo com Bose (2004, p.28) elas “precisam gerar resultados que mostrem eficiência e eficácia, captar recursos e desenvolver a capacidade de acompanhar as mudanças que afetam seu desempenho”.

Influenciado pela redução dos recursos financeiros internacionais, os quais garantiam a sustentabilidade das organizações do terceiro setor, o mesmo foi obrigado a atuar em outras causas e regiões carentes de recursos, além disso, as agências financiadoras desses projetos passaram a exigir resultados efetivos de sua atuação (FALCONER, 1999).

A busca pela eficiência e eficácia das organizações passam necessariamente pela profissionalização das pessoas, e não seria diferente com as instituições do terceiro setor (BOSE, 2004). Bose (2004) comenta que os voluntários não têm a satisfação de uma remuneração, e diante disso, necessitam obter mais satisfação com sua contribuição e participação pelos serviços prestados. Isto pode ser observado na maneira de gestão das entidades deste setor que pode variar em alguns estilos conforme Quadro 10.

QUADRO 10 – ESTILO DE GESTÃO

Estilo de Gestão	Referências
Grande resistência à adoção de treinamentos e técnicas gerenciais com receio de desvio dos valores e objetivos mais amplos que norteiam a organização.	Teodósio e Resende (1999); Teodósio e Brun (2000); Roesch (2001).
Amadorismo como característica do Terceiro Setor em função da resistência de adoção de modelos estruturados.	Falconer (1999); Tenório <i>et al.</i> (2001); Fischer (2002).
Flexibilidade como uma marca presente no dia a dia destas organizações. Informalidade por falta de sistematização de procedimentos e políticas. A mesma informalidade que dificulta a gestão, pois funções e responsabilidades não são definidas claramente. Por outro lado, ajuda na fixação do voluntário.	Falconer (1999); Teodósio e Resende (1999); Teodósio e Brum (2000); Adulis (2001); Roesch (2001); Tenório (2001).

FONTE: Adaptado de Bose (2004, p.454).

As características destes estilos influenciam as práticas de gestão, e a respeito destas, Carvalho (2004) afirma que ainda não há descrições conclusivas sobre a utilização de práticas de gestão do setor privado no terceiro setor no Brasil. Ainda para o autor (p.22) “em alguns casos, há uma relutância do terceiro setor brasileiro em adotar práticas gerenciais como se houvesse uma aversão ao modelo burocrático. ”

Neste contexto, Roesch (2001) relata que a relutância de algumas organizações em utilizar modelos de gestão de organizações do setor privado se dá por meio de diferentes argumentos, como: (i) cultura organizacional voltada para a ação; (ii) os recursos devem ser gastos com os necessitados e não com despesas administrativas indiretas; (iii) partem da ideia que o modelo de gestão usado por empresas do setor privado é para oprimir e explorar as pessoas; (iv) só irão se preocupar com os aspectos gerenciais quando eles aparecerem; e (v) a ideia de gestão tem sido direcionada pelas agências doadoras.

Ressalte-se que “a gestão das organizações sem fins lucrativos emprega as funções administrativas (planejamento, organização, direção e controle) com o objetivo de melhorar seu desempenho em termos de eficiência, eficácia e efetividade” (CARVALHO, 2004, p.24). Entretanto, o desempenho destas organizações não é orientado ao lucro, pois existem para prestar um bom serviço e seu sucesso é mensurado por quão bem elas conseguem fazê-lo.

A respeito das causas dos problemas de gestão dessas organizações, Anthony (1977, p. 49) descreve 6 dessas dificuldades, a saber:

- A falta de uma medida de lucro como ocorre nas organizações privadas, dificulta os gestores das organizações sem fins lucrativos estabelecerem uma relação entre valores investidos e benefícios gerados, além da falta dessa medida dificultar aos gestores suas escolhas de investimentos.
- No setor privado existe a concorrência e para cada cliente conquistado uma nova oportunidade. No Terceiro Setor um cliente a mais é visto como mais um problema, podendo levar à falta de motivação.
- Os fatores eficiência e eficácia não servem de critérios aos administradores na tomada de decisão quando a política entra em cena, prevalecendo interesses e troca de favores.
- A capacidade da organização em avaliar e decidir é afetada quando os critérios de escolha do conselho de administração são inadequados.
- Não adotar as modernas técnicas de gestão cria dificuldades para a organização, onde na maioria das vezes nomeia-se um administrador com melhor desempenho técnico.
- Evitar atrair administradores em início de carreira, pois os baixos salários indicam a importância que a sociedade atribui ao setor.

Carvalho (2004, p.27) afirma que “o modelo de gestão que as organizações do terceiro setor utilizam podem variar em função do ciclo de vida que estão e as necessidades de gestão evoluam à medida que elas amadurecem”. Tão importante quanto o modelo de gestão adotado pela organização, estão as características do gestor desta entidade. Silva (2001, p.58) caracteriza aspectos comuns aos gestores do terceiro setor, a saber:

- Um dia é diferente do outro, apresentando uma função dinâmica.
- Existirá todo dia algo importante para fazer, apontando para uma atividade contínua.
- O papel do gestor exige que o mesmo atenda a várias atividades, tornando a função variada.
- O fator responsabilidade, tensão, preocupação é inerente ao cargo e é preciso cuidar de cada parte sem perder o controle do todo.
- O cargo exige que tudo seja muito bem explicado para evitar prejudicar alguém de dentro ou de fora da organização.

Além da importância do papel do gestor das organizações do terceiro setor, o planejamento é um fator de suma importância, apesar da falta de critérios objetivos para avaliação da organização quanto ao atingir seus objetivos e realização de sua missão (CARVALHO, 2004).

Face ao contexto até aqui apresentado acerca das entidades do terceiro setor, em específico neste estudo das fundações de apoio, e suas características de governança apresentar-se-a a seguir o principal ator presente neste cenário: os docentes. Estes, fazem uso dos serviços das fundações de apoio ao terem seus projetos de pesquisa aprovados e administrados.

2.5 DOCENTES DAS IES

São diversas as adversidades enfrentadas pelos docentes no decorrer de sua carreira. A este respeito, Sousa *et al.* (2012) mapearam como sendo os principais fatores a falta de motivação dos alunos, heterogeneidade das classes, quantidade de trabalho administrativo, salas grandes e a falta de tempo. Ademais, verificaram que os problemas tendem a ser os mesmos em todas as fases do ciclo de vida profissional, sendo mais intensos no ingresso na carreira.

Na mesma pesquisa, os autores evidenciaram que os docentes com menor titulação apontaram a falta de condições para se qualificar e o conhecimento das normas acadêmicas como seus principais problemas, ao passo que para os

docentes com maior titulação a falta de tempo e trabalhos administrativos foram apontados como problemas mais intensos. Estes problemas influenciam na dedicação dos mesmos no aumento da produção científica, bem como na busca por apoio junto a órgãos de fomento de pesquisas.

Estes achados representam o cenário dos problemas enfrentados pelos docentes das IES públicas e privadas que podem levar a síndrome de *Burnout*. Pereira (2008) define o termo como “perder a energia”, “esgotar-se”, na qual o profissional perde o interesse na relação do trabalho, afetando os profissionais de qualquer área, entre elas educação, saúde, segurança, entre outros. Ainda para Pereira (2008) os docentes são alvo de diversos fatores estressores psicossociais (mau comportamento dos alunos, por exemplo), alguns ligados ao caráter de funções e ao contexto institucional.

Pereira (2008) em seu estudo com os docentes de IES privadas de Porto Velho (Brasil) acerca da síndrome de *Burnout constatou* altos índices de exaustão emocional, baixos índices de realização profissional, alta carga de horário semanal, multiplicidade de papéis e pouca participação nas decisões institucionais como fatores que podem influenciar no aparecimento da síndrome.

Neste contexto, Codo e Vasques (2000) afirmam que a matéria prima do professor é outro ser humano e como parte do processo, nele está submerso numa relação direta e imediata permeada pelo afeto. Sofrendo os impactos sociais de mudanças, de acordo com Neves *et al.* (2006) afirmam que isso interfere na estrutura psíquica do professor, ocasionando desgastes físicos e mentais, devido às exigências da profissão, trazendo problemas ao bem-estar do docente e considerando a profissão uma das mais sacrificadas.

A inadequada formação dos alunos falta de equipamentos e o nível de formação dos professores é citado por Buarque (1994) como alguns fatores para explicar a perda da qualidade no ensino. Ainda para o autor a vida acadêmica deveria ser fruto de vocação e não como ocorre com alguns docentes que a consideram como um mero vínculo empregatício, inviabilizando a força motivacional, reduz a dedicação, a energia, o prazer, o potencial e o resultado acadêmico.

Campos (2010) afirma que ser professor não é apenas conhecer o conteúdo. Este, deveria conceber a educação como algo que não leve ao conformismo e a simples instrumentalização do indivíduo para uma inserção social sem autonomia.

Em estudos realizados na Rússia, Savina (2015) mapeando a relação docente-discente verificou que os professores precisam estar mais preocupados em desenvolver as habilidades e talentos dos alunos e que para conseguir seus objetivos, os mesmos precisam ter conhecimentos das novas teorias de aprendizagem e abordagens educacionais. Para a autora, o professor deve ser criativo pois com inovações e novas ideias produz autonomia e independência, melhorando a qualidade da educação em geral.

Blaskova *et al.* (2015) estudaram a motivação entre os docentes da Polônia e da República da Eslováquia e perceberam que as pessoas altamente motivadas aplicam três abordagens em suas visões de vida conforme demonstradas no Quadro 11.

QUADRO 11 – ABORDAGENS MOTIVACIONAIS DOS DOCENTES

Abordagens	Descrição
Positivas	Ver as coisas pelo lado positivo. Esta posição atrai as pessoas e os grupos como se fosse imã.
Altruísmo	Perceber que as pessoas altruístas demonstram uma harmonia atraente e que está constantemente em renovação.
Valores	Nunca subestime a importância de seus próprios valores, pois caso contrário, as pessoas poderão não usar todas suas capacidades.

FONTE: Adaptado de Blaskova *et al.* (2015)

Complementando a abordagem acerca da motivação, ressalta-se as colocações de Machado *et al.* (2011) ao citar: Vroom (1964), Adams (1965), Herzberg (1966), Maslow (1970), Alderfer (1972), Quarstein *et al.* (1992) e Glisson e Durick (1988), afirmarem existirem quatro categorias gerais para explicar a motivação: (i) a Teoria do Conteúdo, (ii) de processo, (iii) modelos situacionais e (iv) do papel. A primeira, aborda a satisfação das necessidades e a realização de fatores intrínsecos e extrínsecos ao indivíduo. A categoria de processo busca identificar as relações entre as variáveis que compõem a motivação e as ações subsequentes usadas para influenciar o comportamento. Por sua vez, a categoria dos modelos situacionais, examinam a interação entre o indivíduo, a tarefa e as características das organizações, ao passo que a Teoria do papel analisa a interação de posições e características individuais.

É preciso ter motivação pois a categoria dos docentes apresenta peculiaridades complexas conforme destacado por Rowe *et al.* (2010): trabalhar em diferentes tipos de instituições, enfrentar tensões variadas, sendo um profissional

não apenas e necessariamente da instituição, além de mostrar diferentes relações com o conhecimento, seja para produzi-lo ou disseminá-lo.

Deste modo, há tempo se corrigiu a crença de que os incentivos remuneratórios criavam níveis de motivação efetivo e por extensão, a satisfação geral no trabalho (MACHADO *et al.*, 2011). Para Machado *et al.*, (2011) a satisfação no trabalho é constituída por um conjunto complexo de variáveis que interagem de várias formas, passando por fatores intrínsecos (crescimento e desenvolvimento pessoal) e extrínsecos (segurança no ambiente de trabalho) e que docentes motivados podem, com o apoio apropriado, construir uma reputação nacional e internacional tanto para si como para a IES.

Nos estudos acerca da motivação dos docentes, dois modelos de satisfação são apresentados, os de: Nyguist, Hitchcock e Teherani (2000) e Hagedorn (2000). No primeiro modelo sugere a presença de três fatores: (i) organizacionais (como recursos disponíveis, a relação entre docentes, percepção de oportunidades de promoção, progressão na carreira e capacidade de tomada de decisão); (ii) fatores relacionados ao trabalho que integram a autonomia e a liberdade acadêmica, estabilidade no emprego, estímulo, volume de trabalho, remuneração e a pressão do tempo, e (iii) os fatores pessoais que são as percepções de conflito de papéis e a interferência das responsabilidades profissionais com as responsabilidades familiares. Ressalta-se que no modelo proposto por Nyguist, Hitchcock e Teherani (2000), o contexto institucional e as características individuais influenciam a satisfação dos docentes.

O outro modelo de satisfação, proposto por Hagedorn (2000), em seus estudos procurou ordenar e classificar os fatores que contribuem para a satisfação no trabalho dos docentes, sugerindo dois conjuntos de fatores que tem impacto neste profissional: fatores catalisadores e mediadores. O primeiro fator é um evento significativo da vida que pode estar ou não relacionado com o trabalho, e o segundo é uma variável ou uma situação que influencia ou modera as relações ente outras variáveis ou situações, produzindo um efeito de interação, e representam situações, acontecimentos que fornecem o contexto em que a satisfação no trabalho deve ser considerada (HAGEDORN, 2000).

Dentre os diversos estudos acerca da satisfação e motivação dos docentes, pode-se elencar alguns conforme Quadro 12:

QUADRO 12 – ESTUDOS SOBRE A MOTIVAÇÃO DOS DOCENTES

Autores	Resultados das pesquisas
Pearson e Seiler (1983).	Neste estudo os autores observaram que globalmente, os docentes estavam mais satisfeitos que insatisfeitos, mas havia altos índices de insatisfação com elementos de compensação (ex.: benefícios, remuneração e demais).
Boyer, Altbach e Whitelaw (1994).	Exploraram as fontes de satisfação e frustração entre os docentes de 14 países (incluindo o Brasil). Os achados mostraram que os docentes manifestaram grande satisfação com a vida intelectual, com os cursos ministrados e suas relações com colegas.
Oshagboni (2000).	Verificou que 80% dos docentes do estudo no Reino Unido estavam satisfeitos e motivados com a docência, 65% satisfeitos com os projetos de pesquisa e 40% expressaram satisfação com tarefas administrativas.
Ward e Sloane (2000).	Estudaram as perspectivas de promoção, estabilidade no emprego e salário. Verificaram que a satisfação global no trabalho era elevada e estavam mais satisfeitos em ter sua própria iniciativa. Estavam menos satisfeitos com as perspectivas de promoção e com salário. Verificaram também que o aspecto não pecuniário desempenha um papel importante na escolha do emprego por parte dos docentes.
Santhapparaj e Alam (2005).	A remuneração, as promoções, as condições de trabalho tinham um efeito positivo na satisfação no trabalho entre docentes na Malásia. O quadro de docentes do gênero feminino estava mais satisfeito do que o masculino.
Ssesanga e Garrett (2005).	Verificaram que os docentes de Uganda estavam relativamente satisfeitos com o comportamento de seus colegas, com a coordenação e fatores intrínsecos do ensino. Insatisfeitos com: a remuneração, governança, promoção e instalações físicas.
Verhaegen (2005).	Verificou que para os docentes a liberdade acadêmica, o tempo para realização de pesquisas, localização geográfica da IES e as oportunidades de desenvolvimento profissional eram os principais fatores motivacionais.
Noordin e Jusoff (2009).	Constataram entre os docentes de uma IES no Brasil que os mesmos estavam moderadamente satisfeitos com seus empregos e verificaram uma relação positiva entre a satisfação no trabalho e a idade.

FONTE: Adaptado de Machado *et al.* (2011)

A motivação dos docentes é importante para o desempenho profissional e quando estão motivados têm direção e persistência de ação, mesmo diante das dificuldades e desafios. Dessa forma, a motivação é a chave para um desempenho eficaz (MITCHELL, 1982).

Os fatores motivacionais apresentam algumas dissimilaridades entre os docentes das IES públicas e privadas. A este respeito, Portes *et al.* (2015) estudando as diferenças existentes entre os docentes das IES públicas e privadas afirmam que os docentes das IES públicas têm mais títulos de mestrado e doutorado, ao passo que nas privadas prevalecem os títulos de especialistas e mestres. No mesmo estudo as autoras evidenciaram que as condições de trabalho do corpo docente são diferentes entre as IES, pois os docentes das privadas não têm condições de se dedicarem a pesquisas de extensão quando comparados aos de IES públicas.

A baixa quantidade de pesquisas por parte dos docentes das IES privadas é legitimada pela própria legislação que rege a educação no Brasil. A Lei nº 9.394/96,

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, art. 52, I, II) explica que apenas as instituições universitárias são legalmente obrigadas à investigação científica e nelas é exigida pelo menos um terço dos membros do corpo docente com o título acadêmico de mestres e doutores.

Ainda para Portes *et al.* (2015) as IES privadas depois de terem assegurado o mínimo exigido de docentes com a titulação mínima exigida, não tentam expandir seu corpo docente, não criando condições para estes qualificar e melhorar sua titulação. Usando do discurso da democratização do ensino superior com acesso ao direito à educação, os interesses e finalidades acabam se disfarçando do que ocorre atualmente (PORTES *et al.*, 2015). Assim, a realidade brasileira é para a privatização do ensino superior, seja pela expansão das IES privadas ou pelo ataque a autonomia universitária e a gestão das IES públicas.

A Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Base explica que a educação superior tem por finalidade, além de formar profissionais de diferentes áreas do conhecimento, incentivar o trabalho de pesquisas e promover a divulgação do conhecimento acadêmico, constituindo patrimônio da humanidade.

No que tange as produções científicas brasileira, tem-se observado claras demonstrações de crescimento, tanto em quantidade como em qualidade. Acerca deste crescimento, Rowe *et al.* (2010) demonstram índices superiores à média americana e comunidade europeia que é ancorada na excelente e bem distribuída pós-graduação do país. Ainda para os mesmos autores, quanto mais o docente investe tempo e dinheiro em sua carreira, maior é a sua produção científica. Portanto, investimentos acumulados em uma carreira, que poderiam ser perdidos ou menos aproveitados com uma mudança de carreira, reverterem em maior desempenho.

O desempenho do corpo docente tem impacto na aprendizagem dos alunos, determinando o sucesso dos mesmos e autores como Altbach (2003), Enders (1999) e Teichler (2009) são unânimes em afirmar que a contribuição dos docentes nas IES tem implicações na qualidade da instituição. Os mesmos autores afirmam existirem tendências globais com impacto nos docentes e nas IES que minam a motivação dos docentes como: a massificação, os controles de gestão e a deterioração do apoio financeiro.

2.6 PRODUÇÃO CIENTÍFICA

A produção científica, em grande parte, é fruto de orientações de mestrado e doutorado (ROSSONI; SILVA, 2008). Diante deste panorama, Souza, Silva e Araújo (2012, p.4) afirmam que:

A produção científica é uma das maiores ferramentas de desenvolvimento de uma sociedade, utilizada para a busca dos questionamentos que a população julga como fundamentais para o bom convívio em grupo. Aliado a esse fato, tem-se que os artigos publicados em periódicos são um dos atores principais para se atingir esse objetivo da comunicação científica, em virtude de seus resultados serem apresentados para a população de maneira mais rápida e por atingirem um grupo maior de pessoas, devido à facilidade de divulgação e circulação dos periódicos.

A produção científica tem, entre alguns de seus objetivos, a função de atualizar os que a leem, trazer soluções, desenvolver e divulgar conhecimento (CABRAL *et al.* 2011). Para isso, os mesmos autores afirmam que é necessário consultar diversas fontes, avaliar, ponderar, questionar, criticar ideias e pensamentos, a fim de buscar respostas que devem ser obtidas por meio de diversas áreas do conhecimento, mantendo-se, assim, um saudável diálogo. Isto porque, o valor de uma pesquisa para Aragão (2007, p.8) “não está no número de citações feitas ou da quantidade de obras lidas, mas do impacto que esse estudo trará para a sociedade, na economia ou no campo do conhecimento”.

As análises que buscam fornecer um mapeamento sobre o que tem sido pesquisado e publicado sobre o tema contabilidade são feitas com base na bibliometria (RIBEIRO, 2012). Nessa perspectiva, a bibliometria se desenvolveu mediante a elaboração de leis empíricas sobre o comportamento da literatura (EGGHE, 2005), as quais são mais utilizadas em trabalhos de produção acadêmica.

Para Egghe (2005) as leis empíricas são: a Lei de *Bradford* enfatiza a produtividade dos periódicos e, portanto, o grau de relevância da revista, sendo um aspecto importante; a Lei de *Lotka* destaca a produtividade científica de autores, ou seja, o número de vezes que cada autor aparece citado em outros trabalhos científicos, por meio de um modelo de distribuição de tamanho/frequência em um conjunto de pesquisas, evidenciando aspectos de coautoria; e a Lei de *Zipf*, que conta as incidências de palavras que aparecem nos artigos científicos, como, por exemplo, as palavras-chave mais visualizadas nos artigos investigados.

Em seus estudos analisando as publicações acadêmicas dos congressos da USP (Universidade de São Paulo) e do Enanpad no período de 2004 a 2007, Cabral *et.al* (2011) constataram que a produção acadêmica está bastante fundamentada em livros. Um fato preocupante porque as informações oriundas dos livros, segundo os mesmos autores, não são atualizadas para a produção de artigos acadêmicos. No mesmo estudo os autores verificaram que aos poucos, artigos de congresso que possuem referências nas áreas como Sociologia, Psicologia, Antropologia, pertencem, praticamente, à área temática de Ensino e Pesquisa em Contabilidade, ou seja, foram utilizados para uma área temática específica e não para o desenvolvimento da área contábil como um todo por meio de uma abordagem interdisciplinar. Em conformidade com os autores é possível que áreas como Contabilidade Aplicada para Usuários Externos estejam abrindo mão de uma abordagem mais ampla da realidade por um certo pragmatismo de curto e médio prazo.

Alguns estudos mostram a evolução da produção científica por meio da bibliometria que podem ser visualizadas no Quadro 13:

QUADRO 13 – AMOSTRA DA EVOLUÇÃO BIBLIOMÉTRICA DAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS

Autores	Descrição dos Trabalhos
Barbosa <i>et al.</i> (2008)	Analisaram os artigos da Revista Brasileira de Contabilidade do período de 2003 a 2006, por meio de uma aplicação bibliométrica. Verificaram um declínio do número de trabalhos publicados, além de uma constante publicação de artigos com uma única autoria. Verificaram a presença de 72% de homens como autores, bem como a presença de 35% dos autores com título de mestre.
Batistella, Bonacim e Martins (2008).	Verificaram o estágio da produção acadêmica na área contábil por meio do mapeamento de dois periódicos: Contabilidade & Finanças (FEA-USP) e Revista Base (Unisinos). Os resultados sugeriram que a Revista Contabilidade & Finanças (FEA-USP) apresenta, com relação ao quesito forma, um desempenho geral categorizado como bom, enquanto que a Revista Base (Unisinos) apresenta um desempenho mediano. Observou-se, também, uma maior concentração de autores nas publicações da Revista Contabilidade & Finanças (FEA-USP) em relação à Revista Base (Unisinos). O autor Medeiros foi o que mais publicou na Revista Contabilidade & Finanças e a autora Beuren na revista Base.
Espejo <i>et al.</i> (2009)	Analisaram as tendências temáticas e metodológicas de publicações veiculadas na <i>Accounting, Organizations & Society</i> (AOS), na Revista Contabilidade & Finanças (RCF) e na <i>The Accounting Review</i> (TAR), entre 2003 e 2007. Os resultados obtidos sugeriram predominância da temática nos usuários externos. Nos periódicos AOS e na

	TAR, a temática relativa aos usuários internos apresentou tendência de crescimento. Os autores perceberam maiores ocorrências de abordagem da racionalidade econômica, todavia, com tendência de queda e a abordagem de pesquisa comportamental e institucional mostraram-se, por outro lado, ascendentes. Os autores mais produtivos foram responsáveis por 14,1% da produção científica analisada. Apenas 2,6% dos autores obtiveram publicação em mais de um periódico.
Perdigão, Niyama e Santana (2010)	Analisaram as características da revista Contabilidade, Gestão e Governança no período de 1998 a 2009. Os autores verificaram o predomínio de autoria em parceria, diversidade de origem dos autores, média de referências por artigo (houve 22,05 citações), sendo que o tema contabilidade gerencial se destacou nas pesquisas analisadas. Os autores ainda destacaram os temas contabilidade internacional, que remete para a harmonização das normas contábeis, contabilidade social e ambiental, contabilidade tributária e a governança corporativa, por serem também assuntos importantes no cenário nacional e internacional corporativo e acadêmico.
Brunozi Júnior <i>et al.</i> (2011)	Analisaram a distribuição, as características metodológicas, a evolução e a temática das publicações científicas na Revista de Contabilidade & Finanças da USP de 1989 a 2009. A avaliação da revista indicou a concentração de autores afiliados a USP, principalmente docentes doutores; entretanto, a partir de 2003 os autores observaram a participação de outras entidades nas publicações. O periódico apresentou evolução ao longo dos anos, sendo que se percebe a distinção das temáticas propostas nos artigos. Nesse contexto, verifica-se a predominância de estudos relacionados a Finanças e Contabilidade (29%), Ensino de Contabilidade e Conhecimento (13%), Contabilidade Clássica e Teoria da Contabilidade (12%) e Sistemas de Informação, Comunicação e Evidenciação (11%). Quando se considera a proposta metodológica diversificada dos estudos, observa-se, quanto aos fins, a endogenia de trabalhos descritivos, principalmente no que concerne aos primeiros anos da revista. Quanto aos meios, notou-se, entre 1989 e 2002, uma concentração de publicações de cunho bibliográfico e documental. O cenário é distinto entre 2003 e 2009, em que predominaram estudos realizados com aporte de dados primários e/ou secundários, podendo-se classificá-los como empíricos.
Dantas <i>et al.</i> (2011)	Avaliaram a evolução do padrão da produção científica contábil no Brasil e nos Estados Unidos, entre 2001 e 2008, utilizando-se, para isso, dos <i>benchmarks</i> das seguintes revistas: Revista de Contabilidade e Finanças (RCF) e a <i>The Accounting Review</i> (TAR). Os testes trabalhados pelos autores revelaram que para a maior parte dos parâmetros analisados, não foram confirmadas as premissas de que as características da produção da RCF são equivalentes às da TAR ou evoluíram significativamente entre 2001 e 2008. Os autores realçam que os pesquisadores contábeis brasileiros precisam compreender algumas questões, aonde focam que o nosso padrão de comunicação científica não está aderente ao padrão internacional. Isso pode auxiliar a explicar o fato de que a produção contábil nacional tem pouca, ou quase nenhuma, inserção em periódicos internacionais.
Ribeiro (2012)	Investigou a produção científica do periódico <i>Brazilian Business Review</i> no período de 2004 a 2011. Os principais resultados identificados pelo autor foram a predominância de artigos em parceria; a constatação de que os autores Valcemiro Nossa, Ariovaldo dos Santos e Otávio Ribeiro de Medeiros são os mais prolíferos e que A. B. Lopes e M. E. Porter foram os pesquisadores mais citados e a confirmação de que a Universidade de São Paulo foi a IES que mais publicou artigos.
Souza <i>et al.</i> (2012)	Analisaram as características dos artigos publicados na Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ no período de 2003 a 2011. Os autores contemplaram os seguintes resultados: 115 artigos foram publicados no período analisado e existiu o predomínio de autores professores doutores do sexo masculino. Além disso, observaram que a UERJ e a UFSC foram as instituições que apresentaram o maior número de autores com artigos publicados e que o autor com o maior número de publicações na revista é Vicente M. Ripoll Feliu.

FONTE: Elaborado pelo autor (2016)

Nos estudos cujo tema é a Governança Corporativa e Sustentabilidade no período de 2000 a 2013, Ribeiro (2014) constatou que começou de forma conjunta em 2006, alcançando seu ápice entre 2009 e 2011, com ligeira queda em 2012. No mesmo estudo, o *Corporate Governance: an International Review* e o *Journal of Business Ethics* apresentaram-se como os periódicos internacionais de maior destaque na área de Governança Corporativa. Ainda no estudo, notou-se que a maioria das publicações eram em parcerias, embora a com dois autores se sobrepôs aos demais. Contudo Cvelbar foi o autor mais central e o mais importante da rede de coautoria. Ainda no estudo, Austrália, EUA e Inglaterra apareceram como as nações que mais publicaram *papers* sobre o tema Governança Corporativa, mostrando a importância destas nações com o debate intelectual sobre a Governança Corporativa em âmbito global.

Em outra pesquisa, Ribeiro (2014) sobre o perfil da pesquisa em Governança Corporativa e Estratégia no período de 1990 a 2012 em periódicos internacionais, analisou 411 artigos, os quais permitiram concluir que houve um crescimento dos trabalhos a partir de 2002. No mesmo estudo constataram que Wright e Filatotchev são os autores mais produtivos e os pesquisadores mais citados são: Jensen e Meckling, Fama e Jensen, e Shleifer e Vishny. Adicionalmente, as redes de coautoria têm baixa interação e existe uma centralidade da rede de cocitação.

Na visão de Alcadipani (2011) o processo de pesquisa tem se tornado uma produção em massa, originando o chamado produtivismo acadêmico. O mesmo autor alega que isso ocorre porque um aluno quando entra no mestrado, já é obrigado a escrever artigos, mesmo sem adquirir qualquer conhecimento para a produção do mesmo. A academia passou a medir os docentes por números, assim o tempo para reflexão é deixado de lado, a formação dos alunos é camuflada e o desenvolvimento intelectual passa a significar apenas um número em uma tabela (ALCADIPANI, 2011).

Especialmente na área de Administração e Contabilidade é comum a exigência de artigos dos alunos em disciplinas da pós-graduação (MARTINS; LUCENA, 2014). Reforçando essa visão da produção científica ser um fator inerente à pós-graduação, mesmo tendo como base uma série de critérios estabelecidos pela CAPES, Soares, Richartz e Murcia (2013) alegam que os artigos publicados nos estratos A1, A2 e B1 tem um peso muito grande na nota de um programa, e que por isso os docentes desses programas são pressionados a produzirem em quantidade,

sem conhecimento relevante à sociedade, justificando a pressão sobre estudantes, pois a eles alguns docentes terceirizam sua tarefa de pesquisa.

O programa de pós-graduação não é quem deve publicar artigos, mas sim seus pesquisadores e a ele vinculados, por isso para Soares, Richartz e Murcia há pressão por publicação para que o programa obtenha a melhor nota pela CAPES. Na visão de Freitas (2011) esta é a única e “melhor” forma de avaliar métodos e cronogramas de desenvolvimento de pesquisas, em diferentes áreas do saber, mesmo podendo ter graves e indesejáveis efeitos colaterais. Segundo a mesma autora, é certo que a atividade acadêmica deva ser avaliada, porém esse processo tem pulado etapas evolutivas importantes, saindo dos esforços institucionais para um modelo uniformizado e baseado em avaliação quantitativa. Dessa forma, tudo se resume em números, pois é mais fácil avaliar números, porém números nem sempre representam apenas números quando submetidos a exames mais minuciosos e quando esse quantitativo é relacionado aos avanços da ciência em benefício da sociedade, pouco percebe-se o surgimento de conhecimento novo (FREITAS, 2011).

Comparando as publicações acadêmicas as peças que rolam em série pelas esteiras de uma linha de montagem, Waters (2006) reforça o conceito do chamado produtivismo acadêmico. Neste tocante, Menna-Barreto (2012) declaram que os números revelam muito, mas também escondem muito ao reduzir a realidade da produção científica.

Para Freitas (2011), a supervalorização da produtividade gera um descaso com a qualidade do que se produz e isso tem desmotivado a realização de pesquisas inovadoras, que requerem maior tempo dedicado e fazendo a sociedade a maior perdedora como um todo. Assim, o que se observa neste cenário é um desfile de assuntos repetidos, e às vezes, medíocres (FREITAS, 2011), imperando o produtivismo acadêmico e relegando para segundo plano a formação de qualidade (ALCADIPANI, 2011).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O termo método tem origem do grego *méthodos* que significa o percurso para alcançar determinado objetivo (MARTINS; THEÓPHILO, 2007). Para uma boa pesquisa é importante a definição correta das técnicas e métodos a serem empregados com o objetivo de se utilizar a metodologia adequada.

Andrade (2007, p.111) afirma que a pesquisa científica é “o conjunto de procedimentos sistemáticos, baseados no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para problemas propostos mediante métodos científicos”. Para melhor entendimento do método de pesquisa a ser utilizado, apresenta-se na próxima seção os procedimentos metodológicos utilizados nesta investigação.

3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA

Não há um único modelo que classifique as pesquisas de forma uniforme (COOPER; SCHINDLER, 2003). Adiante serão apresentadas as classificações que mais se enquadram nesta pesquisa, segundo a visão de diferentes autores.

Com relação ao objetivo, têm-se um estudo **descritivo** e **exploratório**. Descritivo na medida em que se procura investigar qual a participação das fundações de apoio nas produções científicas dos docentes das IES públicas do Estado do Paraná. Relatam Sampieri, Collado e Lúcio (2006, p.100) que o objetivo dos estudos descritivos é “verificar como é e como se manifesta determinado fenômeno”. Nas pesquisas descritivas, Cooper e Schindler (2003) atribuem que o objeto da investigação é encontrar quem, o que, onde, quando, a partir das variáveis analisadas. Ademais, caracteriza-se também o estudo como exploratório, pois observa-se que tal assunto é pouco explorado no Brasil, concentrando-se um volume maior de pesquisas no exterior.

Com relação ao comportamento das variáveis em relação ao objeto do estudo, a pesquisa caracteriza-se como **quantitativa**, uma vez que os dados coletados serão filtrados, organizados, tabulados e preparados para serem submetidos à técnica ou testes estatísticos (MARTINS; THEÓPHILO, 2007). Para os mesmos autores, a utilização da abordagem quantitativa possibilita a mensuração e a quantificação dos dados coletados.

No que diz respeito à coleta de dados, caracteriza-se como um estudo de **interrogação/comunicação**, uma vez que os dados serão coletados a partir de um questionário disponibilizado para os docentes que atuam em quatro IES públicas no estado do Paraná por meio *online* e pessoalmente.

No que tange ao pesquisador produzir efeitos nas variáveis que estão sendo estudadas, a pesquisa é considerada ***ex post facto***, pois tal classificação evidencia que o pesquisador não possui controle sobre as variáveis e tão pouco as pode manipulá-las (COOPER; SCHINDLER, 2003).

Em relação à dimensão do tempo, tem-se um estudo **transversal**, considerando que o período de análise representa um momento determinado (COOPER; SCHINDLER, 2003). Neste caso os meses de janeiro e fevereiro de 2016 foi o período em que ocorreu a aplicação do instrumento de pesquisa.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Vergara (2007) define população como o conjunto de indivíduos que partilham de, pelo menos, uma característica em comum. Para Cooper e Schindler (2003, p.150) população “é o conjunto de elementos sobre os quais desejamos fazer algumas inferências”. Desta forma, neste estudo a população caracteriza-se como finita e constituída dos docentes lotados nas IES públicas e caracterizam-se como sendo a base populacional da presente dissertação, conforme Quadro 14.

QUADRO 14 – DOCENTES DAS IES PÚBLICAS DO ESTUDO

Instituição	Cidade-Campus	Curso	Nº docentes
UNICENTRO	Irati	Administração	18
		Ciências Contábeis	22
		Turismo	11
UNICENTRO	Guarapuava	Administração	50
		Ciências Contábeis	29
		Ciências Econômicas	08
UEPG	Ponta Grossa	Administração	31
		Ciências Contábeis	24
		Economia	22
		Turismo	10
UFPR	Curitiba	Administração	56
		Ciências Contábeis	21

		Economia	42
		Turismo	15
UTFPR	Curitiba	Administração	35
UTFPR	Pato Branco	Administração	25
		Ciências Contábeis	09
TOTAL			428

FONTE: adaptado pelo autor (2016).

No que se refere à amostra, Vergara (2007) caracteriza como uma parte da população com as mesmas características destes. A amostra do presente estudo é classificada como não probabilística e aleatória, pois para Hair Jr. *et al.* (2005) não probabilística é considerada quando o pesquisador recorre a métodos subjetivos para a seleção da mesma e aleatória no sentido que existe a mesma probabilidade de cada elemento da população ser selecionado para compor a amostra.

Apesar da não necessidade de testes estatísticos para definição da amostra (aleatória simples, sistemática, estratificada, de conglomerados, etc.) para esta pesquisa, uma vez que a mesma já está definida quanto às características dos docentes a serem pesquisados, para uma maior credibilidade quanto ao número mínimo de respondentes, buscou-se, estatisticamente, definir o tamanho mínimo da amostra, pois para Barbetta (1998), o mesmo afirma que é errônea a ideia de que para uma amostra ser representativa ela deva abranger uma percentagem fixa da população. Assim, a amostra objeto deste estudo, uma vez que se trata de um grupo definido, caracteriza-se como uma amostra por conveniência, uma vez que o pesquisador tem acesso aos docentes destas IES.

Considerando a recomendação de Barbetta (1998) para esta pesquisa, levando em conta a população objeto da inferência de 428 docentes nos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Turismo da área de ciências sociais aplicadas das quatro IES do estudo, foi então calculado o tamanho mínimo da amostra (conforme cálculo a seguir), com aceitação de um erro amostral de 5%. Desse modo, o número mínimo de respondentes foi de 206 docentes.

Tomando esse número como referência mínima de retorno dos instrumentos de coleta de dados (questionários) foram enviados para todos os docentes da amostra, o que caracteriza um retorno necessário de aproximadamente 48,13%, o qual não foi alcançado, uma vez que retornaram 144 respostas válidas.

O cálculo do tamanho mínimo da amostra, partindo da contribuição de Barbetta (1998, p.58-62), foi assim definido:

N = tamanho (número de elementos) da população;

n = tamanho (número de elementos) da amostra;

n_0 = uma primeira aproximação para o tamanho da amostra;

E_0 = erro amostral tolerável.

Um primeiro cálculo do tamanho da amostra é feito, mesmo sem conhecer o tamanho da população, utilizando-se da seguinte fórmula:

$$n_0 = [1/(E_0)^2]$$

Considerando um erro amostral de 5% (0,05), tem-se: $[1/(0,05 \times 0,05)] = 400$ respondentes. Conhecendo o tamanho N da população, como é o caso, pode-se corrigir o cálculo anterior por:

$$n = [(N \times n_0) / (N + n_0)]$$

$$n = [(428 \times 400) / (428 + 400)]$$

$$n = 206 \text{ docentes}$$

A pesquisa foi desenvolvida dentro do limite de 144 professores.

3.3 DESENHO DA PESQUISA

As composições dos eixos de significação da pesquisa científica são refletidas no desenho da pesquisa, uma vez que o mesmo representa para Bryman (2012) as escolhas e prioridades configuradas para a magnitude de dimensões ancoradas e subjacentes ao processo investigativo. Cooper e Schindler (2003) recomendam que o desenho da pesquisa deve ser realizado em duas etapas: (i) definir claramente a questão de pesquisa e (ii) desenvolver o desenho da pesquisa.

De acordo com os construtos apresentados no referencial teórico (Docentes, Fatores motivacionais, Governança Corporativa, Produção Científica e Fundação de Apoio), evidencia a síntese da investigação por meio da Figura 1.

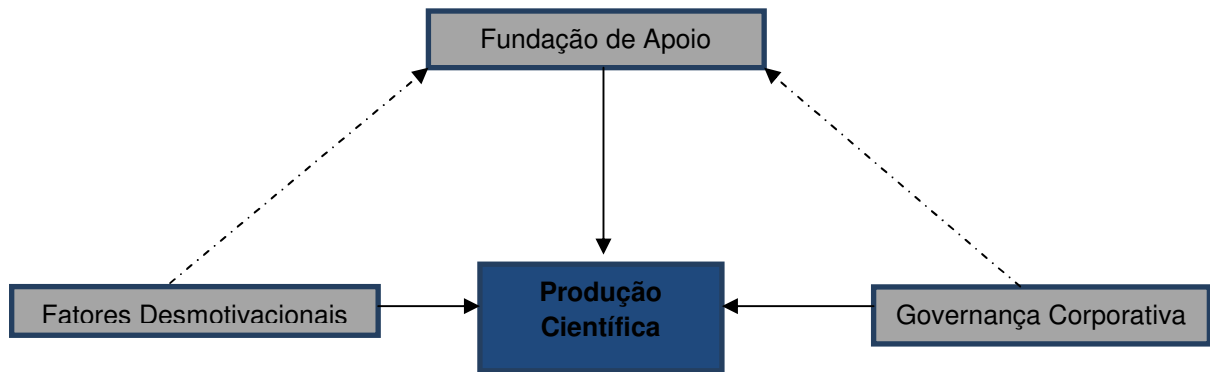


Figura 1 – DESENHO DA PESQUISA
Fonte: O autor (2016).

Com base no desenho da pesquisa, esta investigação verifica a participação da Fundação de Apoio na produção científica dos docentes.

3.4 COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

A partir da questão de pesquisa que norteia a presente investigação, necessita-se identificar os constructos da pesquisa. Para Cooper e Schindler (2003) os constructos são construídos a partir de conceitos mais simples.

Por meio do Quadro 15, expressa-se os constructos delimitados para a presente investigação. Ressalta-se que as questões iniciaram na 05 pois as primeiras referiam-se a questões filtros.

QUADRO 15 – CONSTRUTOS, VARIÁVEIS E REFERÊNCIAS

Construtos	Variáveis	Referências	Questões
Produção Científica	Qualidade e duração da Pesquisa.	Aragão (2007), Dantas <i>et al.</i> (2011); Meli; Oliveira Neto (2011),	5 – 7
	Disseminação da Produção Científica com outras instituições e demais áreas do conhecimento.	Cabral; Siqueira; Batista (2011), Dantas <i>et al.</i> (2011).	8a - 8b- 8c - 8d
	Evidenciação da produção acadêmica por meio de estudos bibliométricos (indicadores de produtividade).	Pinheiro (1983), Martins (2002), Oliveira (2002), Acedo; Casillas (2005), Cardoso <i>et al.</i> (2005), Cruz <i>et al.</i> (2011), Walter <i>et al.</i> (2009), Amboni; Caminha; Andrade (2012), Leite Filho; Siqueira (2007), Ashton <i>et al.</i> (2009), Lunkes; Feliu; Rosa (2011), Brunozi Junior <i>et al.</i> (2011).	9a – 9b -9c- 9d - 22 - 23 - 24 - 25.

	Interação entre docentes influenciados pela fundação de apoio	Freeman (1992), Hopper, Otley e Scapens (2001) Ramos; Rodrigues <i>et al.</i> (2004), Rossoni; Hocayan-da-Silva; Júnior (2008), Francisco (2011), Ribeiro (2012), Ribeiro (2012), Souza <i>et al.</i> (2012)	10a – 10b
Desmotivação	Fatores influenciadores para a busca de apoio nas fundações.	Wallace (1993), Carson e Bedeian (1994), Bastos (1994); Fischer (2002); Maciel <i>et al.</i> (2005); Oening <i>et al.</i> (2007); Corder, Salles (2009); Hoss <i>et al.</i> (2010); Lei nº 12.349/2010; Silva <i>et al.</i> (2010); Hoss <i>et al.</i> (2010); Vitale Torkomian <i>et al.</i> (2014);	11 – 12 – 13- 14 – 15- 16 – 17- 18 - 19
Governança Corporativa	<i>Accountability</i>	Jensen e Meckling (1976); Williamson (1999); Martinez (2001), Tukamoto (2004), Perrini <i>et al.</i> (2008), Gaa (2009); Bruton <i>et al.</i> (2010) Erfurth e Bezerra (2013), Fuji (2004), Cardoso (2005), Martinez e Ramos (2006), Ashbaugh-Skaife <i>et al.</i> (2007); Santos e Almeida (2012); Bhojraj e Sengupta (2003)	20a – 20b - 20d -21
	Responsabilidade social.	Bertucci; Bernardes; Brandão (2006), Schroeder, Schroeder (2004), Srouf (2005), Weitzner e Peridis (2011), Dal Vesco e Beuren (2012), Judge, Weber e Muller (2012).	20c
	Sustentabilidade financeira.	Shleifer <i>et al.</i> (1997); Famá <i>et al.</i> (2002); Leal (2004); Campos (2006); Okimura <i>et al.</i> (2007); Baker <i>et al.</i> (2010); Santos <i>et al.</i> (2010)	6 - 20e

FONTE: elaborado pelo autor (2016).

De acordo com o Quadro 15 especifica-se que as variáveis elencadas no instrumento de pesquisa, conforme definições operacionais descritas abaixo buscaram levantar as seguintes características:

i) Qualidade e duração da Pesquisa = evidenciar a qualidade e o prazo das produções científicas.

ii) Disseminação da Produção Científica com outras instituições e demais áreas do conhecimento = buscou levantar a interação com outras áreas do conhecimento, seu impacto na sociedade e sua repercussão no meio científico e midiático.

iii) Evidenciação da produção acadêmica por meio de estudos bibliométricos (indicadores de produtividade) = influência da Fundação de Apoio para a maior produtividade acadêmica e publicações de alto impacto.

iv) Interação entre docentes influenciados pela Fundação de Apoio = verificar a dependência de autores como fator de interação e as relações docentes-IES e com outros docentes de outras IES.

v) Fatores influenciadores para a busca de apoio nas fundações = identificar quais fatores tem maior influência para a busca de recursos junto as fundações, como políticos, burocráticos, financeiros e institucionais.

vi) *Accountability*= Verificação da performance e transparência da gestão das fundações

vii) Responsabilidade Social = verificar a preocupação com a responsabilidade social por parte da Fundação de Apoio

viii) Sustentabilidade financeira = identificar a importância da situação econômico-financeira da fundação

3.5 HIPÓTESE DE PESQUISA

As hipóteses são designadas de modo a fornecer uma proposição com sentido de presunção, de antecipação da resposta para um problema e que pode ser rejeitada pelos resultados obtidos na pesquisa (MARTINS; THEÓPHILO, 2007). A fim de expandir novos conhecimentos, as hipóteses possuem potencial para serem replicadas em outros estudos.

Neste sentido, as hipóteses desta pesquisa foram descritas com base na literatura referente às Fundações de Apoio e a produção científica dos docentes das IES públicas. As hipóteses teóricas enunciadas no referencial teórico-empírico foram decompostas e apresentada a fundamentação teórica que se desdobrou em 2 hipóteses de pesquisa.

Nos estudos de Souza *et al.* (2012), os autores evidenciaram que os docentes com menor titulação apontaram a falta de condições para se qualificar e o conhecimento das normas acadêmicas como seus principais problemas, ao passo que para os docentes com maior titulação a falta de tempo e trabalhos administrativos foram apontados como problemas mais intensos.

Complementarmente verifica-se que dentre outros fatores que influenciam no desempenho da produção científica elencam-se os políticos, burocráticos, normatizadores, financeiros e institucionais. Estes aspectos também influenciam no docente quando da busca por recursos junto às fundações de apoio.

Neste contexto, utilizar-se as hipóteses de pesquisa conforme procedimento estatístico adotado:

H₀: Não há diferenças entre as publicações dos docentes e a participação das fundações de apoio (importância, fatores desmotivacionais e de transparência).

H₁: Há diferenças entre as publicações dos docentes e a participação das fundações de apoio (importância, fatores desmotivacionais e de transparência).

3.6 INSTRUMENTO DE PESQUISA E COLETA DE DADOS

Um questionário para Sampieri, Collado e Lucio (2006, p.235) “consiste em um conjunto de questões com relação a uma ou mais variáveis a serem medidas”. Na mesma ótica, Hair Jr. *et al.* (2005, p.159) reforçam que o questionário “é um instrumento desenvolvido para medir características importantes de indivíduos, empresas, eventos e outros fenômenos”. Ambos os autores salientam que uma boa *survey* precisa de questionários estruturados.

Com relação ao questionário, especificamente ao Bloco I foram apresentadas proposições aos docentes para se manifestarem quanto aos aspectos com relação a projetos de pesquisa, desmotivação dos docentes e a governança corporativa. As variáveis segundo Hair Jr. *et al.* (2005, p.182) “permite ao pesquisador determinar se um objeto tem mais ou menos de uma característica do que um outro objeto”. Ainda para os autores a escala do tipo *Likert* é utilizada para avaliar a intensidade com que alguém concorda com um conjunto de afirmações. Nesse estudo utilizou-se a escala do tipo *Likert* de sete pontos. Assim, este Bloco contemplou 17 questões.

O Bloco II refere-se à produção acadêmica dos docentes em periódicos qualificados em A1, A2 e B1 segundo critérios estabelecidos pela Capes e publicações em artigos ou eventos internacionais. O referido Bloco contemplou 4 assertivas.

O Bloco III refere-se ao perfil do respondente, questionando-se gênero, instituição em que leciona, última titulação concluída entre outros quesitos a fim de identificar o perfil do respondente.

Por meio de *survey* esses questionários foram disponibilizados aos docentes *on-line* e presencialmente. A opção por ambos os procedimentos ocorreu em função de: (i) ser mais apropriado para responder à pergunta da pesquisa que tem foco o docente, (ii) permitir alcançar uma população de docentes maior do que aquela que seria atingida por outro método de pesquisa (HAIR JR. *et al.* 2005, p.162).

Foi realizado contato com as coordenações dos cursos de ciências sociais aplicadas das quatro IES alvo de nosso estudo. Solicitou-se os endereços eletrônicos individualmente para posterior autorização de envio do questionário *on-line* aos docentes. A solicitação para o docente participar desta pesquisa foi realizada por *e-mail* explicativo dos seus fins acadêmicos, contendo o *link* do endereço da página da Internet hospedeira do questionário. Deste modo, ressalta-se que o instrumento foi disponibilizado por meio do *Google Docs* e esteve à disposição dos respondentes no período de 25 de janeiro de 2016 a 22 de fevereiro de 2016. Aos respondentes foi assegurado que sua identidade seria mantida em sigilo e que as respostas serviriam exclusivamente para essa pesquisa.

3.7 PRÉ TESTE DO INSTRUMENTO DE PESQUISA

O instrumento de pesquisa foi submetido a um pré-teste com o intuito de eliminar possíveis incoerências e minimizar as dificuldades de compreensão do questionário. Para realizar o pré-teste, o instrumento da pesquisa foi aplicado em novembro de 2015 para 6 docentes de diferentes IES que não fazem parte da amostra do presente estudo e escolhidos por conveniência. Nesta oportunidade, verificou-se a necessidade de ajustes na redação de algumas assertivas com vistas a um melhor entendimento.

Ressalta-se que o pré-teste existe como um mecanismo de controle dos questionamentos realizados, ajudando o pesquisador na realidade investigada, fato que leva a uma maior confiabilidade e validade do instrumento utilizado (MARTINS; THEÓPHILO, 2007).

3.8 TRATAMENTOS ESTATÍSTISCOS

Para análise dos dados foi utilizada a análise descritiva e de correlação de *Spearman* para verificar as principais hipóteses da pesquisa.

3.8.1 Estatística Descritiva

A técnica de estatística descritiva foi utilizada para apresentar o perfil da amostra, de modo a evidenciar as características dos respondentes. Martins (2006, p. 25) expõe que “[...] os objetivos da estatística descritiva envolvem organização, sumarização e descrição de dados quantitativos ou qualitativos”.

Para tanto, a distribuição de frequência evidenciada por meio de gráficos de barras e pizza (HAIR JR. *et al.*, 2005) foi utilizada de modo a apresentar de forma clara as características dos docentes que fizeram parte deste estudo.

3.8.2 Correlação de *Spearman*

Para realizar a análise do questionário eletrônico como instrumento capaz de medir a participação das Fundações de Apoio na produção científica dos docentes da área de ciências sociais aplicadas das IES públicas do estado do Paraná, utilizou-se como análise estatística o coeficiente de correlação de postos de *Spearman* denominado pela letra grega ρ (*rho*), com um p de 5%. O coeficiente de correlação de *Spearman* é uma medida de correlação não paramétrica em que não se supõe que a relação entre as variáveis seja linear nem requer que as variáveis sejam quantitativas, podendo ser usado para variáveis medidas no nível ordinal (HOLLANDER *et al.* 1973).

A fórmula para calcular o coeficiente ρ de *Spearman* é dada por:

$$r = 1 - \frac{6 \sum d_i^2}{(n^3 - n)},$$

em que n é o número de pares (x_i, y_i) e $d_i = (\text{postos de } x_i \text{ dentre os valores de } x) - (\text{postos de } y_i \text{ dentre os valores de } y)$.

Se os postos de x são exatamente iguais aos pontos de y , então todos os d_i serão zero e ρ será 1.

O coeficiente ρ de *Spearman* varia entre -1 e 1. Quanto mais próximo estiver destes extremos, maior será a associação entre as variáveis. O sinal negativo da correlação significa que as variáveis variam em sentido contrário, isto é, as categorias mais elevadas de uma variável estão associadas a categorias mais baixas da outra variável.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

Com o objetivo de obter informações relevantes sobre os docentes da pesquisa, fez-se uma análise descritiva de cada variável observada no estudo conforme observado na Tabela 1.

TABELA 1 – PERFIL DOS RESPONDENTES

Gênero	N	(%)	Ano de Nascimento	N	(%)
Feminino	64	44,44%	De 1947 a 1956	12	8,33%
Masculino	80	55,56%	De 1957 a 1966	25	17,36%
			De 1967 a 1976	49	34,03%
			De 1977 a 1986	51	35,42%
			De 1987 a 1991	7	4,86%
Total	144	100,00%	Total	144	100,00%
IES	N	(%)	Cidade	N	(%)
UEPG	30	20,83%	Curitiba (UFPR)	31	21,53%
UFPR	31	21,53%	Curitiba (UTFPR)	14	9,72%
UNICENTRO	56	38,89%	Guarapuava (Unicentro)	36	25,00%
UTFPR	27	18,75%	Irati (Unicentro)	20	13,89%
			Pato Branco (UTFPR)	13	9,03%
			Ponta Grossa (UEPG)	30	20,83%
Total	144	100,00%	Total	144	100,00%
Tempo de IES	N	(%)	Titulação	N	(%)
Até 1 ano	12	8,33%	Graduação	1	0,69%
De 1 a 5 anos	44	30,56%	Especialização	13	9,03%
De 5 a 10 anos	37	25,69%	Mestrado	61	42,36%
De 10 a 15 anos	13	9,03%	Doutorado	59	40,97%
Acima de 15 anos	38	26,39%	Pós-Doutorado	10	6,94%
Total	144	100,00%	Total	144	100,00%

FONTE: Dados da pesquisa (2016)

Com relação ao perfil dos respondentes, na Tabela 1 observa-se que a maior preponderância é do gênero masculino com 55,56% das respostas (n= 80) e a maioria dos respondentes 35,42% (n= 51) nasceram entre os anos de 1977 a 1986, ou seja, os mesmos estão na faixa de idade de 30 a 39 anos. Com relação à participação dos docentes das IES do estudo, a maior parcela foi da Unicentro com 38,89% das respostas (n= 56), e quando comparado com as duas unidades desta IES, destaca-se a Unicentro Guarapuava com 25% do total das respostas (n= 36).

Em relação ao tempo em que lecionam na instituição, 30,56% (n= 44) dos docentes responderam que atuam na mesma instituição entre 1 a 5 anos. O mestrado foi apontado como a última titulação concluída para 42,36% (n= 61) dos respondentes, seguido do doutorado com 40,97% (n= 59). Na tabela 2 destaca-se os dados pertinentes ao conhecimento dos docentes sobre a Fundação de Apoio e cargos de coordenação.

TABELA 2 – CONHECIMENTOS GERAIS SOBRE AS FUNDAÇÕES

Questão	Respostas	Frequência	(%)
Cargo Coordenação	Não	114	79,17%
	Sim	30	20,83%
Quanto tempo	Até 1 ano	3	10,00%
	De 1 a 5 anos	22	73,33%
	De 6 a 10 anos	2	6,67%
	De 11 a 15 anos	-	-
	De 16 a 20 anos	1	3,33%
	Mais de 20 anos	2	6,67%
Fundação de Apoio	Já tive projetos apoiados pela fundação	55	38,19%
	Já tive projetos não apoiados pela fundação	14	9,72%
	Nunca solicitei apoio da fundação	75	52,08%

FONTE: Dados da pesquisa (2016)

Dos 144 docentes pesquisados, a maioria 84,72% (n= 122) respondeu ter conhecimento do nome da Fundação de Apoio que administra os recursos para atividades de pesquisa de sua IES. Da amostra total, 79,17% (n = 114) deles alegaram não ter ocupado nenhum cargo de coordenação em programas de pós-graduação. Daqueles que já ocuparam, sendo 30 professores da amostra total, observou-se que em sua maioria ficaram no cargo entre 1 a 5 anos, perfazendo um percentual de 73,33% (n= 22).

No que concerne aos projetos apoiados pelas Fundações de Apoio, a Tabela 2 aponta que 52,08% (n= 75) dos 144 respondentes nunca solicitaram nenhum apoio, 38,19% (n= 55) alegaram já ter projetos apoiados e 9,73% respondeu que teve projetos negados pelas fundações. Alguns motivos levaram os docentes a não solicitar o auxílio das fundações de apoio, entre eles estão: (i) o processo burocrático, demorado e desgastante; (ii) falta de interesse, necessidade, oportunidade, informação, incentivo e a própria recusa pela aceitação dos projetos de pesquisa; (iii) pouco acompanhamento dos editais, falta de abertura ou

especificidades dos editais para a área de ciências sociais aplicadas, falta de aderência da linha de pesquisa com os editais e a alegação por parte das Fundações de Apoio da falta de previsão de recursos específicos para o desenvolvimento de projetos; (iv) o excesso de trabalho administrativo por parte dos docentes; (v) a falta de um estreitamento da relação docente-Fundação de Apoio e o desconhecimento do próprio objetivo das Fundações de Apoio, e (vi) o desconhecimento por parte dos docentes de que as Fundações efetivamente apoiem projetos de pesquisa, até questionando que projetos de pesquisa não necessitam do apoio da Fundação.

4.2 ANÁLISE DA ESTATÍSTICA DESCRITIVA

Com relação às análises descritivas dos construtos, evidencia-se o primeiro relacionado à importância da Fundação de Apoio para a produção científica de acordo com as percepções dos respondentes apresentado pelos dados da média, mediana, moda, desvio padrão, mínimo e máximo. Ressalta-se que as assertivas foram mensuradas em escala *Likert* de 7 pontos ancoradas em discordo totalmente (1) e concordo totalmente (7).

TABELA 3 - ANÁLISES DESCRITIVAS DA FUNDAÇÃO DE APOIO

Importância Fundação de Apoio						
	Média	Mediana	Moda	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Quest.5	5,1944	5,0000	7,00	1,6098	1,00	7,00
Quest.6	5,9306	7,0000	7,00	1,4224	1,00	7,00
Quest.7	5,7778	6,0000	7,00	1,4839	1,00	7,00
Quest.8_1	4,7847	5,0000	4,00	1,7942	1,00	7,00
Quest.8_2	4,4375	5,0000	4,00	1,8234	1,00	7,00
Quest.8_3	4,4444	5,0000	5,00	1,8988	1,00	7,00
Quest.8_4	4,2222	4,0000	4,00	1,8678	1,00	7,00
Quest.9_1	5,0417	5,0000	7,00	1,7133	1,00	7,00
Quest.9_2	4,6319	5,0000	5,00	1,6798	1,00	7,00
Quest.9_3	4,3750	4,0000	4,00	1,8695	1,00	7,00
Quest.9_4	5,0000	5,5000	7,00	1,8549	1,00	7,00
Quest.10_1	4,6042	5,0000	5,00	1,7390	1,00	7,00
Quest.10_2	4,7847	5,0000	5,00	1,6815	1,00	7,00

FONTE: Dados da pesquisa (2016)

Da leitura da Tabela 3 depreende-se que a variável quest.8_4 que tratava a respeito das produções acadêmicas amparadas pelas fundações de apoio à

pesquisa apresentam maior veiculação na mídia, apresentou média de 4,2222 o que demonstra a neutralidade de opinião entre os professores respondentes, não considerando assim que o apoio das fundações faça com que aumente a divulgação na mídia.

O desvio padrão, medida que indica a dispersão dos dados dentro da amostra, ou seja, o quanto os resultados diferem da média apresentou a maior dispersão para este bloco, as respostas da questão quest.8_3 com 1,8987 indicando que os respondentes possuem visões muito distintas a respeito de que as produções acadêmicas amparadas pelas fundações apresentam maior repercussão no meio científico.

Na sequência apresenta-se as descritivas para o construto relacionados aos fatores que provocam a desmotivação do docente em submeter projetos de pesquisa às fundações de apoio:

TABELA 4 - ANÁLISES DESCRITIVAS – DESMOTIVAÇÃO

Desmotivação						
	Média	Mediana	Moda	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Quest.11	5,2292	6,0000	7,00	1,8462	1,00	7,00
Quest.12	5,4792	6,0000	7,00	1,6555	1,00	7,00
Quest.13	4,8750	5,0000	7,00	1,7051	1,00	7,00
Quest.14	5,1944	6,0000	7,00	1,6944	1,00	7,00
Quest.15	4,0625	4,0000	4,00	1,9619	1,00	7,00
Quest.16	4,1528	4,0000	4,00	1,8785	1,00	7,00
Quest.17	4,6181	5,0000	5,00	1,6766	1,00	7,00
Quest.18	4,2014	4,0000	4,00	1,7919	1,00	7,00
Quest.19	4,1806	4,0000	7,00	2,0266	1,00	7,00

FONTE: Dados da pesquisa (2016)

Em consonância com a Tabela 4 observa-se que as médias ficaram centralizadas entre 4,0625 e 5,4792 indicando que os docentes possuem percepções de neutras a pouca concordância quanto aos fatores desmotivadores para submissão de projetos de pesquisas às Fundações de Apoio. Uma possível justificativa para este achado é de que a maioria dos respondentes alegaram nunca terem solicitado apoio de uma Fundação e por isso, possivelmente, não conhecem claramente os critérios de avaliação e aprovação dos projetos.

A próxima análise é do construto governança corporativa.

TABELA 5 - ANÁLISES DESCRITIVAS – GOVERNANÇA CORPORATIVA

Governança Corporativa						
	Média	Mediana	Moda	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Quest.20_1	4,1528	4,0000	4,00	1,8523	1,00	7,00
Quest.20_2	4,1319	4,0000	4,00	1,7351	1,00	7,00
Quest.20_3	3,5000	3,5000	4,00	1,7138	1,00	7,00
Quest.20_4	4,6667	5,0000	7,00	1,7935	1,00	7,00
Quest.20_5	4,1667	4,0000	4,00	1,8168	1,00	7,00
Quest.21	4,7083	5,0000	6,00	1,8619	1,00	7,00

FONTE: Dados da pesquisa (2016)

O construto de governança corporativa foi o que apresentou os menores valores de médias, com mediana centralizada entre 3,5 e 5,0; e o desvio padrão com menor variabilidade de coeficientes (1,7137 e 1,8619). Estes achados permitem inferir que há uma neutralidade no aspecto da governança corporativa das Fundações de Apoio quando observada a média da tabela 5 na quest. 20_3. Enfatiza-se dessa forma que o não conhecimento da grande maioria dos respondentes quanto aos critérios e práticas destes órgãos pode ter dificultado nas respostas destas assertivas.

Antes de aplicação do procedimento de correlação foi verificado a normalidade dos dados conforme Tabela 6 por meio dos testes de *Shapiro-Wilk* e *Kolmogorov-Smirnov* para testar a hipótese de distribuição normal dos dados coletados. No caso de amostras menores (<50 casos), o teste *Shapiro-Wilk* é mais poderoso, e para as maiores o *Kolmogorov-Smirnov* é o mais indicado.

TABELA 6 – TESTE DE NORMALIDADE

Testes de Normalidade						
	Kolmogorov-Smirnov			Shapiro-Wilk		
	Estatística	df.	Sig.	Estatística	df.	Sig.
Quest.5	,175	144	,000	,879	144	,000
Quest.6	,295	144	,000	,757	144	,000
Quest.7	,246	144	,000	,794	144	,000
Quest.8_1	,143	144	,000	,904	144	,000
Quest.8_2	,135	144	,000	,926	144	,000
Quest.8_3	,143	144	,000	,918	144	,000
Quest.8_4	,133	144	,000	,927	144	,000
Quest.9_1	,150	144	,000	,897	144	,000
Quest.9_2	,149	144	,000	,928	144	,000
Quest.9_3	,136	144	,000	,923	144	,000
Quest.9_4	,205	144	,000	,876	144	,000

Quest.10_1	,156	144	,000	,919	144	,000
Quest.10_2	,169	144	,000	,901	144	,000
Quest.11	,199	144	,000	,849	144	,000
Quest.12	,221	144	,000	,836	144	,000
Quest.13	,155	144	,000	,914	144	,000
Quest.14	,204	144	,000	,877	144	,000
Quest.15	,123	144	,000	,923	144	,000
Quest.16	,134	144	,000	,927	144	,000
Quest.17	,146	144	,000	,934	144	,000
Quest.18	,129	144	,000	,938	144	,000
Quest.19	,130	144	,000	,913	144	,000
Quest.20_1	,120	144	,000	,932	144	,000
Quest.20_2	,136	144	,000	,940	144	,000
Quest.20_3	,149	144	,000	,932	144	,000
Quest.20_4	,146	144	,000	,920	144	,000
Quest.20_5	,134	144	,000	,935	144	,000
Quest.21	,166	144	,000	,904	144	,000
q22.A1_S.A	,521	144	,000	,313	144	,000
q22.A1_C.A	,535	144	,000	,148	144	,000
q22.A2_S.A	,467	144	,000	,464	144	,000
q22.A2_C.A	,505	144	,000	,233	144	,000
q22.B1_S.A	,292	144	,000	,650	144	,000
q22.B1_C.A	,480	144	,000	,299	144	,000
q23.INT_S.A	,298	144	,000	,502	144	,000
q23.INT_C.A	,505	144	,000	,452	144	,000

FONTE: dados da pesquisa (2016).

Os resultados dos testes indicam desvio na distribuição dos dados em relação à curva normal, revelando a **não normalidade** da distribuição.

A seguir evidencia-se os procedimentos de correlação de *Spearman*.

4.3 CORRELAÇÃO DE *SPEARMAN*

O coeficiente de *Spearman* é uma medida de correlação não paramétrica em que não se supõe que a relação entre as variáveis seja linear nem requer que as variáveis sejam quantitativas, podendo ser usado para variáveis medidas no nível ordinal (HOLLANDER *et al.*1973). Neste entendimento, apresenta-se a Tabela 7 com as correlações entre os dados da questão 22 que indagou aos docentes a respeito da quantidade de publicação de artigos em periódicos classificados nos

estratos Qualis/Capes A1, A2 e B1, correlacionados com as questões do Bloco 1 A (13 assertivas).

TABELA 7 – CORRELAÇÃO – BLOCO 1 A – PROJETOS DE PESQUISA E DOCENTES.

		A1 S.AP.	A1 C.AP.	A2 S.AP.	A2 C.AP.	B1 S.AP.	B1 C.AP.
Quest.5	coefic.	,076	-,060	,072	,084	,104	-,026
	<i>p-value</i>	,366	,472	,389	,318	,215	,757
Quest.6	coefic.	,055	,152	,028	,142	-,042	,191*
	<i>p-value</i>	,512	,069	,740	,091	,615	,022
Quest.7	coefic.	-,046	,119	-,003	,042	,004	,025
	<i>p-value</i>	,583	,157	,969	,617	,963	,765
Quest.8.1	coefic.	,107	,095	-,067	,071	-,136	,036
	<i>p-value</i>	,203	,256	,422	,399	,105	,665
Quest.8.2	coefic.	,065	,107	-,096	,014	-,154	,036
	<i>p-value</i>	,436	,204	,254	,864	,065	,664
Quest.8.3	coefic.	,167*	,097	-,020	-,027	-,102	,037
	<i>p-value</i>	,046	,246	,815	,747	,223	,660
Quest.8.4	coefic.	,125	-,014	-,060	-,174*	-,116	-,088
	<i>p-value</i>	,135	,867	,474	,037	,165	,293
Quest.9.1	coefic.	-,031	,096	,000	,023	-,028	,014
	<i>p-value</i>	,711	,251	,995	,781	,739	,865
Quest.9.2	coefic.	,015	,063	,057	-,028	,016	-,069
	<i>p-value</i>	,860	,451	,499	,735	,851	,408
Quest.9.3	coefic.	,071	,159	,020	,153	-,006	,110
	<i>p-value</i>	,399	,057	,811	,067	,948	,191
Quest.9.4	coefic.	,011	,145	-,034	,058	-,168*	,174*
	<i>p-value</i>	,899	,084	,686	,488	,044	,037
Quest.10.1	coefic.	,038	-,070	-,095	-,006	-,093	-,069
	<i>p-value</i>	,649	,403	,258	,939	,268	,414
Quest.10.2	coefic.	,001	-,027	-,174*	,012	-,200*	,042
	<i>p-value</i>	,993	,751	,037	,885	,016	,614

FONTE: dados da pesquisa (2016).

Da leitura da Tabela 7 observou-se correlação entre a questão 8.3 (*Considero que as produções acadêmicas amparadas pelas fundações de apoio à pesquisa apresentam maior repercussão no meio científico*) e as quantidades de publicações A1 que não contaram com o apoio da fundação, com um $p = 0,167$ e $p\text{-value} < 0,05$. Isto posto, depreende-se que os docentes consideram que as produções acadêmicas amparadas pelas fundações de apoio apresentam uma maior repercussão no meio científico possivelmente pela sua relevância e notoriedade.

Em relação as publicações A2, destaca-se as correlações daqueles que publicaram sem auxílio de uma Fundação de Apoio e a assertiva e a questão 10.2

(Acredito que projetos de pesquisa amparadas por fundações de apoio incentivam a maior interação entre docentes de diferentes instituições) e daqueles que tiveram auxílio com a assertiva 8.4 (Considero que as produções acadêmicas amparadas pelas fundações de apoio à pesquisa apresentam maior veiculação na mídia). Destaca-se que em ambas as correlações foram inversamente significativas. Com isso, pode-se destacar que tanto os professores que publicam com ou sem auxílio de uma fundação não percebem que quanto mais publicarem maior será a interação com outros docentes de outras IES e que também que terá maior destaque na mídia.

O resultado significativo para a 10.2 também foi obtido na mesma questão com a quantidade de publicações B1 que não contaram com o apoio das fundações, com um ρ de -0,200 e um p -value de 0,05. Ademais, com este estrato de pesquisa e que não tiveram recursos viabilizados pelas fundações de apoio observou correlação com a assertiva 9.4 com um ρ = -0,168 e p -value < 0,05, sendo que os docentes consideram que os projetos de pesquisa assistidos pelas fundações não os levam a um maior comprometimento com a pesquisa científica.

A significância estatística para a 9.4 também foi observada para àqueles docentes que tiveram publicações apoiadas, entretanto positivamente indicando o contrário da inferência anterior. Ressalta-se também a evidencia da correlação entre a questão 6 (*Considero importante a fundação de apoio para administrar recursos a fim de financiar projetos de pesquisa*). Com isso infere-se que os respondentes consideram importante a Fundação de Apoio para administrar recursos com fins de financiamento de projetos de pesquisa.

Na sequência apresenta-se a Tabela 8 com as correlações entre as questões 22 e as questões do Bloco 1 B.

TABELA 8 – CORRELAÇÃO – BLOCO 1 B – FATORES DESMOTIVACIONAIS.

		A1 S.AP.	A1 C.AP.	A2 S.AP.	A2 C.AP.	B1 S.AP.	B1 C.AP.
Quest.11	coefic.	-0,033	-0,003	-0,007	0,129	0,047	0,054
	p -value	0,698	0,971	0,938	0,122	0,575	0,524
Quest.12	coefic.	-0,008	-0,14	-,169*	0,044	-0,107	0,024
	p -value	0,923	0,095	0,043	0,599	0,203	0,778
Quest.13	coefic.	0,052	-0,137	-0,108	-0,065	0,02	-0,037
	p -value	0,538	0,102	0,196	0,44	0,814	0,66
Quest.14	coefic.	-0,007	-,191*	0,113	-0,035	0,137	-0,07
	p -value	0,934	0,022	0,179	0,676	0,103	0,405
Quest.15	coefic.	0,053	-0,113	-0,04	0,118	-0,032	0,069

	<i>p-value</i>	0,529	0,176	0,63	0,16	0,707	0,41
Quest.16	coefic.	0,064	-0,113	0,043	0,047	-0,013	0,083
	<i>p-value</i>	0,446	0,178	0,612	0,573	0,876	0,325
Quest.17	coefic.	-0,121	-0,103	-0,011	-,167 [*]	-0,116	-0,09
	<i>p-value</i>	0,149	0,22	0,898	0,045	0,167	0,284
Quest.18	coefic.	0,022	-,181 [*]	-0,102	-,241 ^{**}	-0,048	-,189 [*]
	<i>p-value</i>	0,794	0,03	0,226	0,004	0,566	0,023
Quest.19	coefic.	-0,095	-,178 [*]	-0,138	-,165 [*]	-0,079	-,165 [*]
	<i>p-value</i>	0,256	0,033	0,098	0,048	0,345	0,048

FONTE: dados da pesquisa (2016).

Em consonância com a Tabela 8 observa-se correlações que aqueles que produziram pesquisas custeadas por alguma fundação relatadas em periódicos A1 com a questão 14 (*Considero a falta de justificativa para a não aprovação de projetos de pesquisa um fator desmotivador para continuar buscando o apoio da fundação*); questão 18 (*Avalio que o prazo para submissão de projetos de pesquisa é um fator que desmotiva o docente a submeter projetos junto a fundação*); e a 19 (*Considero a falta de incentivo por parte da coordenação/departamento na busca de recursos junto a fundação de apoio para a submissão de projetos de pesquisa um fator desmotivador*). Ambas as correlações encontradas são inversamente proporcionais a um *p-value* > 0,05 indicando que os fatores mencionados não são influenciadores para a desmotivação do docente.

Com relação as publicações A2 sem auxilio destaca-se o resultado com a questão 12 (*Considero a burocracia fator desmotivador para procurar apoio da fundação*) com um $\rho = -0,169$ e *p-value* > 0,05. Isso nos leva a inferir que os respondentes não consideram a burocracia como um elemento desmotivador para procurar o apoio de uma fundação. Naquelas publicações A2 com auxilio constatou-se correlação entre a questão 17 (*Acredito que a falta de aderência da linha de pesquisa do docente com a linha de pesquisa da fundação de apoio um fator que leva a desmotivação para a submissão de projetos de pesquisa*) permitindo concluir que a falta de aderência da linha de pesquisa do docente com a linha de pesquisa da Fundação de Apoio não é um fator que leva os docentes a desmotivação para submissão de projetos. Verificou-se também uma correlação inversamente proporcionais para a questão 18 e 19 com um *p-value* > 0,01.

Concluindo a leitura da Tabela 8, constatou-se também correlações inversas com as questões 18 e 19 a um *p-value* > 0,05. Tais achados nos levam a afirmar que os docentes pesquisados não consideram a falta de incentivo por parte da

coordenação/departamento em que lecionam, como também dos prazos para submissão de projetos de pesquisa fatores desmotivadores na busca pela viabilização de recursos junto à Fundação de Apoio.

A seguir destaca-se a Tabela 9 com as correlações entre as questões 22 e as questões do Bloco 1 C.

TABELA 9 – CORRELAÇÃO – BLOCO 1 C – GOVERNANÇA CORPORATIVA.

		A1 S.AP.	A1 C.AP.	A2 S.AP.	A2 C.AP.	B1 S.AP.	B1 C.AP.
Quest.20.1	coefic.	-0,09	-0,079	-0,027	0,055	-0,008	-0,007
	<i>p-value</i>	0,285	0,346	0,749	0,516	0,925	0,931
Quest.20.2	coefic.	-0,058	-0,104	0,02	0,114	0,077	0,051
	<i>p-value</i>	0,492	0,215	0,809	0,175	0,36	0,547
Quest.20.3	coefic.	-0,038	-0,1	0,002	0,031	0,019	-0,064
	<i>p-value</i>	0,65	0,234	0,978	0,712	0,821	0,447
Quest.20.4	coefic.	-0,098	-0,118	-0,036	0,019	0,127	-0,072
	<i>p-value</i>	0,241	0,158	0,668	0,821	0,129	0,391
Quest.20.5	coefic.	-0,059	-0,114	-0,033	0,069	0,001	-0,045
	<i>p-value</i>	0,484	0,175	0,698	0,414	0,995	0,591
Quest.21	coefic.	0,067	-,227**	-0,073	-0,058	0,002	-0,15
	<i>p-value</i>	0,422	0,006	0,382	0,491	0,979	0,073

FONTE: dados da pesquisa (2016).

Em relação as correlações das questões 22 e o grupo de assertivas do bloco 1C (Governança Corporativa), constatou-se apenas uma correlação entre a questão 21 (*Acredito que a não divulgação para a sociedade dos resultados alcançados das pesquisas é um fator desmotivador para procurar uma fundação de apoio*) e as quantidades de publicações A1 que contaram com a viabilização de recursos por parte das fundações com um $\rho = -0,227$ e um $p\text{-value} > 0,01$. Isso possibilita inferir que os docentes pesquisados acreditam que a não divulgação dos resultados alcançados na sociedade não é um fator realmente desmotivador.

Na sequência apresenta-se as inferências para as relações entre as publicações de eventos internacionais e as percepções dos respondentes quanto aos Blocos 1A, 1B e 1C.

TABELA 10 – CORRELAÇÃO EVENTOS INTERNACIONAIS – BLOCO 1 A

		EVENTOS INT. S/AP.	EVENTOS INT. C/AP.
Quest.5	coefic.	,090	,100
	<i>p-value</i>	,284	,233
Quest.6	coefic.	-,073	,192*
	<i>p-value</i>	,384	,021
Quest.7	coefic.	-,056	,098
	<i>p-value</i>	,503	,241
Quest.8.1	coefic.	-,162	,016
	<i>p-value</i>	,053	,852
Quest.8.2	coefic.	-,103	,053
	<i>p-value</i>	,221	,527
Quest.8.3	coefic.	-,126	,040
	<i>p-value</i>	,133	,637
Quest.8.4	coefic.	-,219**	,014
	<i>p-value</i>	,008	,867
Quest.9.1	coefic.	-,137	,110
	<i>p-value</i>	,101	,191
Quest.9.2	coefic.	-,096	,037
	<i>p-value</i>	,250	,660
Quest.9.3	coefic.	-,110	,130
	<i>p-value</i>	,189	,119
Quest.9.4	coefic.	-,165*	,098
	<i>p-value</i>	,048	,244
Quest.10.1	coefic.	-,174*	-,092
	<i>p-value</i>	,038	,273
Quest.10.2	coefic.	-,240**	,015
	<i>p-value</i>	,004	,856

FONTE: dados da pesquisa (2016).

Com relação as quantidades de artigos publicados em eventos internacionais por docentes sem auxílio de instituições de financiamento (fundações de apoio), verificou-se para todas as correlações resultados inversamente proporcionais, sendo para a pergunta 8.4 ($\rho = -0,219$ e um $p\text{-value} > 0,01$), para a 9.4 ($\rho = -0,164$ e um $p\text{-value} > 0,05$), para a 10.1 ($\rho = -0,174$ e um $p\text{-value} > 0,05$) e para a 10.2 ($\rho = -0,240$ e um $p\text{-value} > 0,01$). Isso denota que os docentes respondentes não acham que o apoio de uma Fundação de Apoio aumenta na divulgação de uma pesquisa na mídia, que fomenta seu comprometimento, e que incentiva a interação dos mesmos com outros professores, tanto da mesma IES quanto de outras. Diferentemente, têm-se os docentes que participaram em eventos com apoio e que consideram

importante a Fundação de Apoio para administrar recursos para financiamento de pesquisas.

A Tabela 11 expõe a correlação dos eventos internacionais e as questões do Bloco 1B.

TABELA 11 – CORRELAÇÃO EVENTOS INTERNACIONAIS – BLOCO 1 B

		EVENTOS INT. S/AP.	EVENTOS INT. C/AP.
Quest.11	coefic.	-,114	-,001
	<i>p-value</i>	,174	,993
Quest.12	coefic.	-,118	-,039
	<i>p-value</i>	,158	,641
Quest.13	coefic.	-,076	-,238**
	<i>p-value</i>	,365	,004
Quest.14	coefic.	,031	-,073
	<i>p-value</i>	,709	,387
Quest.15	coefic.	,029	,043
	<i>p-value</i>	,728	,613
Quest.16	coefic.	-,008	-,026
	<i>p-value</i>	,923	,760
Quest.17	coefic.	-,141	-,106
	<i>p-value</i>	,091	,204
Quest.18	coefic.	-,029	-,186*
	<i>p-value</i>	,734	,025
Quest.19	coefic.	-,048	-,127
	<i>p-value</i>	,566	,131

FONTE: dados da pesquisa (2016).

Destaca-se por meio da Tabela 11 que a categoria dos eventos internacionais com apoio das fundações relacionadas com as questões do bloco 1B apresentou correlação com as questões 13 (*Considero como fator desmotivador para buscar ajuda na fundação de apoio a demora em analisar os projetos de pesquisa.*) e 18 (*Avalio que o prazo para submissão de projetos de pesquisa é um fator que desmotiva o docente a submeter projetos junto a fundação.*). Estes achados indicam que quanto mais o professor tem publicações internacionais menos os fatores de prazo (tempo) influenciam sobre sua percepção de importância da fundação e sobre sua motivação para recorrer à mesma.

Por fim, destaca-se os achados para o bloco 1C.

TABELA 12 – CORRELAÇÃO EVENTOS INTERNACIONAIS – BLOCO 1 C

		EVENTOS INT. S/AP.	EVENTOS INT. C/AP.
Quest.20.1	coefic.	-,108	-,120
	<i>p-value</i>	,198	,153
Quest.20.2	coefic.	-,161	,058
	<i>p-value</i>	,054	,491
Quest.20.3	coefic.	-,111	-,092
	<i>p-value</i>	,186	,272
Quest.20.4	coefic.	-,247**	-,016
	<i>p-value</i>	,003	,853
Quest.20.5	coefic.	-,182*	-,022
	<i>p-value</i>	,029	,795
Quest.21	coefic.	-,163	-,119
	<i>p-value</i>	,051	,156

FONTE: dados da pesquisa (2016).

Depreende-se da Tabela 12 que as únicas correlações entre quantidades de trabalhos internacionais com e sem auxílio de uma Fundação de Apoio e as questões de governança corporativa, observou-se apenas relacionamentos significativos, porém negativos com as questões 20.4 e 20.5 (i). No aspecto da governança corporativa os fatores que desmotivam a procurar a ajuda de uma Fundação de Apoio são a politização da gestão administrativa das fundações e; (ii) No aspecto da governança corporativa os fatores que desmotivam a procurar a ajuda de uma Fundação de Apoio são a manipulação da sustentabilidade econômica e financeira). Isso possibilita entender que os docentes consideram a postura apolítica e uma gestão eficiente importante na reputação de uma Fundação de Apoio.

4.4 DISCUSSÃO

No que se refere às produções acadêmicas dos docentes que ocorreram sem o apoio de alguma fundação, infere-se que uma parcela significativa acredita que com estes auxílios há uma maior repercussão no meio científico. Entretanto nos achados de Bavaresco *et al.* (2015) que pesquisou junto aos docentes de uma IES do Rio Grande do Sul evidenciou um aumento significativo nas produções científicas publicadas em periódicos, em anais de congressos, produção bibliográfica e produção técnica mesmo sem a participação de alguma fundação nestas produções. Com isso destaca-se uma contradição de percepção entre a importância ou não de

uma fundação para o aumento da produtividade científica de um professor. Ainda para o mesmo grupo destacado nota-se que não existe um maior comprometimento por parte dos docentes com a pesquisa científica quando a mesma é viabilizada pela fundação.

No mesmo grupo destacado, os mesmos não acreditam haver uma maior interação entre docentes de diferentes instituições. Com relação a interação entre docentes, no estudo de Silva *et al.*(2010) que buscou verificar e analisar algumas situações àquelas usualmente vivenciadas pelos docentes no ensino das ciências sociais, descobriu que os pesquisados problematizam e redimensionam suas práticas pedagógicas. Ainda nos achados percebeu-se uma resistência entre os docentes, levando os mesmos a refletirem sobre suas práticas de convívio e relacionamento. Ademais, uma parcela representativa dos respondentes não consideram a burocracia como um fator desmotivador para procurar uma Fundação de Apoio para submeter seus projetos de pesquisa. Corroborando com a percepção da burocracia nas Fundações de Apoio, Tristão (2008) defende as fundações como agentes de agilidade e facilidades para qualquer impedimento normativo que as universidades federais tenham. Para o mesmo autor, a burocracia existe em todas as organizações, mas as fundações tem a possibilidade de se organizar para o atendimento de projetos, mediante a contratação de recursos humanos, característica que a Universidade não possui.

Concernente aos docentes que contaram com o auxílio de uma Fundação de Apoio para suas produções acadêmicas percebe-se uma relação inversa ao considerar que essas produções apresentam uma maior veiculação na mídia. Já para a importância da Fundação de Apoio administrar recursos para projetos de pesquisa e o comprometimento dos docentes observou-se uma relação positiva entre estas posições. Tal achado vai ao encontro com os achados de Gonçalves (2011) que trata da importância da transparência na gestão de recursos nas fundações de apoio à pesquisa e extensão. Nos achados infere-se que os resultados apontaram para um número significativo de projetos e recursos públicos administrados pelas fundações, bem como o controle social sendo fundamental.

Outro quesito é a não consideração por parte dos docentes para o retorno de justificativas quanto à reprovação de um projeto, bem como não atribuem a falta de aderência da linha de pesquisa do docente com a da fundação. Ademais, avaliam que o prazo para submissão de projetos de pesquisa, a falta de incentivo por parte

da coordenação ou departamento em que lecionam e a não divulgação para a sociedade dos resultados alcançados nas pesquisas não são vistos como fatores desmotivadores para buscar ajuda de uma fundação.

Ao encontro aos achados da pesquisa, Azevedo *et al.* (2010) buscou em seus estudos evidenciar a eficiência operacional interna e a promoção da obediência às diretrizes administrativas, por meio dos controles internos, em cinco fundações de apoio à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Os resultados mostram que os controles internos apresentam grande participação dentro da Fundação, principalmente na unidade de gerenciamento de projetos, prevenindo possíveis intervenções externas, quando à fidedignidade dos dados publicados, quanto à administração dos projetos (aceitos ou rejeitados). Outro dado relevante, apesar de cada fundação ter sua particularidade de conduta, foi que os controles internos auxiliaram a precisão das informações como no estímulo à eficiência e a aderência às políticas da entidade.

No que se refere ao ponto de vista dos respondentes que tiveram publicações em eventos internacionais e que não contaram com a ajuda de uma Fundação de Apoio, estes não consideram que a assistência de uma fundação traga um maior comprometimento dos docentes com a pesquisa científica e nem que apresentem maior veiculação na mídia. Além do mais, os mesmos não acreditam que projetos amparados pela fundação incentivem uma maior interação entre docentes de uma mesma instituição ou de diferentes instituições.

Na sequência observou-se que há uma associação negativa com relação à governança corporativa das fundações, pois os pesquisados não consideram a politização da gestão administrativa e a manipulação da sustentabilidade econômica e financeira fatores que os desmotivariam a procurar a Fundação de Apoio para viabilizar seus projetos de pesquisa. Tais achados vão ao encontro aos achados de Hoss *et al.* (2012) que simulou 3 cenários nas fontes de recursos da FUNTEP-PR da UTFPR *câmpus* Pato Branco (C1= sustentabilidade financeira crescerá; C2= sustentabilidade financeira estabilizará e C3=sustentabilidade financeira reduzirá). Os achados demonstram que a força dos recursos da fundação estudada está nos convênios e contratos, ao passo que os pontos fracos justificam-se devido aos regulamentos e legislação e a dependência de liberação de recursos públicos.

No aspecto das publicações e eventos internacionais em que os docentes contaram com o apoio da fundação, uma parcela considera importante a presença

da fundação para administrar recursos com o objetivo de viabilizar projetos de pesquisa, ao passo que para alguns docentes não consideraram a demora em analisar o prazo para submissão de projetos de pesquisa um fator desmotivador para submeter projetos de pesquisa às fundações de apoio.

Nesta direção, Vencato (2014) em seu estudo buscou desenvolver um modelo para análise e avaliação de riscos inerentes em projetos de pesquisa e desenvolvimento. Seus resultados permitiram concluir que a falta de base de dados, para apoio na análise e identificação de riscos, mais o desconhecimento de uma metodologia de gestão de riscos, dificulta a organização e a construção de conhecimento para novos pesquisadores que ainda não possuem experiência na elaboração de projetos de pesquisa.

Os docentes da pesquisa descreveram que entre os principais motivos para nunca terem solicitado auxílio para seus projetos de pesquisa junto a fundações estão: o desconhecimento do próprio objetivo da fundação, o processo ser complicado, moroso e burocrático; ouvirem de outros docentes que as fundações alegam que faltam recursos ou os disponíveis não estão na mesma linha de desenvolvimento de projetos. A alegação de um docente para não procurar a ajuda de uma fundação é a de que *“a vê como um escritório de contabilidade super caro, que pensa ser o contratante dos serviços”* (Respondente número 04).

Por fim, enfatiza-se a hipótese do teste de que H_0 (as questões dos blocos 1^a, 1B, e 1C) não tem correlação com o número de produções dos docentes nos diferentes estratos; e a H_1 de que tem correlação, destaca-se que em alguns casos a hipótese alternativa foi aceita. Com isso, destaca-se a associação entre alguns fatores que desmotivam o docente a submeter projetos, outros fatores que não realçam a relevância de uma Fundação de Apoio à pesquisa e outros relacionados à Governança Corporativa com o número de publicações.

5 CONCLUSÃO

5.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi desenvolvido tendo como problema de pesquisa verificar a relação da escala de produção científica dos docentes na área de ciências sociais aplicadas e a percepção destes acerca da participação por parte das fundações de apoio.

Os dados coletados dos respondentes demonstram que 55,56% dos docentes foram do gênero masculino, a maioria está na faixa dos 30 a 39 anos de idade (35,42%) e a Unicentro campus Guarapuava com 38,89% foi a que apresentou maior participação na pesquisa. Com relação ao tempo de IES, a maioria (30,5%) está na instituição entre 1 a 5 anos; dos 144 respondentes, 114 não ocuparam cargo de coordenação em programas de pós-graduação e o mestrado com 42,36% aparece como a última titulação concluída pelos respondentes.

Em relação às fundações de apoio, 84,72% dos docentes sabem o nome da fundação que viabiliza recursos para projetos de pesquisas de sua IES e 52,08% nunca solicitaram o apoio de uma. Entre alguns motivos estão: a burocracia, o excesso de trabalho administrativo dos docentes, a falta de abertura de editais para a área de ciências sociais, a falta de aderência da linha de pesquisa com os editais, falta de interesse, oportunidade, a justificativa por parte das fundações da falta de recursos, a falta de incentivo aliada a falta de necessidade.

Em relação às produções acadêmicas amparadas pelas fundações de apoio, no que diz respeito a apresentarem maior vinculação na mídia, os resultados mostram a neutralidade de opiniões, não considerando que o apoio de uma fundação aumente a divulgação e repercussão na mídia.

Concernente aos fatores desmotivacionais, observou-se percepções de neutras a pouca concordância quanto aos fatores. Justifica-se tal achado, talvez pelo alto percentual dos docentes que nunca procuraram uma fundação (52,08%). O desconhecimento de grande parte dos docentes com relação aos critérios e práticas das fundações justifica a pouca discordância a neutralidade quanto aos aspectos da governança corporativa.

5.2 IMPLICAÇÕES GERENCIAIS PARA AS FUNDAÇÕES DE APOIO

O estudo mostrou que há uma grande barreira e um conceito equivocado por parte dos docentes do papel da Fundação de Apoio. Por outro lado, a Fundação de Apoio, na visão dos docentes, pouco faz para tornar-se mais presente neste cenário.

Deste modo, evidenciou-se a imagem que as fundações de apoio têm perante a classe de docentes. Muitos docentes sabem de sua existência, mais uma parcela mínima recorre às fundações para viabilizar seus projetos de pesquisa, o que nada mais é do que o objetivo a que se propõem. Que mais esforços sejam concentrados para que um número maior de docentes veja na fundação um parceiro, e que não precise recorrer a fundações de apoio com uma melhor atuação e reputação na classe docente para conseguir recursos para seus projetos de pesquisa. Prova disso, que a maioria dos projetos de pesquisas, quer nacional ou internacional, foram apoiados por outras fundações que não as quatro citadas desse estudo.

5.3 IMPLICAÇÕES GERENCIAIS PARA AS IES

Em cima dos achados recomenda-se que as coordenações dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas incentivem seus docentes para publicações, com ou sem auxílio da Fundação de Apoio, incentivando a pesquisa e extensão. Que essas mesmas coordenações tenham um papel mais ativo em suas gestões, divulgando aos seus docentes da existência de uma Fundação de Apoio vinculada a IES, para com isso, estreitar essa relação.

Que as coordenações das IES reforcem o papel da importância de poder contar uma Fundação de Apoio para fomentar suas pesquisas, principalmente, se essa fundação for à mesma que estiver vinculada a IES.

5.4 LIMITAÇÕES E SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

Alguns docentes podem não ter respondido ao questionário com alegação de que poderiam ser identificados pelo número de publicações e por qual IES está vinculado, mesmo o instrumento de pesquisa assegurando o sigilo das informações. Assim, talvez o uso da ferramenta *Scriptusucupira* pudesse ajudar na busca das

produções acadêmicas dos docentes, uma vez que é possível, por meio dessa ferramenta, baixar os currículos *Lattes* de um determinado grupo previamente definido. Outra opção é a aplicação da pesquisa junto a docentes de outra área de conhecimento que pudesse trazer resultados mais expressivos que os obtidos na área das ciências sociais aplicadas.

Como sugestão recomenda-se nova pesquisa e também a adoção de uma estratégia de pesquisas mediante entrevistas, para obter a percepção dos docentes para posterior elaboração do instrumento de pesquisa.

Finalmente, acredita-se que o presente trabalho tenha contribuído ao preencher um pequeno espaço na literatura de pesquisas em Contabilidade.

REFERÊNCIAS

- ACEDO, F. J.; CASILLAS, J. C. Current paradigms in the international management field: an author co-citation analysis. **International Business Review**, v. 14, p. 619-639, 2005.
- ADAMS, J. S. Inequity in social exchange. **Adv. Exp. Soc. Psychol.**, v.62, p.335-343, 1965.
- ADELMAN, C. Global philanthropy and remittances: reinventing foreign aid. **Brown. Journal of World Affairs**, v.15, n.2, p. 22–33, 2009.
- ADULIS, D. **Mercado de Trabalho e Gestão no Terceiro Setor**. <<http://www.rits.org.br/gestaoteste/getestes/getmesoutubro2001.cfm>>Acesso em 15.10.2015.
- ALCADIPANI, R. Resistir ao produtivismo: uma ode à perturbação acadêmica. **Caderno EBAPE.BR**, v. 9, n. 4, p. 1174-1178, 2011b.
- ALDERFER, C. **Existence, Relatedness, and Growth: Human Needs In Organizational Settings**. N.Y.: Free Press, 1972.
- ALMEIDA, M. R. **A eficiência dos investimentos do programa de inovação tecnológica em pequenas empresas (PIPE): uma integração da análise envoltória de dados e índice Malmquist**. (Tese de Doutorado) USP/ Faculdade de Engenharia da Produção, São Carlos: 2010.
- ALTBACH, P. G. (Org.). **The Decline of the GURU - The Academic Profession in the Third World** (Palgrave Macmillan org.). New York: Palgrave Macmillan, 2003.
- AMBONI, N.; CAMINHA, D. O.; ANDRADE, R. O. B. de. Produção acadêmica em teoria neo-institucional no Brasil: 1990 a 2010. **Revista Gestão e Planejamento**, v. 13, n. 2, p. 212-231, 2012.
- ANDRADE, M. M. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- ANDRADE, R. S. **Comprometimento e entrincheiramento na carreira profissional de professores universitários: examinando suas relações com o bem-estar subjetivo**. (Dissertação de mestrado) UFBA/ Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador: 2008.
- ANTHONY, R. N. **Can nonprofit organization be well managed?** New York, Amacon, 1977.
- ARAGÃO, R. M. L. Sobre os pontos de partida da produção acadêmica. **RAE-eletrônica**, v. 6, n. 1, Art. 4, 2007.

ARAÚJO, O. C. **Contabilidade para organizações do terceiro setor**. São Paulo: Atlas, 2005.

ARAÚJO, T. S.; LIMA, F. D.; OLIVEIRA, A. C. L.; MIRANDA, G. J. Problemas Percebidos no Exercício da Docência em Contabilidade. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 26, n.67, p. 93-105, 2015.

ARNOVE, R., PINEDE, N. Revisiting the ‘big three’ foundations. **Critical Sociology**, v. 33, n. 3, p. 389–425, 2007.

ASHBAUGH-SKAIFE, H.; COLLINS, D. W.; KINNEY, W. R. The discovery and reporting of internal control deficiencies prior to SOX-mandated audits. **Journal of Accounting and Economics**, v. 44, n. 1, p. 166-192, 2007.

ASHTON, D. et al. British research in accounting and finance (2001–2007): The 2008 research assessment exercise. **The British Accounting Review**, v. 41, n. 4, p. 199-207, 2009.

AZEVEDO, N. A., ENSSLIN, S. R.; REINA, D. R. M. Controle interno e as fundações de apoio à pesquisa universitária: uma análise do funcionamento do controle interno nas fundações da Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 2010. **Revista: Cont. UEM.Paraná**, v. 29, n.3, p.34-45, set/dez. 2010.

BAKER, G. P., JENSEN, M. C., MURPHY, K. J. Compensation and incentives: practice vs. theory. **Journal of Finance**, v. 43, n. 3, p. 593-616, 2010.

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

BARBOSA, E. T. *et al.* Uma análise bibliométrica da Revista Brasileira de Contabilidade no período de 2003 a 2006. In: **Anais...** Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 8. 2008, Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos82008/618.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

BASTOS, A. V. B. **Múltiplos comprometimentos no trabalho: a estrutura dos vínculos do trabalhador coma organização, a carreira e o sindicato**. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil, 1994.

BATISTELLA, F. D.; BONACIM, C. A. G.; MARTINS, G. A. Contrastando as produções da Revista Contabilidade & Finanças (FEA-USP) e Revista Base (Unisinos). **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 2, n. 3, p. 84-101, 2008.

BAVARESCO, J.; FERRAZ, R. R. N.; BARRO, F. C.; BOEIRA, D. A. R. Uso da ferramenta computacional scriptsucupira como estratégia gerencial para

acompanhamento da produção acadêmica em uma institucional educacional de nível superior. *Revista de Gestão e Secretariado – GeSec*, v. 6, n.2, 2015.

BERTUCCI, J.; BERNARDES, P.; BRANDÃO, M. Políticas e práticas de governança corporativa em empresas brasileiras de capital aberto. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 183-196, 2006.

BETTIOL JR., A. **Formação e destinação do resultado em entidades do terceiro setor**: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BETTIOL JR., A; BARBIERI, G.; MARTINS, G. A. Formação e evidenciação do resultado de entidades do terceiro setor: um estudo de caso. **In: Anais... XXIX Encontro da ANPAD**, Brasília, 2005.

BETTIOL JUNIOR; A. VARELA; P. S., MARTINS, G. A. Implicações das teorias do patrimônio líquido sobre as informações contábeis divulgadas por instituições do terceiro setor. **Revista Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 26, n. 2, p. 57-71, 2007.

BHOJRAJ, S.; SENGUPTA, P. Effect of corporate governance on bond ratings and yields: The role of institutional investors and outside directors*. **The Journal of Business**, v. 76, n. 3, p. 455-475, 2003.

BLASKOVA, M.; BLASKO, R.; FIGURSKA, I.; SOKOL. A. Motivation and Development of the University Teachers' Motivational Competence. 4th World Conference On Educational Technology Researches, WCETR- 2014. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, v. 182, p. 116-126, 2015.

BORGES, G. M. C; PAULO, E.; PEREIRA, J. M. Estudo sobre a Influência do Financiamento no Desempenho das Organizações do Terceiro Setor. **In: Anais... Congresso Nacional de Administração e Ciências Contábeis – AdCont**, Rio de Janeiro 2014.

BOSE, M. **Gestão de pessoas no terceiro setor**. Dissertação (Mestrado) Universidade de São Paulo, 2004.

BOYER, E.; ALTBACH, P.; WHITELOW, M.J. **The Academic Profession: An International Perspective**. Princeton, New Jersey: Carnegie Foundation for the Advancement of Teaching, 1994.

BRASIL. **Das normas gerais da educação superior. Anteprojeto de lei da reforma da educação superior**. Altera a Lei n 5.540 de 28 de novembro de 1968; a Lei no 8.958, de 20 de dezembro de 1994; a Lei no 9.504, de 30 de setembro de 1997; a Lei no 9.532, de 10 de dezembro de 1997; a Lei no 9.870, de 23 de novembro de 1999; o Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei no 10.172, de

9 de janeiro de 2001; a Lei no 10.480, de 2 de julho de 2002; a Lei no 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei 8.958, de 20 de dezembro de 1994.** Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/>. Acesso em 15/07/2015.

Brasil. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Recuperado em 20 outubro, 2010, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

BRASIL. Lei Nº 12.349. Altera as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e 10.973, de 2 de dezembro de 2004; e revoga o § 1º do art. 2º da Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/.../Lei/L12349.htm>

BRASIL. Presidência da República. **Decreto 5205, de 14 de setembro de 2004.** Regulamenta as parcerias entre as universidades federais e as fundações de apoio. Brasília/DF, 2004. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2004/Decreto/D5205.htm. Acesso em 14/07/2015.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto 7.423 de 31/10/2010. Decreto 8.241 de 21/05/2014.** Regulamenta o art. 3 da Lei n 8.958, de 20 de dezembro de 1994, para dispor sobre a aquisição de bens e a contratação de obras e serviços pelas fundações de apoio. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/2010/Decreto/D7423.htm. Acesso em 14/07/2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 8666 de 21 de junho de 1993.** Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitação e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/8666cons.htm. Acesso em 15/07/2015.

_____. Ministério da Educação. Portaria interministerial nº 7.423 de 31 de dezembro de 2010. Disponível em <http://www.mec.gov.br> acesso em 12.12.2015.

_____. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº 81/2003. Disponível em <http://www.mec.gov.br> acesso em 12.12.2015.

_____. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº 364/2002. Disponível em <http://www.mec.gov.br> acesso em 12.12.2015.

BROOKS, A. C. Is there a dark side to government support of nonprofits? **Public Administration Review**, v. 60, n.3, p. 211-218, 2000.

BRUNOZI JÚNIOR, A. C.; EMMENDOERFER, M. L.; ABRANTES, L. A; KLEIN, T. C. Revista Contabilidade & Finanças – USP: uma análise do perfil da produção científica de 1989 a 2009. **Revista Universo Contábil**, v. 7, n. 4, p. 39-59, 2011.

BRUTON, G., FILATOTCHEV, I., CHAHINE, S.; WRIGHT, M. BRUTON, G. D. et al. Governance, ownership structure, and performance of IPO firms: The impact of different types of private equity investors and institutional environments. **Strategic Management Journal**, v. 31, n. 5, p. 491-509, 2010.

BRYMAN, A. **Social research methods**. 4 ed. New York: Oxford University Press, 2012.

BUARQUE, C. **A aventura da universidade**. Unesp, 1994.

CABRAL, I.; SIQUEIRA, J. R. M.; SIQUEIRA-BATISTA, R. O diálogo das ciências contábeis com as ciências humanas e demais ciências sociais: uma análise da produção acadêmica do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade Enanpad (2004-2007). **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 5, n. 4, p. 100-125, 2011.

CAMPOS, M. M.. **Governança Corporativa**: Aplicabilidade na empresa familiar, salvador ,2006. Dissertação (Mestrado) – universidade Federal da Bahia/ núcleo de Pós-graduação em Administração, 2006.

CAMPOS, V. T. B. **Marcas indelévels da docência no ensino superior**: representações relativas à docência no ensino superior de pós-graduação de instituições federais de ensino superior. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2010.

CARDOSO, R. L. *et al.* Pesquisa científica em contabilidade entre 1990 e 2003. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 2, p. 34-45, 2005.

CARSON, K. D., BEDEIAN, A. Career commitment: construction of a measure and examination of its psychometric properties. **Journal of Vocational Behavior**, v. 44, n.3, p. 237-262, 1994.

CARVALHO, F. **Práticas de Planejamento estratégico e sua aplicação em organizações do Terceiro Setor**. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2004.

CICONELLO, A. **O conceito legal de público no terceiro setor**. In: Szazi, E. (Org). Terceiro Setor: temas polêmicos. Peirópolis: São Paulo, 2004.

CODO, W.; VASQUES-MENEZES, I. Burnout: sofrimento psíquico dos trabalhadores em educação. **Cadernos de Saúde do Trabalho**, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Caderno de procedimentos aplicáveis à prestação de contas das entidades do terceiro setor (fundações)** / Maria Clara Cavalcante Bulgarim [et al.]. 2. ed. Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 10.19 – Entidades sem finalidades de lucro**. Diário Oficial da União. Brasília, 2000.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. 7 ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

CORDER, Solange; SALLES FILHO, Sérgio. Aspectos conceituais do financiamento à inovação. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 5, n. 1, p. 33-76, 2009.

CRUZ, A. P. C. da *et al.* Perfil das redes de cooperação científica: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade – 2001 a 2009. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 22, n. 55, p. 64-87, 2011.

DAL VESCO, D. G.; BEUREN, I. Teoria da estrutura de propriedade: redes sociais em periódicos internacionais de alto impacto. **Revista Facultad de Ciencias Económicas: Investigación y Reflexión**, v. 20, n. 1, p. 123-141, 2012.

DANI, A. C; VESCO, D. G. D; SCARPIN, J. E. Contabilidade do Terceiro Setor: Um estudo Bibliométrico em periódicos internacionais no período de 2006 a 2010. **Revista CAP: Accounting and Management**, v.5, n. 5, p.113-120, 2011.

DANTAS, J. A.; SILVA, C. T; SANTANA, C. M.; VIEIRA, E. T. Padrões de comunicação científica em contabilidade: um comparativo entre a Revista Contabilidade e Finanças e a The Accounting Review. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 8, n. 16, p. 11-36, 2011.

DEFOURNY, J.; DEVELTERE, P.; FONTENEAU, B. (eds). **L'Economie sociale au Nord e au Sud. Paris: De Boeck & Larcier**, 1999.

DEFOURNY. J.; NYSSSENS, M. Social enterprise in Europe: At the crossroads of market, public policies and third sector. **Policy and Society**, v. 29, n.1, p. 231-242, 2010.

DESAI, R. M., KHARAS, H. The California consensus: can private aid end global poverty? **Survival**, v. 50, n.4, p.155-168, 2008.

DINIZ, M. H. **Direito Civil**. Saraiva, 2002.

DRUCKER, P. F. **Criação, consumo e produção intelectuais**. In: STIVALS, R. Administração e organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas. 4 ed. Pioneira. São Paulo: 1997.

DRUCKER, P. F. **Inovação e Espírito Empreendedor: Prática e princípios**. 1. ed. São Paulo: Pioneira, 2003.

EDWARDS, M. **Just another emperor? The myths and realities of philanthrocapitalism**. New York: Demos: A Network for Ideas & Action and The Young Foundation, 2008.

EGGHE, L. Zipfian and lotkaian continuous concentration theory. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 56, n. 9, p. 935-945, 2005.

EMERSON, J. The blended value proposition: Integrating social and financial returns. **California Management Review**, v. 45, n. 4, p. 35-51, 2003.

ENDERS, J. Crisis? What Crisis? The Academic Professions in the Knowledge Society. **Higher Education**, v. 38, n.1, p.71-81, 1999.

ERFURTH, A.; BEZERRA, F. Gerenciamento de resultados nos diferentes níveis de governança corporativa. **Base – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 10, n.1, p. 32-42, 2013.

ESPEJO, M. M. S. B.; CRUZ A. P. C; LOURENÇO, R. L.; ANTONOVZ. T; ALMEIDA, L. B. Estado da arte da pesquisa contábil: um estudo bibliométrico de periódicos nacional e internacionalmente veiculados entre 2003 e 2007. **Revista de Informação Contábil**, v. 3, n. 3, p. 94-116. 2009.

ESPING-ANDERSEN, G. **Social foundation of postindustrial economies**. New York: Oxford University Press, 1999.

FALCONER, A. P. **A promessa do terceiro setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 1999.

FAMA, E.F.; FRENCH, K.R. Testing trade-off and pecking order predictions about dividends and debt. **Review of financial studies**, v. 15, n. 1, p. 1-33, 2002.

FAPESP. **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo**. Disponibilizado em: <http://watson.fapesp.br/PIPEM/pipex.htm>. Acesso em 09 fevereiro de 2016.

FILLION, L. TRUCHON, M. L'HEUREUX, M.; DELLAIRE, C., LANGLOIS, L. BELLEMARE, M., DUPUIS, R. **To improve services and care at the end to life: understanding the impact of workplace satisfaction and wel-being of nurses** (Rapport R-794). Montréal, Quebec, Canada: IRSST, 2013.

FISCHER, A. L. **Um resgate conceitual e histórico dos modelos de gestão de pessoas**. In: **As pessoas na organização**. 3. ed. p.11-34. Editora Gente, São Paulo, 2002.

FRANCISCO, E. de R. RAE-eletrônica: exploração do acervo à luz da bibliometria, geoanálise e redes sociais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 51, n. 3, p. 280-306, 2011.

FRANCO, H. **Contabilidade geral**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

FREEMAN, L. C. Social networks and the structure experiment. In: L. C. Freeman, D. R.; White.;K. A. Romney (Eds.). **Research methods in social network analysis**. New Brunswick, NJ: Transaction Publishers, pp. 11-40, 1992.

FREITAS, M. E. O pesquisador hoje: entre o artesanato intelectual e a produção em série. **Caderno EBAPE.BR**, v. 9, n. 4, p. 1158-1163, 2011.

FRUMKIN, P. **On Being a Nonprofit**. Harvard University Press, Cambridge, 2002.

FUJI, A. **Gerenciamento de resultados contábeis no âmbito das instituições financeiras atuantes no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Curso de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

FUNPAR – **Fundação de Apoio da Universidade Federal do Paraná. Estatuto social 1980**. Disponível em: <http://www.Funpar/estatuto_1980.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2015.

GAA, J. C. Corporate governance and the responsibility of the board of directors for strategic financial reporting. **Journal of Business Ethics**, [S. l.], v. 90, p. 179-197, 2009.

GARDIN, L. A. **Variety of resource mixes inside social enterprises**. In M. Nyssens (Ed.), *Social enterprise - at the crossroads of market, public policies and civil society* (p. 111–136). London/New York: Routledge, 2006.

GIDRON, B. Promoting civil society in third sector organizations through participatory management patterns. **European Management Journal**, v. 28, n. 6, p. 403-12, 2010.

GLISSON, C. V.; DURICK, M. Predictors of job satisfaction and organizational commitment in human service organizations. **Administrative Quarterly**, v. 33, n.1, p. 61–68, 1988.

GONÇALVES, D. L.; QUINTANA. A. C. A importância da transparência na gestão de recursos públicos em fundações de apoio a pesquisa e extensão. *Revista GUAL*, v.4, n.2, 2011.

HAGEDORN, L. S. Conceptualizing Faculty Job Satisfaction: Components, Theories, and Outcomes. **New Directions for Institutional Research**, v. 105, n. XXVII, p. 5-20, 2000.

HAIR JR., J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HAIR JR., J. F.; BABIN, B.; MONEY, A. H.; SAMOUEL, P. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HECKERT, C. R. **Qualidade de serviços em organizações do terceiro setor**. Dissertação (Mestrado) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Departamento de Engenharia de Produção, 2001.

HENRIQUES, A. M. D. A importância das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica, *in: I Fórum sobre as Instituições Federais de Ensino Superior* / [realização do] Tribunal de Contas da União com o apoio da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação; Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior; Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. - Brasília: TCU, 2008. Disponível em: <
<http://www.ufal.edu.br/gestaodoconhecimento/arquivos/compras/anexos/forum-sobre-as-ifes-fundacoes-de-apoio>> Acesso em 15 de agosto. 2015.

HERZBERG, F. **Work and the Nature of Man**. N.Y.: Thomas Y. Crowell Publishers, 1966.

HOLLANDER M., WOLFE DA. **Nonparametric Statistical Methods**. New York: John Wiley & Sons; 1973.

HOPPER, T.; OTLEY, D.; SCAPENS, B. British management accounting research: whence and whither: opinions and recollections. **The British Accounting Review**, v. 33, n. 3, p. 263-291, 2001.

HOSS, Osni et al. Gestão de ativos intangíveis: da mensuração à competitividade por cenários. **São Paulo: Atlas**, 2010.

HUDSON, M. **Administando organizações do terceiro setor**. São Paulo: Makron Books, 1999.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, [S. l.], v. 3, p. 305-360, 1976.

JUDGE, W. Q.; WEBER, T.; MULLER-KAHLE, M. I. What are the correlates of interdisciplinary research impact? The case of corporate governance research. **Academy of Management Learning & Education**, v. 11, n. 1, p. 82-98, 2012.

LANDIN, L.; BERES, N. **As organizações sem fins lucrativos no Brasil: Ocupações, despesas e recursos**. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

LEAL, R. P. C. Governance practices and corporate value: a recent literature survey. **Revista de Administração**, v.39, p. 327-337, 2004.

LEITE FILHO, G. A.; SIQUEIRA, R. L. Revista Contabilidade & Finanças USP: uma análise bibliométrica de 1999 a 2006. **Revista de Informação Contábil**, v. 1, n. 2, p. 102-119. 2007.

LUNKES, R. J; FELIU,V. R. F; ROSA, F. S. Pesquisa sobre o orçamento na Espanha: um estudo bibliométrico das publicações em contabilidade. **Revista Universo Contábil**, v.7, n.3, p. 112-132, 2011.

MACHADO, M. L.; SOARES, V. M.; BRITES, R.; FERREIRA, J.B.; FARHANGMERH, M.; GOUVEIA, O. Uma análise da satisfação e da motivação dos docentes no ensino superior português. **Revista Lusófona de Educação**, v.17, p. 34, 2011.

MACIEL, B. C. et al. Gestão em parceria entre uma fundação de apoio e um hospital público universitário: análise custo-efetividade. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, v. 40, n. 4, 2005.

MANSFIELD, E. Academic research and industrial innovation: An update of empirical findings. **Research policy**, v. 26, n. 7, p. 773-776, 1998.

MARTEN, R., WITTE, J. M. **Transforming Development?: The Role of Philanthropic Foundations in International Development Cooperation**. GPPI Research Paper Series, No. 10. Global Public Policy Institute, Berlin, 2008.

MARTINEZ, A. L. **“Gerenciamento” dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras**. São Paulo. Tese (Doutorado em Contabilidade e Controladoria) – Faculdade de Economia Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

MARTINEZ, A. L.; RAMOS, G. M. Governança Corporativa e Earnings Management. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v.1, No. 6, p. 143-164, 2006.

MARTINS, G. A. **Estatística geral e aplicada**. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, G. de A. Divulgação de trabalho: considerações sobre os doze anos do caderno de estudos. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 13, n. 30, p. 81-88, 2002.

MARTINS, O. S.; LUCENA, W. G. L. Produtivismo acadêmico: a prática dos docentes dos programas de pós-graduação em Contabilidade. **Advances in Scientific Applied Accounting**, v.7, n.1, p.66-96, 2014.

MASLOW, A. **Motivation and Personality**. (2nd Ed.). N.Y.: Harper & Row, 1970.

MELI, D. B.; OLIVEIRA NETO, J. D. de. O perfil da colaboração nos periódicos contábeis nacionais: muitos *one-timers* e poucos *continuants*. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 8, n. 15, p. 151-176. 2011.

MENNA-BARRETO, L. Produtivismo além dos números. **Universidade e Sociedade**, v. 21, n. 49, p. 46-50, 2012.

MEREGE e MOUSSALLEM: **Cidadania e desenvolvimento**. Disponível em <http://www.mmterceirosetor.com.br/>. Acesso em 15 de set. 2015.

MILANI FILHO, M. A. F. **Eficiência produtiva no terceiro setor**: um estudo corporativo de desempenho entre organizações filantrópicas asilares. São Paulo, 2009. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.

MITCHELL, T. R. Motivation: New Directions for Theory, Research, and Practice. **Academy of Management Review**, v. 7, n. 1, p.80-88, 1982.

MOTA, F. G. L. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 1ª. ed. Brasília: Coleção Gestão Pública, 2009.

NEVES, M. Y. R.; SILVA, E. S. A dor e a delícia de ser (estar) professora: trabalho docente e saúde mental. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 6, n. 1, p. 63-75, 2006.

NOORDIN, F.; JUSOFF, K. Levels of Job Satisfaction amongst Malaysian Academic Staff. **Asian Social Science**, v. 5, n. 5, p.122-128, 2009.

NYQUIST, J. G.; HITCHCOCK, M. A.; TEHERANI, A. Faculty Satisfaction in Academic Medicine. **New Directions for Institutional Research**, v. 27, n. 1, p.33-43, 2000.

OENING, K. S., PEREIRA, M. F. Formação da estratégia em condições de elevada influência governamental: uma análise longitudinal da Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina-FAPESC. **Revista de Negócios**, v. 12, n. 2, p. 103 - 119, 2007.

OKIMURA, R. T.; SILVEIRA, A. M.; ROCHA, K. C. Estrutura de propriedade e desempenho corporativo no Brasil. **RAC eletrônica**, v. 1, n. 1, p. 119-135, 2007.

OLAK, P. A. **Bases para a eficácia na aplicação do contrato de gestão nas organizações sociais brasileiras**. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

OLAK, P. A.; NASCIMENTO, D. T. **Contabilidade para Entidades sem Fins Lucrativos** (Terceiro Setor). São Paulo. Atlas, 2006.

OLIVEIRA, M. C. Análise dos periódicos brasileiros de contabilidade. **Revista Contabilidade e Finanças**, v. 13, n. 29, p. 68-86, 2002.

OSHAGBEMI, T. How satisfied are academics with their primary tasks of teaching, research and administration and management? **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 1, n. 2, p.124-136, 2000.

PAES, J. E. S. Fundações: origem e evolução. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, n. 140, 1998.

PAES, J. E. S. **Fundações, associações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis, trabalhistas e tributários**. 6a. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2003.

PEARSON, D. A.; SEILER, R. E. Environmental satisfiers in academe. **Higher Education**, v.12, p. 35-47, 1983.

PERDIGÃO, L. Z.; NIYAMA, J. K.; SANTANA, C. M. Contabilidade, gestão e governança: análise de doze anos de publicação (1998 a 2009). **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 13, n. 3, p. 3-16, 2010.

PEREIRA, L. G. B.; GRAU, N. (org). **O público não estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2001.

PEREIRA, S. M. A. **A síndrome de Burnout** - O estresse em Docentes das instituições de ensino superior privadas de Porto Velho. Dissertação (Mestrado) em Ciências da Saúde. – Universidade de Brasília, 2008.

PERRINI, F.; ROSSI, G.; ROVETTA, B. Does ownership structure affect performance? Evidence from the Italian market. **Corporate Governance: An International Review**, v. 16, n. 4, p. 312-325, 2008.

PERROW, C. **America: wealth, power and the origins of corporate capitalism**. Princeton: University Princeton. 2001.

PHILLIPS, S. D.; LAFOREST, R.; GRAHAM, A. From shopping to social innovation: Getting public financing right in Canadá. **Policy and Society**, v. 29, n. 3, p. 189-199, 2010.

PIMENTA, S. M.; BRASIL, E. R. Gestores e competências organizacionais no terceiro setor em Itabira – MG. **Gestão & Regionalidade**, V. 22, n. 64, 2006.

PINHEIRO, L. V. R. Lei de Bradford: uma reformulação conceitual. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 59-80, 1983.

PORTES, L. F.; ALVES, J. M. The Precarious Teaching Work in the Higher Education in Brazil. **Procedia-Social and Behavioral Sciences**, v. 174, p. 1534-1541, 2015.

QUARSTEIN, V. A.; MCAFEE, R. B.; Glassman, M. The situational occurrences theory of job satisfaction. **Human Relations**, v. 45, n. 8, p.859-873, 1992.

RAMOS, G. S. **Universidade pública e fundações privadas: a hegemonia privatista na produção do discurso e na apropriação dos recursos**. Tese (Doutorado): Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

RAMOS-RODRÍGUEZ, A. R.; RUÍZ-NAVARRO, J. Changes in the intellectual structure of strategic management research: a bibliometric study of the strategic management journal, 1980-2000. **Strategic Management Journal**, [S. l.], v. 25, p. 981-1004, 2004.

RAUPP, M. C. Sob nova direção. Conhecimento & Desenvolvimento: Informativo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. In: ROCHA, Jose Claudio. O papel das fundações de apoio no contexto das universidades públicas no Brasil. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 100, maio 2012. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11646>. Acesso em 16 de jan. 2016.

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2014 – **FUNPAR**. Disponível em: <<http://www.funpar.ufpr.br>>. Acesso em 22.12.2015.

RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS 2014 – **FUNTEF-PR**. Disponível em <http://www.utfpr.edu.br>. Acesso em 23.12.2015.

RENGEL, S.; CUNHA, P. R.; KLANN, R. C.; SCARPIN, J. E. Importância do balanço social para as entidades do terceiro setor sob a ótica dos gestores das APAES da região do Alto Vale do Itajaí/SC. **Pensar Contábil**, v. 14, n. 53, p. 5-15, 2012.

RIBEIRO, H. C. M. Brazilian Business Review: um estudo sob a ótica da bibliometria e da rede social de 2004 a 2011. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 2, n. 3, p. 86- 104, 2012.

RIBEIRO, H. C. M. Produção acadêmica dos temas governança corporativa e sustentabilidade: uma análise dos últimos 14 anos nos periódicos internacionais. **Revista Economia & Gestão**, v. 14, n. 35, 2014.

ROCHA, J. C. O papel das fundações de apoio no contexto das universidades públicas no Brasil. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 100, maio 2012. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11646. Acesso em jan. 2016.

ROESCH, S. M. A. Projetos de estágios e de pesquisa em administração. **São Paulo: Atlas**, ed. 4, 2001.

ROSA, Alexandre Moraes da et al. Marco Legal do Terceiro Setor: aspectos teórico e prático. **Florianópolis: Tribunal de Justiça/Divisão de Artes Gráficas**, v. 1, 2003.

ROSSONI, L.; SILVA, A. J. H. Cooperação entre pesquisadores da área de administração da informação: evidências estruturais de fragmentação das relações no campo científico. **Revista de Administração da USP**, v. 43, n. 2, p. 138-151, 2008.

ROWE, D. E. O.; BASTOS, A. V. B. Vínculos com a carreira e produção acadêmica: comparando docentes de IES públicas e privadas. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, n. 6, P. 1011, 2010.

SALAMON, L. A emergência do terceiro setor: uma revolução associativa global. **Revista de Administração**, v. 33, n. 11, p. 38-43, 1998.

SALAMON, L. M.; WOJCIECH SOKOLOWSKI, S.; LIST, R. **Global civil society: An overview**. Baltimore: Johns Hopkins Center for Civil Society Studies, 2003.

SALAMON, L. M.; ANHEIER, H. K.; LIST, R.; TOEPLER, S.; SOKOLOWSKI, S (org). **Global civil society: dimensions of the nonprofit sector**. Baltimore: The Johns Hopkins Center for Civil Society Studies, 1999.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTHAPPARAJ, A. S.; ALAM, S. S. Job satisfaction among academic staff in private universities in Malaysia. **Journal of Social Sciences**, v. 1, n. 2, p.72-76, 2005.

SANTOS, B. S. **A universidade no Século XXI: para uma reforma democrática da universidade**. Cortez, São Paulo, 2003.

SANTOS, J. F.; ALMEIDA, M. A., SILVA, E. S. Os efeitos dos mecanismos de Governança Corporativa sobre os *ratings* de crédito das debêntures. **Revista de Negócios, Blumenau**, v. 17, n. 3, p. 80-93, 2012.

SANTOS, J. F.; LEAL, R. P. C. **Prática de governança corporativa em empresas familiares não-listadas de capital aberto**, 2007. Disponível em: biblioteca digital. FGV.br/ocs/index.php/ebf/7EBF/paper/.../928. Acesso em 14 de outubro de 2015.

SAVINA, N. N. The Teachers' Willingness To Create Highly Intelligent Educational Innovations. **Procedia-Social and Behavioral Sciences**, v. 191, n.1, p. 2605-2608, 2015.

SCHROEDER, J. T.; SCHROEDER, I. Responsabilidade social corporativa: limites e possibilidades. **RAE Eletrônica**, v.3, n.1, p. 1-10, 2004.

SGUISSARDI, V.. **Universidade brasileira no século XXI: desafios no presente**. São Paulo: Cortez, 2009.

SHLEIFER, A.; VISHNY, R. W. A survey of corporate governance. **The journal of finance**, v. 52, n. 2, p. 737-783, 1997.

SILVA, A. L. P. **Governança Institucional: Um estudo do papel e da operação dos Conselhos das Organizações da Sociedade Civil no Contexto Brasileiro**. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SILVA, J. C. DOCKHORN, M. SCARPIN, J. E. Estudo de caso: Como é a percepção do financiador privado sobre a prestação de contas de uma organização do terceiro setor? O caso sobre a SCAR _ Sociedade de Cultura Artística de Jaraguá do Sul. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**. Blumenau, v.6, n.4, p.54- 79, 2012.

SILVA, L. et al. Instrumentos financeiros de apoio à inovação: como é a participação das empresas mineiras. **Anais do Seminário sobre a Economia Mineira**, v. 14, 2010.

SILVA, L. H. A.; SCHNATZLER, R. P. Buscando o caminho do meio: a “sala de espelhos” na construção de parcerias entre professores e formadores de professores de ciência. **Revista Ciência. Educação**, l.6 n.1, 2010.

SILVEIRA, D. **Evidenciação Contábil de Fundações Privadas de Educação e Pesquisa**: Uma Análise da Conformidade das Demonstrações Contábeis de Entidades de Santa Catarina. Florianópolis. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

SOARES, S. V.; RICHARTZ, F.; MURCIA, F. D. R. Ranking da pós-graduação em contabilidade no Brasil: análise dos programas de mestrado com base na produção científica em periódicos acadêmicos no triênio 2007-2009. **Revista Universo Contábil**, v. 9, n. 3, p. 55-74, 2013.

SOUZA, F. J. V.; SILVA, M. C.; ARAUJO, A. O. Uma análise da produção científica da área de contabilidade governamental nos periódicos que utilizam o SEER e o Scielo. In: **Anais...** Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 9, São Paulo. CICC-USP, 2012.

SOUZA, F. J. V.; SILVA, M. C.; ARAÚJO, A. O.; SILVA, J. D. G.. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ: uma análise de oito anos de publicação (2003 a 2011). **REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 2, n. 3, p. 69-85, 2012.

SPINK, P.K.; ALVES, M.A. O campo Turbulento da Produção Acadêmica e a Importância da Rebeldia Competente. **Revista OES**, v. 18, n. 57, p. 337-343, 2011.

SRIVASTAVA, Prachi; OH, S. A. Private foundations, philanthropy, and partnership in education and development: mapping the terrain. **International Journal of Educational Development**, v. 30, n. 5, p. 460-471, 2010.

SROUR, G. Práticas diferenciadas de governança corporativa: um estudo sobre a conduta e a performance das firmas brasileiras. **Revista Brasileira de Economia**, v. 59, n. 4, p. 635-674, 2005.

SSESANGA, K.; GARRETT, R. M. Job satisfaction of University academics: Perspectives from Uganda. **Higher Education**, v. 50, n. 1, p.33-56, 2005.

SZAZI, E. **Terceiro setor, regulação no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Petrópolis, 2006.

TEICHLER, U. **Higher Education and the World of Work: Conceptual Frameworks, Comparative Perspectives, Empirical Findings**. Rotterdam: Sense Publishers, 2009.

TENÓRIO, F. G., LEMOS, A. H. C., ROZENBERG, J. E. **Gestão de ONG's, principais funções gerenciais**. 5 ed., FGV, São Paulo, 2001.

TEODÓSIO, A. S. S., BRUM, A. A. Organizações Não-Governamentais Brasileiras: Desafios da Incorporação de Modelos Gerenciais Externos. **XXXV Assembleia Annual del CLADEA. Barcelona, Anais**, 2000.

TEODÓSIO, A. S. S.; RESENDE, G. A. **Desvendando o Terceiro Setor: Trabalho e Gestão em Organizações não-governamentais**. In: MOREIRA NETO, A.C.; NABUCO, M. R. (orgs.) **Relações de Trabalho Contemporâneas**. Belo Horizonte, Instituto de Relações do Trabalho, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 1999.

TORO, J. B. **O papel do Terceiro Setor em Sociedades de Baixa Participação**. In: IOSCHPE, E. B. **3 Setor – Desenvolvimento Social Sustentado**. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

TRISTÃO, G. O papel das fundações na modernização das universidades federais. In: V Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administracion Publica, Santo Domingo, Rep. Dominicana, 24-27 2008.

TUKAMOTO, Y. **Contribuição ao estudo do “Gerenciamento” de resultados: uma comparação entre as companhias abertas brasileiras emissoras de ADRs e não emissoras de ADRs**. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2004.

VENCATO, M. F. Ferramenta para análise e avaliação de riscos no planejamento de projetos de pesquisa e desenvolvimento. **Revista de Gestão e Projetos – GeP**, v. 5, n.2, 2014.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VERHAEGEN, P. Academic talent: Quo vadis? Recruitment and retention of faculty in European business schools. **Journal of Management Development**, v. 24, n. 9, p. 807-818, 2005.

VITALE TORKOMIAN, A. L.; BUENO, A. Financiamentos à inovação tecnológica: reembolsáveis, não reembolsáveis e incentivos fiscais. **Revista de Administração e Inovação-RAI**, v. 11, n. 4, 2014.

VROOM, V. H. **Work and motivation**. Oxford, England: Wiley, 1964.

WALLACE, J. E. Professional and organizational commitment: compatible or incompatible? **Journal of Vocational Behavior**, v. 42, n.3, p. 333-349, 1993.

WALTER, S. A. et al. Uma análise da evolução do campo de ensino e pesquisa em contabilidade sob a perspectiva de redes. **Revista Universo Contábil**, v. 5, n. 4, p. 76-93, 2009.

WARD, M. E.; SLOANE, P. J. Non-pecuniary Advantages Versus Pecuniary Disadvantages: Job Satisfaction Among Male and Female Academics in Scottish Universities. **Scottish Journal of Political Economy**, v. 47, n. 3, p.273-303, 2000.

WATERS, L. **Inimigos da esperança**: publicar, perecer e o eclipse da erudição. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

WEISBROD, B. A. **The nonprofit economy**. Havard University Press, 1988.

WEITZNER, D.; PERIDIS, T. Corporate governance as part of the strategic process: Rethinking the role of the board. **Journal of business ethics**, v. 102, n. 1, p. 33-42, 2011.

WILLIAMSON, O. E. Strategy research: governance and competence perspectives. **Strategic Management Journal**, [S. l.], v. 20, p. 1087-1108, 1999.

APÊNDICES

Apêndice 1: Questionário

Fundação de Apoio: A participação na produção científica dos docentes da área de Ciências Sociais Aplicadas das IES públicas do Estado do Paraná.

Estimado (a) docente:

Conto com seu apoio para a realização da presente pesquisa, a qual utiliza este instrumento com o objetivo de investigar a participação das fundações de apoio na produção científica dos docentes da área de Ciências Sociais Aplicadas das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas do Estado do Paraná.

O presente estudo é pré-requisito para conclusão da Dissertação de Mestrado em Contabilidade pela UFPR. O questionário a seguir é dividido em 03 Blocos e poderá ser respondido em aproximadamente 10 minutos, para isso peço sua participação.

O preenchimento deste é voluntário e pode ser interrompido a qualquer momento. Asseguramos que sua identidade será mantida em sigilo, e que as respostas fornecidas servirão exclusivamente para este estudo. Desde já agradecemos sua colaboração.

Atenciosamente

Albino João Delay
Mestrando – UFPR

Prof. Dr. Vicente Pacheco
Professor Orientador-UFPR

<p>01. Você sabe o nome da Fundação de Apoio que administra recursos para atividades de pesquisa de sua IES?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p> <p><input type="checkbox"/> Nem sabia que existia uma fundação de apoio</p> <p>Se sim, qual: _____</p>	<p>02. Já ocupou algum cargo de coordenação em programas de pós-graduação?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p> <p>Se sim, por quanto tempo? _____ anos.</p>
<p>03. Com a fundação de apoio (Marque mais de uma alternativa se for necessário):</p> <p><input type="checkbox"/> Já tive projetos apoiados pela fundação.</p> <p><input type="checkbox"/> Já tive projetos não apoiados pela fundação.</p> <p><input type="checkbox"/> Nunca solicitei apoio da fundação</p>	<p>04. Se você nunca solicitou auxílio de Fundações de Apoio a Pesquisa, descreva os principais motivos para isso:</p>

BLOCO I – PROJETOS DE PESQUISA, DESMOTIVAÇÃO E GOVERNANÇA CORPORATIVA.

Indique o seu grau de concordância por meio da seguinte escala: o número 1 indica que você DISCORDA TOTALMENTE, enquanto o número 7 indica que você CONCORDA TOTALMENTE. *Por gentileza, atribua apenas um valor por questão.*

1	2	3	4	5	6	7
Discordo totalmente	<p>Quanto mais próximo de 1 (UM) MENOS eu concordo</p> <p>←</p> <p>Quanto mais próximo de 7 (SETE) MAIS eu concordo</p> <p>→</p>					Concordo totalmente
	<p>Responda de 1 a 7 →</p>					
						Escala
						[1 ... 7]
Com relação aos projetos, docentes e pesquisas apoiadas pelas fundações de apoio responda:						
05. Considero que os recursos administrados pela fundação de apoio melhoram a qualidade das produções acadêmicas.						
06. Considero importante à fundação de apoio para administrar recursos a fim de						

financiar projetos de pesquisa.	
07. Considero importante a fundação de apoio para a realização de projetos de pesquisa que necessitem de maior prazo para sua realização.	
08. Considero que as produções acadêmicas amparadas pelas fundações de apoio à pesquisa:	
a) possibilitam ampliar o diálogo e a interação com outras áreas do conhecimento.	
b) possuem maior impacto na sociedade.	
c) apresentam maior repercussão no meio científico.	
d) apresentam maior veiculação na mídia.	
09. Considero que os docentes com projetos de pesquisa assistidos por fundações de apoio a pesquisa:	
a) apresentam maior produtividade acadêmica.	
b) publicam seus trabalhos em periódicos de alto impacto e relevância.	
c) possuem melhor desempenho acadêmico.	
d) dispõem de mais comprometimento com a pesquisa científica.	
10. Acredito que projetos de pesquisa amparados por fundações de apoio incentivam a maior interação:	
a) entre docentes de uma mesma instituição.	
b) entre docentes de diferentes instituições.	
Com relação aos fatores que provocam desmotivação do docente em submeter projetos de pesquisa a fundações de apoio:	
11. Acredito que exista uma desmotivação por parte dos docentes em submeter seus projetos de pesquisas a partir do momento em que a fundação de apoio utiliza critérios políticos (relacionamento) para aprovação de projetos de pesquisa.	
12. Considero a burocracia fator desmotivador para procurar o apoio da fundação.	
13. Considero como fator desmotivador para buscar ajuda na fundação de apoio a demora em analisar os projetos de pesquisa.	
14. Considero a falta de justificativa para a não aprovação de projetos de pesquisa um fator desmotivador para continuar buscando o apoio da fundação.	
15. Considero o processo da prestação de contas dos recursos viabilizados pela fundação de apoio um fator desmotivador para a submissão de projetos de pesquisa.	
16. Analiso que o valor da bolsa de pesquisa oferecida pelas fundações de apoio um fator desmotivador para submeter projetos de pesquisa.	
17. Acredito que a falta de aderência da linha de pesquisa do docente com a linha de pesquisa da fundação de apoio um fator que leva a desmotivação para a submissão de projetos de pesquisa.	
18. Avalio que o prazo para submissão de projetos de pesquisa é um fator que desmotiva o docente a submeter projetos junto a fundação.	
19. Considero a falta de incentivo por parte da coordenação/departamento na busca por recursos junto a fundação de apoio para submissão de projetos de pesquisa um fator desmotivador	
No que se refere aos aspectos da Governança Corporativa das Fundações de Apoio à pesquisa considero:	
20. No aspecto da governança corporativa os fatores que me desmotivam a procurar a ajuda de uma fundação de apoio são:	
a) a falta de uma maior transparência na prestação de contas das fundações de apoio.	
b) a ineficiência na gestão e gerenciamento das fundações de apoio.	
c) a falta de responsabilidade social.	
d) a politização da gestão administrativa das fundações.	
e) a manipulação da sustentabilidade econômica e financeira.	
21. Acredito que a não divulgação para a sociedade dos resultados alcançados nas pesquisas é um fator desmotivador para procurar a fundação de apoio.	
BLOCO II – PRODUÇÃO CIENTÍFICA	

<p>22. Nos últimos cinco anos você publicou artigos classificados no Qualis/Capes como A1, A2 ou B1?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não.</p> <p>Se sim, quantos: Em A1: _____ artigos. Em A2: _____ artigos. Em B1: _____ artigos.</p> <p>Esses artigos classificados pela CAPES como A1, A2 ou B1 foram viabilizados por alguma fundação de apoio?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não.</p> <p>Se sim, qual fundação foi? _____</p>	<p>23. Nos últimos cinco anos você publicou artigos em eventos ou congressos internacionais?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não.</p> <p>Se sim: quantos? _____ artigos.</p> <p>Contou com o amparo de recursos de alguma fundação de apoio para esta produção internacional?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não.</p> <p>Se sim, qual fundação? _____</p>
<p>24. Nos últimos cinco anos <u>apresentou</u> algum artigo (<i>papers</i>) em congressos internacionais?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não</p>	<p>25. Nos últimos cinco anos, publicou artigos em periódicos (<i>journals</i>) internacionais?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não.</p>

BLOCO III – PERFIL DO RESPONDENTE	
<p>26. Gênero:</p> <p><input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino</p>	<p>27. Qual seu ano de nascimento:</p> <p>_____.</p>
<p>28. Instituição em que leciona: _____.</p>	<p>29. Cidade: _____.</p>
<p>30. Há quanto tempo leciona na instituição:</p> <p>_____.</p>	<p>31. Qual sua última titulação concluída:</p> <p><input type="checkbox"/> Graduação. <input type="checkbox"/> Especialização. <input type="checkbox"/> Mestrado. <input type="checkbox"/> Doutorado. <input type="checkbox"/> Pós-Doutorado.</p>

OBRIGADO PELA PARTICIPAÇÃO!
Mestrando: Albino João Delay